

revista de estudos guineenses

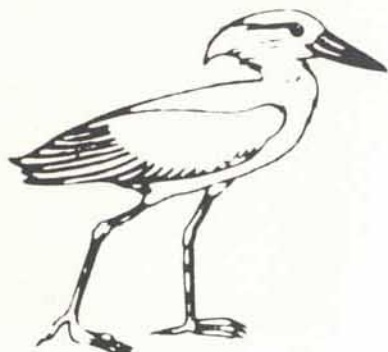
n. 11 jan. 91

SORONDA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

COLECÇÃO
"KACU MARTEL"



NATURE ET FONCTIONNEMENT
DU POUVOIR
CHEZ LES BALANTA BRASSA

DIANA LIMA HANDEM



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



PARA UMA
LEITURA SOCIOLÓGICA
DA
GUINÉ-BISSAU

CARLOS LOPES



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



PETIT DICTIONNAIRE
ETYMOLOGIQUE
DU KRIOL

DE GUINÉE-BISSAU ET CASAMANCE

JEAN-LOUIS ROUGE



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



A TRANSIÇÃO HISTÓRICA
NA GUINÉ-BISSAU

CARLOS LOPES



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



PROBLEMÁTICA
DO
MEIO AMBIENTE
EM ALGUNS
PAÍSES AFRICANOS

Seminário
PNUMA-MORP-INEP



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



A GUINÉ-BISSAU
A CAMINHO
DO ANO 2000

Coordenação de
DIANA L. HANDEM e
FERNANDO DELÍM DA SILVA

Conferência
INEP-CESE



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA



A CONSTRUÇÃO DA
NAÇÃO EM AFRICA

OS EXEMPLOS DE ANGOLA, CABO
VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE
E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Coloquio
INEP-CODESRIA-UNITAR



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

SORONDA

REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

SUMÁRIO

- Mário de Andrade: a grande ausência 3
- Bolama: centro de interesses imperialistas africanos,
europeus, euro-africanos e americanos 5
George E. Brooks
- Uma perspectiva histórica
da cooperação técnica em África 39
Carlos Lopes
- O programa de Ajustamento na Guiné-Bissau
e a discussão de um modelo 55
Fernando Padovani
- Programas de Ajustamento Estrutural e implicações locais:
o caso dos pescadores artesanais na Guiné-Bissau 65
Inger Tvedten
- Guiné-Bissau: o impacto do Programa de Ajustamento
Estrutural sobre o bem-estar
dos pequenos proprietários rurais 81
Magnus Alvesson e Mario Zejan
- Documentos
Políticas e instrumentos 105
Comissão Económica para a África
- Notas de leitura
Naissance de la Guiné. Portugais et Africains
en Sénégal (1841-1936), de René Pélissier, 133
George E. Brooks
- História da Guiné-Bissau. Portugueses e africanos
na Senegâmbia (1841-1936), de René Pélissier 137
Daniel A. Pereira
- Actividades do INEP 145

OS AUTORES

George F. Brooks

Historiador, professor na Universidade de Indiana.

Carlos Lopes

Sócio-economista, conselheiro para assuntos de cooperação técnica em África do PNUD em Nova Iorque e antigo director do INEP.

Fernando Padovani

Economista, investigador do Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP.

Inger Tvedten

Investigador do Scandinavian Institute of African Studies de Upsália.

Magnus Alvenson

Economista ligado à Universidade de Gotemburgo.

Mario Zeján

Economista, professor na Universidade de Gotemburgo e na Escola de Economia de Estocolmo.

Daniel A. Pereira

Historiador, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde.

MÁRIO DE ANDRADE: A GRANDE AUSÊNCIA

Cerca de um ano antes da sua lenta agonia num hospital de Londres em Agosto de 1990, Mário de Andrade contactou o INEP para nos dar conhecimento da sua intenção de reunir os intelectuais dos «Cinco» em torno de um debate sobre a abertura democrática e a consolidação dos projectos de intervenção cultural nos nossos países.

A ideia não era original mas tinha o interesse da persistência de um homem que deixou marcas na velha e na nova geração de criadores do que chamava «países recém-libertados» ou «sociedades emergentes da luta de libertação nacional». Este era, na realidade, um dos traços marcantes da personalidade de Mário de Andrade, que apenas por equívoco ocupou cargos de responsabilidade governativa, ele que pelo seu diálogo permanente, interrogação fértil e contestação rápida dos princípios instituídos, preferia estar do lado da inversão, senão subversão intelectual, fonte de enriquecimento permanente.

Foi pois uma grande perda apenas compensada pelo legado, rico em contribuições conceptuais e metodológicas, e pautado por uma maturidade de postura mais bem que pelo volume da escrita. Mário de Andrade, todos o sabemos, era um perfeccionista, um *dandy* da escrita, capaz de se corrigir a si mesmo cinquenta vezes antes de considerar o acto de parir palavra como consumado e autêntico. Esse rigor e disciplina traíram-no muitas vezes e, incompreendido por alguns, não provocava por espontaneidade o mérito que merecia. Tal atitude não o timorava e parecia-lhe como que o preço a pagar pela «integridade intelectual».

Mário de Andrade com a sua voz rouca, baixa e pouco imponente, mas com o seu riso bem forte, mostrava a combinação da modéstia em público e da exaltação em privado; a dualidade de uma personalidade complexa,

que trilhou os caminhos da luta armada com uma caneta e não com o fuzil. A sua arma eram capítulos e não cartucheiras. As suas preocupações e interrogações perfuravam ideias estabelecidas e não corpos humanos, mas ambas as acções eram necessárias nesse combate pela noite adentro em busca do sol independente.

Deixou de acreditar no Homem Novo porque se deu conta que ele já existia: estava escondido nas contradições do ser presente, no requinte da nuance insistente, na certeza do amanhã senão vitorioso pelo menos ambicioso.

Seria radiante ter Mário de Andrade connosco na nova etapa da nossa reflexão. As suas interrogações muito contribuiriam para propagar o vírus literário ou investigativo.

Mas o vírus que o matou foi outro.

Carlos Lopes, Dezembro de 1990.

BOLAMA: CENTRO DE INTERESSES IMPERIALISTAS AFRICANOS, EUROPEUS, EURO-AFRICANOS E AMERICANOS^(*)

*O papel desempenhado individualmente
por euro-africanos e africanos durante a era do
imperialismo ainda está por ser convenientemente
tratado.*

George E. BROOKS

Introdução

A ilha de Bolama, de largura irregular, estende-se por mais de 20 km de comprimento. Encabeça um canal estreito de águas profundas que oferece uma passagem estratégica aos marinheiros que viajam entre os rios Grande e Geba e lugares mais distantes. Séculos antes das viagens de reconhecimento europeias, nos meados do século XV, os Biafadas que habitavam ao longo do rio Grande tinham montado uma rede comercial costeira e ribeirinha que ligava os grupos Sape (Landumães, Bagas, Temenés, Bulões/Sherbro) que viviam ao sul, aos Papéis e outros grupos associados à rede mercantil dos Banhuns-Bak ao norte do rio Geba, e aos

^(*) Versão revista pelo autor da comunicação apresentada ao Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe», realizado em Bissau e Bolama de 20 a 23 de Novembro de 1990.

mercadores mandés que frequentavam as zonas altas dos rios Geba e Corubal. Os Biafadas trocavam cola, malagueta e outros produtos obtidos dos Sapes, por sal, ferro, tecidos de algodão e outros géneros vindos das redes comerciais dos Banhuns-Bak e Mandés.

A chegada dos europeus na década de 1440 favoreceu a expansão do comércio da África Ocidental. Os portugueses e caboverdianos não tardaram em conhecer os meandros do comércio das costas e rios e durante o século XVI já competiam pelos mercados em colaboração e/ou concorrência com os comerciantes africanos. Durante o séc. XVII, os holandeses, franceses e ingleses substituíram os comerciantes portugueses e caboverdianos na Senegâmbia e passaram a desafiá-los cada vez mais ao longo da Costa da Alta Guiné. Durante os sécs. XVIII e XIX Bolama tornou-se o centro de interesse de imperialismos concorrenciais uma vez que africanos, euro-africanos, europeus e americanos procuravam controlar os seus portos e recursos, quer reais quer imaginários.

Bolama era cobiçada devido à sua localização estratégica em relação às rotas comerciais dos rios Grande e Geba, que faziam a ligação com o interior, e devido à reputada salubridade do ambiente e fertilidade do solo, que contrastavam com as terras baixas e pantanosas da costa adjacente e das ilhas do arquipélago dos Bijagós. Durante o séc. XVIII, os comerciantes franceses escolheram Bolama como base da expansão para o sul, a partir do Senegal. Uma sociedade colonizadora britânica estabeleceu sem sucesso uma colónia em 1792, e entre 1820 e 1830 os membros da *American Colonization Society* enalteciam as potencialidades de Bolama como parte de uma quimérica «nação afro-americana.»

No entanto, os que mais lutaram pelo controle de Bolama e do comércio dos rios vizinhos foram os luso-africanos e caboverdianos, que desde os anos 80 do séc. XVIII concorreram com os anglo-africanos e ingleses que operavam desde os rios Nunez e Pongo, Iles de Los, e desde Freetown, na Serra Leoa. A concorrência intensificou-se a partir da década de 1830 com a chegada de crescente número de comerciantes franceses, franco-africanos e senegaleses vindos de Gorée e de Saint-Louis. Os grupos comerciais concorrentes eram apoiados pelos funcionários coloniais e pelos oficiais navais portugueses, britânicos e franceses estabelecidos na África Ocidental e, à medida que a partilha do continente africano se acelerava, pelos interesses pró-imperialistas existentes na Europa. O presente trabalho trata as evoluções operadas até meados do séc. XIX. O destino de Bolama na partilha colonial foi finalmente decidido em 1870 por arbitragem americana, durante o governo de Ulysses S. Grant.

Bolama e a rede comercial biafada-sape

Talvez desde o séc. XII, os marinheiros biafadas desenvolveram um comércio costeiro e ribeirinho com os Sapes que viviam ao longo da Costa da Alta Guiné, obtendo cola, malagueta e outros produtos da savana arborizada e das zonas florestais, os quais eram trocados por sal, roupas e artefactos de ferro com os mercadores associados à rede comercial dos Banhuns-Bak que se estendia ao norte do rio Geba. Os mercadores mandés encontravam-se com os mercadores dos grupos Biafada-Sape e Banhum-Bak nos mercados ao longo dos rios Corubal, Geba, Cacheu, Casamansa e Gâmbia, e as rotas das caravanas mandés ligavam o terminal sul das rotas transarianas ao longo dos rios Senegal e Níger (Brooks 1988: capítulos 4 e 5).

Não há registos sobre as relações entre Biafadas e Bijagós antes da chegada dos europeus. Provavelmente o arquipélago dos Bijagós era esparsamente habitado por grupos que pouco tinham a negociar com os mercadores biafadas, com os quais mantinham apenas contactos esporádicos. Tais circunstâncias alteraram-se com a chegada dos traficantes europeus de escravos, que encorajaram os homens do mar bijagós a empreenderem ataques predatórios contra os Biafadas e outros grupos que habitavam o continente. Terão sido os ataques comerciais bijagós que provocaram uma expedição biafada contra os Bijagós nos finais do séc. XV, liderada por Famená, régulo dos Biafadas de Guíñala (Donelha 1625/1977: 158-159). Ao que parece os Biafadas ganharam, ou consolidaram, o controle sobre as ilhas de Bolama e das Galinhas, para assegurar uma passagem segura às embarcações comerciais biafadas que atravessavam o arquipélago dos Bijagós em direcção aos mercados sapes situados a sul, ao longo da Costa da Alta Guiné. Apenas a investigação arqueológica nos poderá dizer se os Biafadas se estabeleceram nessas ilhas ou apenas as usavam como ancoradouro.

Durante o séc. XVI, lançados e tangomaos juntaram-se aos marinheiros biafadas e usaram navios de tipo europeu para transportar grandes quantidades de cola e outros produtos, provocando ao longo dos rios Geba e Corubal uma expansão do comércio biafada com os Papéis, Banhuns e Mandés que faziam a ligação com os mercados do norte e do leste. Os Biafadas podem ter encorajado uma desastrosa tentativa dos portugueses de se estabelecerem em Canhabaque em 1538. Não se conhecem muitos detalhes, mas sabe-se que a expedição incluía homens dos Açores e do arquipélago de Cabo Verde. Depois disso os Bijagós recusaram-se durante anos a comerciar e matavam as tripulações das

embarcações que encalhavam nos canais traiçoeiros do arquipélago (Almada c. 1594/1984: 99-100; Mota 1978: 18). Quando os Bijagós retomaram o comércio com os portugueses e caboverdianos, foi com o objectivo de venderem os cativos feitos nos seus raides.

O fracassado ataque dos portugueses a Canhabaque poderá ter dado aos Bijagós meios sem precedentes para atacar outros grupos, já que as espadas e outras armas e bens (incluindo pequenas embarcações?) capturados aos invasores devem ter provido as expedições que atacaram as povoações entre os rios Cacheu e Cacine. As suas vítimas — Biafadas, Papéis, Diolas e outras etnias — recorreram a medidas desesperadas, chegando até a modificar a construção das habitações na tentativa de melhor se defenderem contra os ataques bijagós. Nos primeiros anos do séc. XVII, os raides bijagós forçaram os Biafadas e os lançados a abandonarem as povoações ao longo dos braços inferiores do rio Grande. Os comerciantes portugueses e caboverdianos acharam mais conveniente abandonar os Biafadas à sua sorte e aliarem-se à causa dos Bijagós, capturadores de escravos, enquanto os lançados aproveitavam-se da fraqueza dos Biafadas para os suplantarem no comércio costeiro da cola (Mota 1974: 260-265, e mapa frente à pág. 262; Brooks 1988: capítulo 11).

Apesar de durante estes séculos de comércio e conflito terem afluído muitos marinheiros aos portos e ancoradouros de Bolama, nem as tradições africanas nem as fontes europeias registam o nome de qualquer povoação na ilha. Documentos europeus indicam que Bolama era uma terra de ninguém, sem povoações permanentes quer dos Biafadas quer dos Bijagós. Caçadores exploravam a ilha, atrás de grandes manadas, incluindo numerosos elefantes cujo marfim era um importante produto de comércio. Os Bijagós de Inorei, em Canhabaque, reivindicaram as ilhas de Bolama e das Galinhas, mas as suas tradições reconhecem que os Biafadas frequentemente lhes levavam vantagem nas guerras. Os Bijagós cultivavam arroz em Bolama durante a estação das chuvas, quando as tempestades e as perigosas condições de navegação impediam expedições bélicas e os Biafadas estavam igualmente preocupados com a agricultura (Scantamburlo 1990).

Francisco de Lemos Coelho, um caboverdiano engajado no comércio costeiro entre as décadas de 1640 e 1660, descreveu Bolama como sendo desabitada devido aos ataques bijagós e exaltou os seus recursos madeiros para a construção de embarcações e as suas potencialidades como entreposto comercial.

Lemos Coelho relata que na década de 1640 (?) seu primo, o capitão Christovão de Melo, recomendou que se abandonasse a feitoria portuária

sa de Cacheu para criar uma nova comunidade comercial em Bolama (Hair 1990: 4-5). Lemos Coelho compara as vantagens de Bolama:

«Tem esta ilha hum rio que a divide da terra de Guinalá, o qual tem hũa boca dentro do rio Grande, e outra sae fora defronte da ilha de Bissao, o qual rio terá de largura hũ bom tiro de escopeta, mas muito fundo. E eu entrei ja por hũa boca e sahi pella outra, que como andava neste tempo em lanchas que demandavaõ pouca agoa a tudo me arriscava; se bem em o rio podem entrar e navegar por elle grandes navios, e nesse rio podem os navios invernar ancorados com amarras podres.

Em esta ilha de Bulama foi de parecer o capitão Christovão de Mello (homẽ muito prático e antigo en Guiné) quando se falava em se mudar a povoação de Cacheo, que em nenhũa parte convinha que foce a principal povoação e asistencia do capitão mor, senão aqui nesta ilha, dando muitas rezoões, mais das que tenho dito, muito equivalentes, e de home taõ pratico de todo Guine, e de taõ claro juizo pera se seguir o seu parecer. Eu, por não parecer perluxo, as deixo, apontando só as mais forçosas.

[Bolama] fica no meyo de toda a Costa de Guine: a viagem da Serra Leoa mais perto, a povoação de Geba para o negocio da Colla dentro de Casa; os Bijagos de frente, a viagem da Costa e Gambia a mesma viagem, e menos riscos de baixos; os vesinhos caseiros o melhor gentio, que são os Biafares, que tem todo o Guine; e sobre tudo livre de tantos perigos como tem os baixos da barra de Cacheo. Aqui seraõ logo os moradores senhores da terra e poderão faser na ilha fazendas grandiosas.

E em Cacheo não somente não tem hum palmo da terra, senão nem agoa para beberem, que as vezes lhes custa tanto, e a comprão tão cara, como os soldados de David na cisterna de Betlem. E como ja aponteí grande aparelho pera as fabricas de navios e rio bello pera invernarem, e prayas famosas pera darem monte»

(Lemos Coelho 1684/1953: 190).

Lemos Coelho é um informante extraordinário: nenhum dos relatos a seguir citados revela tal conhecimento e perspectivas sobre Bolama e o comércio da África Ocidental.

Bolama e a expansão comercial francesa

Durante as últimas décadas do séc. XVII comerciantes franceses, ingleses e holandeses expulsaram os portugueses e caboverdianos da Senegâmbia e concorreram pelos mercados existentes ao longo da Costa da Alta Guiné. Os interesses comerciais franceses monopolizaram o comércio do rio Senegal, e após tomarem a ilha de Gorée aos holandeses em 1677, dominaram o comércio da *Petite Côte*. Os ingleses concentraram-se no comércio e trocas no rio Gâmbia, ao longo da Costa da Alta Guiné, das Iles de Los à ilha Sherbro. Os portugueses e luso-africanos defenderam tenazmente os seus interesses comerciais entre os rios Gâmbia e Serra Leoa.

Os comerciantes franceses esforçaram-se durante décadas por suplantarem os portugueses em Bissau, ou — na impossibilidade de o conseguir —, por criar um entreposto competitivo. Repetidas vezes Bolama foi considerada com este fim. Michel Jajolet de La Courbe, que visitou Bolama em Setembro de 1687, refere que os Bijagós viviam na ilha durante a estação das chuvas para cultivarem arroz (Cultru 1913: 226-227). Viajando ao longo do rio Grande em direcção a Guínala, La Courbe descobriu uma comunidade de comerciantes portugueses e luso-africanos e um navio inglês construído na Serra Leoa. O capitão, um católico inglês, era casado com uma mulher africana que possuía uma ilha no estuário da Serra Leoa. Cultru encontrou outros ingleses a comerciar em Bissau, sob a direcção de John Booker (Cultru 1913: 228; 213). Uma feitoria francesa criada em Bissau em 1688 foi abandonada no ano seguinte devido à oposição dos comerciantes portugueses e luso-africanos. Em 1700 os franceses regressaram, e em 1708 os comerciantes portugueses abandonaram Bissau. André Bruë, director da Companhia das Índias nesse período, possivelmente terá visitado Bolama em 1700, ou deve ter tido conhecimento da ilha a partir do relato feito por La Courbe (Hair 1990: 5-6). Em qualquer dos casos, Bruë recomendou a criação de um entreposto comercial em Bolama, mas a sua proposta não foi aceite por razões que se prendem com exigências financeiras (Jore 1965: 111-112; Knight-Baylac 1970: 77). Duas décadas depois, os directores de uma outra companhia comercial francesa resolveram criar um entreposto comercial fortificado em Bolama, mas o projecto foi abandonado quando o navio que transportava o destacamento de reconhecimento naufragou a caminho da ilha (Boulégue 1990).

Em 1752, Francisco de Sotto Maior instalou uma guarnição portuguesa em Bissau. Sotto Maior também hasteou a bandeira portuguesa em

Bolama, mas não criou uma feitoria. A guarnição portuguesa de Bissau recebia poucos mantimentos e pessoal, e a colónia definhou até 1765, data em que a Companhia do Grão Pará e Maranhão expediu reforços substanciais (Barcellos IV 1910: 252-253; VI 1912: 217-218; Rodney 1970: 244-248).

Embarcações francesas frequentavam entretanto os rios Geba e Grande. Saint-Jean, comandante de Gorée na década de 1750, visitou Bolama várias vezes e defendeu um estabelecimento permanente na ilha (Wadstrom, II Parte, 1795: 143). Propostas semelhantes foram feitas por Poncet de la Rivière, comandante de Gorée em 1763, e por Jean-Baptiste Demanet, antigo capelão de Gorée, num livro publicado em 1767 (Wadstrom, II Parte, 1795: 130-132; 143; Machat 1906: 92-93; Jore 1965: 47-48). O panegírico arrebatador de Demanet exaltava o potencial agrícola de Bolama e o valor da sua madeira, este último prevendo o interesse europeu do séc. XIX por produtos africanos para complementar ou substituir recursos europeus exauridos pela procura crescente da industrialização.

«A França pode abrir aí uma grande feitoria para toda a espécie de comércio; dado que a ilha é fértil, ela fornecerá todo o necessário para viver, e grande quantidade de madeira, mesmo para grandes barcos. Esta ilha poderá transformar-se num bom empório de produtos europeus e africanos, particularmente daqueles que podem ser produzidos no local, nomeadamente açúcar, rum, cacau, anil, algodão, café, urucu e em geral todos os objectos do rico e importante comércio com as ilhas das Índias Ocidentais; pois aqui todos esses produtos cresceriam quase espontaneamente. O solo é surpreendentemente fértil; o ar é aqui muito mais saudável do que em qualquer outra parte desta costa. Os negros que a habitam são uma parte deles cristãos, e outros são idólatras e maometanos. Os nativos de Bissau, que são actualmente os donos da ilha, tendo expulsado os Biafadas, cooperarão de boa vontade com os europeus para tornar esta colónia condigna, como deve ser nesta ilha. Em suma, tudo concorre para facilitar o sucesso de um dos maiores projectos que pode conceber uma nação europeia»
(Wadstrom, II Parte, 1795: 131)

Não sabemos se Demanet visitou Bolama, mas que potencial colonizador poderia resistir a tal prospecto! Porquê Demanet acreditava que os

Papéis de Bissau controlavam Bolama e receberiam bem os colonos europeus, não é explicado; os Bijagós iriam desenganar os primeiros europeus que tentaram se fixar. Durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), ou nos anos seguintes, os franceses não puderam atender às exortações de Demanet, pois o conflito prejudicou enormemente os interesses comerciais franceses na África Ocidental.

Saint-Louis e Gorée foram tomadas pelas forças britânicas em 1758. O Tratado de Paris restituiu Gorée à França, mas Saint-Louis permaneceu ocupada pelos britânicos até 1779. Durante esse período, os britânicos expandiram o seu comércio ao longo da Costa da Alta Guiné, nomeadamente nos rios Pongo e Nunez, onde as caravanas fulas traziam escravos capturados pelo almamiado fula em expansão no Futa Djallon. Os proprietários bagas, nalús, sussus e landumães permitiram que traficantes de escravos britânicos, incluindo alguns da América, se fixassem nas suas povoações, onde eles e as famílias anglo-africanas por eles fundadas expandiram progressivamente o comércio a partir das famílias luso-africanas há muito aí estabelecidas.

As iniciativas francesas na África Ocidental aumentaram notoriamente após a recaptura de Saint-Louis em 1779 e outros sucessos navais na guerra de 1778-1783. Nos anos que se seguiram vários franceses conhecedores do comércio da Costa da Alta Guiné defenderam a criação de um entreposto francês em Bolama. Silvère-Meinrad-Xavier Golberry, que publicou um relato das suas viagens pela África Ocidental em 1802, traduzido para o inglês no mesmo ano refere que Marechal de Castries, Ministro da Marinha e das Colónias, contemplou a possibilidade de implantar uma colónia em Bolama em 1784. Golberry considerou este projecto excelente e recomendou a criação de uma feitoria na costa leste de Bolama, com sucursais comerciais na ilha de Canhabaque e em Menterre, a parte continental a sudeste de Bolama, que ele julgava ser uma outra ilha (1802 II: 224-226).

As opiniões de Golberry eram partilhadas por Pruneau de Pomme-george, residente no Senegal nas décadas de 1730 e 1740, cujo livro, publicado em 1789, enaltecia as vantagens comerciais de Bolama e aconselhava a França a criar «sem demora» um estabelecimento comercial na ilha (1789: 133-137).

Dominique Harcourt Lamiral, automeado deputado por Senegal à Assembleia Nacional, também estava interessado em Bolama e defendeu uma expansão comercial francesa para o sul, caracterizando as áreas do comércio português como «*les plus belles parties de l'Afrique*» (1791: 49).

Carl Berns Wadstrom, um sueco defensor da colonização africana, relata que em 1787 travou conhecimento com um inglês chamado Barber, residente em França, que convencerá o governo francês a criar uma colónia em Bolama. Segundo Wadstrom, não tivesse sido a eclosão da Revolução Francesa, «certamente ter-se-ia empreendido uma expedição colonial» (Parte II: 132). Barber era provavelmente o comerciante de Liverpool John Barber, cuja feitoria nas Ilhas de Los foi destruída pelos piratas americanos em 1778 (Golberry, II, 1802: 237; Machat 1906: 120-128; Craig e Jarvis 1967: 25, registo 86).

Embora se possa ou não dar crédito às asserções de Wadstrom, do anterior resulta evidente que existia um interesse francês considerável por Bolama nos anos que antecederam a Revolução e a guerra que se seguiu na Europa.

Luso-africanos vs. anglo-africanos

Nas últimas décadas do séc. XVIII os comerciantes portugueses e luso-africanos foram desafiados cada vez mais pela expansão para o norte de uma rede comercial inglesa e anglo-africana que até à altura se estendia do rio Nunez ao Cabo Monte, tendo os seus entrepostos principais nas Ilhas de Los e na ilha de Bunce, no estuário do rio Serra Leoa.

Durante o séc. XVIII, o que mais atraía os comerciantes na Costa da Alta Guiné era o tráfico de escravos do estado fula em expansão no Futa Djalon, que expedia caravanas essencialmente para os rios Nunez e Pongo, onde os comerciantes luso-africanos se encontravam há muito estabelecidos entre os Sussus, Landumães, Nalús e Bagas. Famílias luso-africanas tais como os Fernandez e os Gomez no rio Pongo, exerciam há muito uma considerável influência económica, social e política através dos seus laços com as principais famílias africanas. Sinal dessa influência junto dos proprietários africanos é o caso de José Lopes, que em 1752-1753 tomou a liberdade de oferecer um extenso território ao rei de Portugal (Andrade 1970: 187).

As circunstâncias mudaram durante a segunda metade do séc. XVIII, sendo os luso-africanos gradualmente substituídos por comerciantes ingleses e por crescente número de anglo-africanos. Na década de 1770, os luso-africanos nos rios Nunez e Pongo já não podiam competir com os comerciantes ingleses e seus agentes na compra de escravos e marfim (Andrade 1970: 192-193; Mouser 1973: 50-54; 1975: 429-430). No entanto, os comerciantes luso-africanos e grumetes continuaram a efec-

tuar as suas viagens anuais para a colecta de cola ao longo da Costa da Alta Guiné (Matthews 1788: 60).

Embora o comércio do Nunez e do Pongo fosse progressivamente monopolizado pelos comerciantes ingleses e anglo-africanos, o mais preocupante para os portugueses e luso-africanos na região da Guiné Bissau foi a sua intromissão na esfera comercial do Geba-Grande, no comércio a bordo e na reorientação do comércio proveniente do rio Grande através de uma rota terrestre que ligava a Kakundy ao longo da parte superior do rio Nunez.

O primeiro inglês a fundar uma feitoria no rio Grande foi provavelmente John Ormond Sr., um traficante de escravos de Liverpool, nos finais da década de 1780. Ormond chegou à África Ocidental em meados do séc. XVIII e fixou-se em Boké, no rio Nunez. Depois de 1763 mudou-se para Bashia, no rio Pongo. Ormond era um homem capaz de desafiar os adversários mais agressivos e perigosos e era conhecido pelo seu comportamento cruel, inconstante e sádico (Wadstrom, II Parte, 1795: 87-88; Mouser 1973: 52).

A feitoria de Ormond no rio Grande era dirigida por um anglo-africano de nome John Bootle. Bootle e o seu irmão William cresceram na zona do rio Grande e nas Iles de Los, e em 1788 frequentaram uma escola próxima de Liverpool (Mouser 1983: 323). É evidente que Bootle e os seus subordinados eram protegidos pela temível reputação de Ormond e pela prontidão deste em retaliar os portugueses e luso-africanos que residiam ou comerciavam nos rios Nunez e Pongo. Quando Ormond morreu, no início de 1791, pouco depois de os seus escravos se terem revoltado e destruído as suas propriedades durante a sua ausência do Pongo, Bootle deixou o rio Grande, para não voltar durante mais de um ano. Quando regressou foi assassinado (Mouser 1973: 52; Beaver 1805: 95-96; 472).

Essa eliminação cruel dos concorrentes reflecte o desespero dos portugueses, caboverdianos e luso-africanos que comerciavam na região da Guiné-Bissau perante a crescente concorrência dos ingleses e anglo-africanos. A situação tornou-se mais difícil para os primeiros depois da dissolução da Companhia do Grão Pará e Maranhão em 1778, quando o governo português reduziu drasticamente as despesas na Guiné e Cabo Verde. Como consequência disso, frequentemente faltavam fundos para pagar aos funcionários, oficiais e soldados das guarnições de Bissau e Cacheu e aos destacamentos de Fá, Geba, Farim e Ziguinchor. Os entrepostos portugueses na Guiné estagnaram durante décadas, e indicativo da sua fraqueza é o facto de comerciantes rivais e sociedades

européias de colonização poderem pensar em estabelecer-se em Bolama sem receio de impedimentos por parte das autoridades locais ou dos fracos e desatentos governos de Portugal. Com os luso-africanos e caboverdianos o caso era diferente, pois defendiam resolutamente e por todos os meios os seus interesses comerciais.

Bolama e os projectos de colonização inglesa

Durante as décadas de 1780 e 1790, os ingleses a favor da colonização de África criaram duas colónias. Em 1786, os defensores de um projecto de reinstalação de libertos na embocadura do rio Serra Leoa conseguiram obter o apoio do governo britânico. A colónia inicial fundada em Maio de 1787 foi dispersa dois anos depois pelos Temenés locais, mas foi refeita na Primavera de 1791. Mais tarde no mesmo ano, outro grupo começou a organizar uma expedição para a criação de um colónia de brancos em Bolama.

O principal organizador da tentativa de colonização de Bolama foi Henry Hew Dalrymple, que serviu na guarnição britânica de Gorée na década de 1780. Enquanto esteve em Gorée ouviu relatos favoráveis sobre Bolama, presumivelmente de ingleses e euro-africanos que visitaram a área.

Na Grã-Bretanha, Dalrymple propagou relatos brilhantes sobre a conveniência de Bolama como lugar para uma colónia europeia, relatos que complementaram as descrições feitas por André Bruë um século antes. Tal era o entusiasmo público com os projectos de colonização que uma companhia de capital social formada em Novembro de 1791 foi rapidamente subscrita em excesso por investidores e candidatos a colonos. Duas embarcações foram armadas, largando em Abril de 1792 com 275 colonos: 153 homens, 57 mulheres e 65 crianças (Wadstrom, II Parte, 1795: 130-136; Beaver 1805: capítulo 1; Hair 1960: 359-383; Curtin 1964: capítulo 4; Galli 1990).

Os membros da expedição a Bolama negligenciaram os interesses africanos. Nove dias depois de a primeira embarcação ancorar na Ponta Oeste em 25 de Maio, um grupo guerreiro de Canhabaque atacou de surpresa, matou ou feriu dez homens e levou seis mulheres e crianças. Estas últimas foram posteriormente resgatadas, mas o inesperado ataque atemorizou de tal modo os restantes colonos que a maioria decidiu regressar a Inglaterra. Apenas 86 (48 homens, 13 mulheres e 25 crianças), mais quatro marinheiros e um grumete, resolveram ficar na ilha sob a

liderança de Philip Beaver, um tenente da Marinha Real em licença (Beaver 1805: capítulos 3 e 4 e apêndice 4).

Nas semanas que se seguiram ao ataque, Beaver procedeu à negociação de acordos destinados à compra de Bolama aos Bijagós e aos Biafadas, primeiro com os régulos de Canhabaque, Bellchore e Jalorem, e depois com Matchore e Niobana, residentes em Gufnala, no estado biafada situado na margem norte do rio Grande. Estes últimos mostraram grande interesse em atrair comerciantes ingleses e concordaram em ceder uma grande extensão de terra na zona continental oposta a Bolama (Beaver 1805: 71-73; 101-109).

A doença e a morte causaram um constante desgaste nos colonos e uma série deles abandonaram a colónia. A maior parte dos trabalhos de desmatção, de lavoura e de edificação de casas e fortificações eram realizadas por grumetes africanos contratados. Uma das preocupações de Beaver era demonstrar a eficácia do emprego de africanos como trabalhadores livres. Pela ajuda prestada na contratação de grumetes, na obtenção dos géneros necessários e por diversas outras acções de oportuna assistência, os colonos muito ficaram a dever a João da Silva Cardoso, um dos grandes comerciantes portugueses em Bissau, que estava associado à firma lisboeta de Pedro Nolasco Gaspar e Irmãos. Cardoso também intercedeu em favor dos colonos junto de sucessivos comandantes de Bissau, que juntamente com a maioria dos comerciantes residentes eram hostis à colónia e ressentiam-se do seu comércio com os africanos vizinhos. Sem dúvida eles também questionavam os motivos de Cardoso para ajudar os colonos, uma vez que ele adquirira por esse intermédio mercadorias britânicas para as suas operações comerciais (Beaver 1805: 43; 55-60; 113-114 e *passim*).

O diário de Beaver durante a sua permanência em Bolama, de Julho de 1792 a Novembro de 1793, regista muitas informações sobre a concorrência entre luso-africanos e anglo-africanos pelo comércio na área do Geba-Grande. Comerciantes ingleses e anglo-africanos que residiam tão longe como no rio Serra Leoa enviavam para esta as suas embarcações comerciais, o mesmo fazendo os traficantes ingleses de escravos cujos barcos ancoravam nos portos da Costa da Alta Guiné, para desafiar os comerciantes portugueses, caboverdianos e luso-africanos estabelecidos na zona há longa data. Passagens do diário de Beaver descrevem uma concorrência cruel em que os comerciantes luso-africanos e portugueses recorrem alegadamente ao envenenamento e «à eliminação» dos seus adversários através de ataques sem provocação prévia a embarcações comerciais apanhadas desprevenidas ou fraca-

mente guarnecidas, assassinando ou tomando escrava a tripulação. Os grumetes empregados por Beaver olhavam os europeus e euro-africanos com idêntico temor e aversão, caracterizando-os indiscriminadamente como «trapaceiros» (Beaver 1805: 190 e pp. segs. *passim*).

Um exemplo notável de «eliminação» de um rival perigoso é o caso do regresso ao rio Grande do anglo-africano John Bootle, a seguir à morte de John Ormond Sr.. É bem possível que Bootle tivesse sido encorajado a regressar ao rio Grande pelo estabelecimento da colónia inglesa em Bolama e pelo tratado que Philip Beaver negociara com os régulos biafadas de Guíñala. Quando Bootle voltou a Bolala em Agosto de 1793 à procura de escravos para Fisher, um traficante de escravos originário de Liverpool e, na altura, residente no rio Nunez, um comerciante de Bissau de nome Gavine (Galvão?) tentou sem sucesso incitar os Biafadas a apoderarem-se do barco.

Quando posteriormente Bootle levou a escuna de Fisher à ilha de Jeta, a oeste de Bissau, os «manjacos» (i.e., grumetes papéis) de Gavine capturaram o barco e mataram Bootle e Ashley, o terceiro imediato de Fisher, dois grumetes e três escravos. Os homens de Gavine levaram a escuna para Bissau, onde em Fevereiro de 1793 foi recapturada por uma embarcação pertencente ao navio *Nancy*, de Liverpool, capitaneado por William C. Moore. O capitão Moore, como homem de confiança de John Ormond Sr., teve a ingrata tarefa de tentar recuperar grandes quantias devidas a Ormond pelos comerciantes de Bissau, além de muitas outras que lhe deviam a ele próprio, num total aproximado de 2 000 f. Moore confessou a Beaver ter realizado «três tentativas infrutíferas» para cobrar as dívidas (Beaver 1805: 472-475).

Não obstante a morte violenta de Bootle, ingleses e anglo-africanos continuaram a comerciar no rio Grande. Entre estes últimos encontrava-se David James Lawrence, filho de um traficante de escravos inglês de Deal, cujo principal local de comércio era em Kissassi, na parte superior do rio Nunez; também tinha uma feitoria em Dominguia, no rio Pongo (Mouser 1973: 53). Lawrence prestou considerável auxílio aos colonos ingleses. Beaver regista que Lawrence levou a escuna *William* e a pinaça *Jane* ao rio Grande em Outubro de 1793 (Beaver 1805: 262). O seu filho David, após frequentar a escola em Inglaterra, sucedeu-o no comércio ao longo do rio Grande, tendo residido em Bolala na década de 1820 (Owen, II, 1833: 151-152).

Perante tão feroz concorrência, pode-se especular se os comerciantes ingleses e anglo-africanos retaliavam contra os navios mercantes envolvidos nas viagens da cola anualmente organizadas pelos mercadores

luso-africanos e feitas pelos grumetes. Ingleses e anglo-africanos podiam ter obtido lucros consideráveis com o abastecimento de mercados na região da Guiné-Bissau, mas parecem ter-se concentrado no tráfico de escravos, mais lucrativo, ignorando o comércio da cola. O diário de Beaver faz referência a numerosas embarcações nalus que passavam por Bolama para ir negociar em Bissau (1805: *passim* e nota pp. 319-320), e pode ser que os marinheiros africanos estivessem a suplantiar os luso-africanos e grumetes no comércio da cola.

Nos finais de 1793, o número de colonos tinha-se reduzido a um punhado de gente; entretanto, a retomada das hostilidades anglo-francesas na Europa impediu o envio de reforços substanciais à colónia quer em colonos quer em géneros. Em fins de Novembro de 1793 Beaver e cinco homens que restavam deixaram Bolama e navegaram para a Serra Leoa. Duas semanas mais tarde chegava um navio de Inglaterra trazendo géneros, mas não colonos (Beaver 1805: 275-276; Hair 1960: 377). O fortim e os mantimentos e produtos comerciais que restaram foram comprados por Francisco Correa Gomes, seguindo instruções de João Silva Cardoso e de José António Pinto, comandante de Bissau. Gomes era o principal comerciante luso-africano na área do Geba-Grande. Nasceu nos arredores de Geba, tinha parte mandinga (do lado de sua mãe), possuía muitas pequenas embarcações, e viajou muitas vezes para Cabo Verde e Portugal (Beaver 1805: 275-276; 407; Hair 1960: 377).

Consequências da colónia de Bolama

Pouco depois de Beaver abandonar a colónia, a *Bulama Association* publicou um trabalho intitulado *A Geographical and Historical Account of the Island of Bulama*, o qual pretendia relatar as informações dos colonos sobre a ilha. Um autêntico corretor de imóveis não teria conseguido elaborar um prospecto mais atraente:

«[Bolama] está belamente cercada e entremeada de bosques; imponentes árvores de fruto e florestais, ... formam um cinto verdejante, nalguns sítios de duas ou três milhas de largura, o qual a envolve completamente e de tal modo como se fosse uma plantação feita artificialmente à volta de um parque. Dentro desta os campos estão regularmente divididos por árvores que fazem lembrar as fileiras de cerca viva em Inglaterra... O solo é extremamente rico e profundo;» (citado em Teague 1958: 189).

Em contrapartida, um artigo publicado numa revista académica francesa no mesmo ano (1793) noticiava um inquietante rumor de que as mulheres inglesas se tinham tornado estéreis pouco depois de chegarem a Bolama. O autor atribui a informação ao comandante de Gorée, que travara conhecimento com as mulheres (Prélong 1793: 281).

Igualmente alarmantes para os potenciais colonos africanos da África Ocidental, e de longe mais difundidos, foram os relatos de que alguns dos colonos regressados a Inglaterra num navio que parara numa das ilhas das Índias Ocidentais eram responsáveis pelo surto de uma epidemia de febre amarela que se espalhara pelas Índias Ocidentais e pelo continente norte-americano, chegando tão a norte como à Filadélfia. A «febre de Bulama» foi referida em relatórios médicos americanos e europeus por mais de meio século (Hair 1960: 381).

C. B. Wadstrom e alguns outros que em Inglaterra estavam interessados em Bolama fomentaram outro plano de colonização em 1794-1795, mas este projecto não resultou (Wadstrom I Parte, 1794: capítulos 8 e 9). Na Segunda Parte, editada em 1795, Wadstrom publicou cartas que Philip Beaver tinha escrito à *Bulama Association*, incluindo uma datada de 24 de Junho de 1794 na qual expunha as razões do fracasso da colónia, sendo a primeira delas que os colonos eram «homens do mais infame carácter e de hábitos depravados» (1795: 305-306), explicação que repetiria no seu livro publicado em 1805 (ver mais abaixo).

Em 1796, o presidente da extinta *Bulama Association* trocou correspondência com o governo britânico sobre uma proposta de reinstalar em Bolama os *maroons* jamaicanos enviados para a Nova Escócia nesse ano, bem como os índios carafbas da Ilha de S. Vicente, nas Índias Ocidentais (Hair 1964: 27). Em 1800 os *maroons* foram desembarcados em Freetown, onde deram uma notável contribuição ao desenvolvimento da colónia de Serra Leoa.

Em 1802 o interesse francês por Bolama foi reactivado pelo livro de Golberry (ver acima) e pelo livro publicado por J. P. L. Durand, que fora director da Companhia Franco-Senegalesa em Saint-Louis em 1785 e 1786, mas nunca visitara a região da Guiné-Bissau. O livro de Durand, reeditado em tradução inglesa em 1806, é um pastiche de informações de desigual qualidade, que mistura relatos publicados com boatos e que vai desde os tempos de André Bruë, no virar do séc. XVII, até às discussões sobre a fracassada colónia britânica de 1792-1793. Contudo, é significativo que, além da habitual ladainha elogiando o clima, os solos e o potencial agrícola de Bolama, Durand incluía informações comerciais contemporâneas sobre o potencial económico de Bolama em madeira,

estopa e cordame, de valor para os armadores europeus — recursos navais que já estavam a ser explorados pelos portugueses e luso-africanos (Durand 1806: 67-68). *Travels in Africa*, de Golberry, foi reeditado em Inglaterra em 1808, testemunhando o interesse dos leitores pela África Ocidental (Fage 1987: 87).

Em Agosto de 1802, Philip Beaver foi consultado pelo governo britânico sobre a exploração do rio Níger e o desenvolvimento do comércio da África Ocidental. Discordando dos que eram a favor do rio Gâmbia, Beaver recomendou o porto Biafada de Bolala, no rio Grande, como lugar de partida de caravanas comerciais. Uma colónia em Bolama serviria de base para as forças britânicas em caso de conflito com os africanos (Robinson 1966: 24).

O relato de Beaver sobre a colónia de Bolama não foi publicado senão mais de uma década após o seu abandono da colónia, a que se seguiu um período de serviço activo na Marinha Real. O prefácio do volume é peremptório: «Ao homem que, qualquer que seja a sua nação, com iguais meios, fará mais por levar a civilização, através da agricultura e o comércio, aos habitantes da costa ocidental de África, do que aquilo que foi feito pelo empreendimento de que estas páginas dão conta; estes memorandos foram escritos por Philip Beaver.»

Beaver não tinha perdido nada do seu entusiasmo pela colonização, e defendia firmemente o restabelecimento da colónia, desta vez como colónia de plantação, empregando trabalhadores africanos remunerados e servindo como uma base para o comércio com o rio Grande e rios vizinhos. Beaver enumera os produtos cultivados com sucesso durante a sua estadia em Bolama, e recomenda o cultivo em grande escala de algodão, café, tabaco, anil e cana sacarina (Beaver 1805: capítulo 11 e apêndice 12). Considera igualmente que o fracasso da colónia se deveu ao que ele caracteriza como a índole vergonhosa, e intemperança e a indisciplina dos colonos, e à falta de abrigos adequados durante a primeira estação das chuvas. Menospreza os estragos provocados pela malária e outras doenças que flagelaram os colonos, bem como a implacável hostilidade dos bijagós de Canhabaque (Beaver 1805: capítulo 10 e 11 *passim* e apêndice 16).

As críticas de Beaver aos seus colegas colonos, repetidas ao longo de todo o livro, são excessivas e em parte são desmentidas pelo seu próprio relato da selecção de eventuais colonos, e pela sua narrativa das privações, doenças crónicas, as mortes numerosas e desanimadoras e a constante insegurança em que se vivia, sofrimentos que teriam desmoralizado o mais intrépido grupo de exploradores ou de membros das forças

armadas, quanto mais civis, incluindo muitas mulheres e crianças, não preparados para tais perigos nem para o regime de disciplina naval implantado por Beaver.

Os europeus que a seguir se fixaram em Bolama foram Joseph Scott e um grupo de comerciantes britânicos e os seus escravos domésticos, que criaram uma feitoria em 1814 estimulados pelo governador Charles W. Maxwell, da Serra Leoa. Maxwell procurou incentivar os súbditos britânicos do rio Nunez e Pongo a abandonarem o comércio de escravos e irem para Bolama engajarem-se no comércio legal e cultivarem a terra. O grupo de Scott incluía John Pease, John Bateman, Frederic Weatherhead, John Griggs e Joseph Golphin. O governador Maxwell aconselhou-os a não se envolverem, quer directa ou indirectamente, no tráfico de escravos, e ordenou-lhes o pagamento de uma renda anual de 10 xelins (14 de Fevereiro de 1814, incluído em Findlay a Hay, 6 de Abril de 1832, F. O. 97/305A, P. R. O.). Scott induziu os governantes bijagós de Canhabaque a reconfirmarem a venda de Bolama a Philip Beaver (MacCarthy a Bathurst, 26 de Setembro de 1815, C. O. 267/40, P. R. O.).

O sucessor do governador Maxwell, Charles MacCarthy, solicitou autorização a Lord Bathurst, o Secretário Colonial, para enviar um pequeno destacamento de tropas para proteger a colónia.

«Sou levado a crer, pelas informações que obtive, que Bulam presta-se bem para uma nova colónia possuindo um bom porto, ricos solos e abundante madeira para a construção de casas e embarcações, e presumo que em poucos anos algumas feitorias britânicas poderiam obter um comércio considerável dos rios adjacentes e pôr fim ao tráfico de escravos levado a cabo diariamente por navios sob bandeira portuguesa e espanhola, propriedade principalmente de americanos»

(26 de Setembro de 1815, C. O. 267/40, P. R. O.).

MacCarthy antecipou-se às objecções de Lord Bathurst prometendo não incorrer em despesas desnecessárias, mas sem proveito (Bathurst e MacCarthy, 15 de Maio de 1816, C. O. 268/19).

Em Março de 1816, Scott e os membros do seu grupo foram expoliados e expulsos de Bolama pelos Papéis de Biombo, na ilha de Bissau, alegadamente incitados pelos traficantes de escravos. Um dos traficantes brancos foi morto e outro ferido (um homem que procurava madeira para a marinha britânica), e dois africanos foram feitos escravos (MacCarthy

e Bathurst, 20 de Julho de 1816), C. O. 267/42, P. R. O.; Barcellos, III, 1905: 386).

As guerras napoleónicas impediram a implementação de novos planos de colonização europeia na África Ocidental, e após a Paz de Paris em 1815 os interesses franceses e ingleses na colonização da África Ocidental desviaram-se na Grã-Bretanha de Bolama para o desenvolvimento da Serra Leoa, e em França para os fracassados planos de colonização da península de Cabo Verde e do vale do baixo rio Senegal. Entretanto, os livros escritos por Beaver, Durand, Golberry, Pruneau de Pommegorge e Wadstrom continuavam a influenciar os promotores da colonização africana. A seguir seriam os americanos.

Bolama e os planos de colonização americana

O interesse americano pela colonização de África aumentou significativamente durante as duas últimas décadas do séc. XVIII, particularmente no que dizia respeito à possibilidade de instalar negros libertos. Os advogados brancos da colonização de África eram motivados por uma variedade de razões: como uma «solução» para as consequências sociais do crescente número de negros libertos nos Estados Unidos da América; como um meio de incentivar a alforria dos escravos e eventualmente a remoção de toda a população negra; como um meio para a evangelização de todo o continente africano; como uma saída para o desenvolvimento do comércio americano com África; como um empreendimento alegadamente no interesse dos próprios negros; e a combinação de todas estas razões. Uma série de planos foram activamente debatidos nos estados da Nova Inglaterra nas décadas de 1780 e 1790, mas os fundos privados e públicos não apareceram.

Alguns dos negros libertos na Nova Inglaterra tomaram a iniciativa por sua conta e risco. A *Providence African Society* enviou James Mackenzie como seu porta-voz à Serra Leoa no Inverno de 1794-1795. Mackenzie regressou com a promessa de quintas e lotes urbanos para acomodar doze famílias, mas perdeu-se a oportunidade por falta de apoio dos filantropos brancos (Brooks 1974; Wilson 1976: 379).

A primeira colónia de negros americanos em África surgiu duas décadas mais tarde, em 1816, quando o capitão Paul Cuffee, um proprietário de barcos de Massachusetts de ascendência mista índia e africana, transportou trinta e oito libertos para a Serra Leoa, muitos deles às suas próprias expensas. A morte de Cuffee em 1817, pouco depois do

seu regresso aos Estados Unidos, impediu outras aventuras. A partir daí, na ausência de outros negros com a empresa e os recursos privados de Cuffee, os negros americanos que quisessem emigrar para África estavam dependentes de grupos de colonização organizados por brancos, nomeadamente a *American Colonization Society*, fundada em Dezembro de 1816 (Harris 1972; Thomas 1986).

A *American Colonization Society* começou a recolher informações sobre potenciais localidades africanas já em 1817. A ilha de Sherbro foi vivamente recomendada pelo entusiasta colono inglês Thomas Clarkson, e no fim de 1817 o reverendo Samuel J. Mills e Ebenezer Burgess foram destacados para inspeccionar a costa africana próxima da Serra Leoa, com especial incidência na ilha de Sherbro. Influenciados pelo conselho interessado de Thomas Kizell, um dos colonos de Cuffee na Serra Leoa, Mills e Burgess foram levados a recomendar a ilha de Sherbro como um local adequado. Uma tentativa de povoamento foi feita em Março de 1820, apenas para ser abandonada poucas semanas mais tarde, quando a malária dizimou os colonos. Os sobreviventes refugiaram-se na Serra Leoa durante um ano, até que foram reinstalados com êxito em Cabo Mesurado, na Libéria, na Primavera de 1822 (Staudenraus 1961: capítulos 4-6).

As notícias sobre a procura de um lugar adequado na África Ocidental por parte da *American Colonization Society* chegaram atrasadas a Samuel Hodges Jr., que realizou comércio intermediário e desempenhou o cargo de cônsul dos Estados Unidos da América nas ilhas de Cabo Verde dos finais de 1818 até à sua morte em 1827. Entre os papéis que Hodges deixou encontra-se um esboço de uma carta dirigida a Bushrod Washington, o presidente da *American Colonization Society*, datada de Janeiro de 1821, escrita em seu nome e de outros cujos nomes não são mencionados. Hodges e os seus colegas recomendavam a «saúdável e fértil ilha de Bulama.»

«Estamos, com uma excepção, pessoalmente familiarizados com a ilha, e podemos assegurar-lhe que o solo é fértil, e a ilha mais saúdável do que qualquer outro lugar do Senegal ao Equador, e acreditamos firmemente que ela seja mais saúdável do que o Estado de Virgínia em geral...

Para obter a posse da ilha de um modo pacífico, será necessário tratar com o seu legítimo dono, o rei Kaneback, o qual, embora hostil aos ingleses, sempre demonstra uma disposição amigável para com outros estrangeiros, e não

temos dúvidas de que estabeleceria termos muito moderados»

(citado em Brooks 1973: 15-16).

A carta de Hodges não faz referência à missão de reconhecimento de Mills e Burgess, nem à tentativa de estabelecimento na ilha de Sherbro em Março desse ano. Seria surpreendente que Hodges e seus companheiros não tivessem recebido notícias ou ouvido rumores destes acontecimentos a partir dos barcos que paravam nas ilhas de Cabo Verde vindos dos Estados Unidos, da Europa e das colónias europeias na África Ocidental. Não se sabe se a carta foi enviada e, nesse caso, se foi recebida; muita correspondência da *American Colonization Society* neste período não foi localizada.

Hodges atribui o fracasso da colónia britânica em 1792-1793 aos mesmos factores alegados por Philip Beaver, i. e., à indisciplina e à intemperança dos colonos; torna-se evidente que Hodges conhecia bem o livro de Beaver ou tinha lido extractos dele.

Que o «rei Kaneback» acolheria bem os colonos de qualquer nacionalidade é duvidoso, não obstante a afirmação de que «estamos, com uma excepção, pessoalmente familiarizados com a ilha.» A excepção era quase de certeza Hodges: nos seus volumosos papéis não há menção de ter visitado alguma vez a costa de África durante os nove anos que residiu nas ilhas de Cabo Verde. Apenas se pode especular quem eram os outros subscritores da carta: Hodges tinha um grande leque de companheiros de negócios, portugueses e caboverdianos, sendo o mais notável o seu sócio Manoel António Martins, o homem mais poderoso no arquipélago e que também possuía uma influência considerável na Guiné. Hodges pode também estar a referir-se a americanos que faziam o comércio nas ilhas de Cabo Verde e nas costas de África. Seja quem forem as pessoas, as razões para recomendarem Bolama à *American Colonization Society* apenas podem ser conjecturadas, embora pareça provável que esperassem beneficiar dos «objectivos comerciais» mencionados na carta.

Quer a carta de Hodges tenha ou não sido recebida pela *American Colonization Society*, houve outros que escreveram ou comunicaram pessoalmente com os directores com o mesmo fim. John H. B. Latrobe, um dos membros dirigentes da Sociedade em Maryland, afirmou que se tinha informado «muito bem» sobre Bolama antes de proporem 1828 que os negros livres dos estados do norte dos Estados Unidos fossem para Bolama, os dos estados do Atlântico Central para Monróvia e os do Sul para Cabo Palmas. Numa comunicação apresentada ao encontro anual da

American Colonization Society, Latrobe caracterizava Bolama como o ponto chave da expansão para o norte de uma grande «nação afro-americana» indo do rio Senegal ao Cabo Palmas, a qual ele previa vir a ser desenvolvida por negros norte-americanos transplantados, habituados ao clima e às doenças da área.

«Entre Bulama e Libéria, está a colônia de Serra Leoa, que na total impossibilidade de a manter senão com grande sacrifício de vidas levará finalmente os britânicos a abandonarem-na — e que, mesmo que seja abandonada, deve-se tornar parte da nação afro-americana, tal como as crescentes colônias da Libéria e de Bulama incluem e admitem. Uma vez bem fixados nas águas do rio Grande, podemos nos considerar na posse das do Senegal e da Gâmbia; fazendo depender do nosso comércio as nações no alto do Níger;...» (citado em Brooks 1973: 18).

Em 1831, quando a *Maryland State Colonization Society* resolveu fundar uma colônia africana sob a sua própria iniciativa, Bolama foi um dos principais sítios a ser considerados. Latrobe, seu secretário, começou a reunir informações adicionais e escreveu a George R. McGill, um negro de Baltimore que emigrara para a Monróvia em 1827. O inquérito de Latrobe deu lugar a uma resposta efusiva de McGill, que aproveitou a oportunidade para dar voz à sua insatisfação e à de outros com as condições de Monróvia, e expressar o seu vivo desejo de procurar pastagens mais verdes.

«[Bolama] é mais Agradável por Estar na Latitude vinte, em segundo lugar é mais saudável devido à sua situação no mar, terceiro é um local melhor para o comércio — os nativos são mais civilizados. Dizem-me que o local é muito produtivo; muito mais do que o que ocupamos, e dizem-me que há um bom porto para barcos de qualquer tamanho. É uma saída para o comércio fuller [fula] e mandinga, tal como couros, marfim, ouro, cera de abelha, borracha, cavalos e burros. Pelas informações que tenho do lugar é muito preferível a este... »

(citado em Brooks 1973: 18-19)

McGill não diz como conseguiu estas informações sobre Bolama, mas parece ter estado melhor informado sobre a ilha do que Samuel Hodges

uma década antes. A sua fonte terá sido provavelmente um dos vários capitães ou comandantes de navio americanos que negociaram em Bissau e tiveram conhecimento de Bolama através de residentes dos rios Nunez e Pongo. Possivelmente foi um americano a que se faz alusão num despacho feito por Malavois, o comandante de Gorée em Agosto de 1833. Ele informa que Bolama era normalmente desabitada, embora frequentada de vez em quando por Bijagós à caça de elefantes e outras espécies. Malavois menciona que um americano que viveu por uns tempos na parte oeste da ilha foi assassinado por instigação de portugueses em Bissau (Malavois ao Governador de Senegal, 27 de Agosto de 1833, 4B6, A. A. O. F.).

Um mês mais tarde McGill enviou a Latrobe uma outra carta, na qual reiterava a sua convicção de que Bolama era o local mais promissor para uma nova colónia. Algum tempo depois McGill obteve informações adicionais sobre Bolama, e em Julho de 1832 escreveu aos directores da *Maryland Colonization Society* dizendo que, depois de tudo, Bolama não serviria os objectivos da sociedade: «Eu estava muito entusiasmado com a ilha de Bulama, mas informações posteriores levam-me a dizer que ela não servirá, nem poderá ser obtida sem muito custo.» Mais uma vez, a fonte de McGill não é revelada. Quanto aos outros lugares considerados, McGill recomendava o rio Sine, Cabo Palmas e o rio Cestos, por esta ordem. A *Maryland Colonization Society* escolheu finalmente Cabo Palmas, onde foi fundada com êxito uma colónia em Fevereiro de 1834 (Brooks 1973: 20-21).

Sem George McGill nem os directores da *Maryland Colonization Society* o saberem, o renovado interesse britânico por Bolama levou as autoridades portuguesas da Guiné a negociarem acordos com os Bijagós e Biafadas em 1828 e 1830 e a colocarem um destacamento de soldados na ilha. Caetano José Nozolini e a *nhara* Aurélia Correia criaram posteriormente plantações bem sucedidas, confirmando deste modo algumas das afirmações sobre o potencial agrícola da ilha feita pelos franceses, britânicos e americanos que defendiam a colonização da ilha.

Portugal e a região da Guiné-Bissau, décadas de 1820-1830

A seguir às guerras napoleónicas Portugal viveu um longo período de depressão económica e instabilidade política, e a Província de Cabo Verde e Guiné (as ilhas de Cabo Verde mais as feitorias comerciais na região da Guiné-Bissau) foi praticamente esquecida quer pelos políticos

no governo quer pelos cidadãos portugueses. Durante a maior parte do séc. XIX, os governadores não receberam praticamente quaisquer fundos ou outro apoio da tesouraria portuguesa, em bancarrota crónica, e nos melhores tempos apenas conseguiam obter rendimentos irrisórios da província — quando o arquipélago de Cabo Verde não era assolado pelos seus frequentes períodos de seca e fome. Condenados à impotência pela penúria, os governadores habitualmente confiavam os postos de comandantes militares aos proprietários mais influentes de cada ilha, e na Guiné deixavam os assuntos entregues a quem controlasse a maior parte do comércio e tivesse comitivas pessoais de apoiantes. Normalmente, embora nem sempre, estes indivíduos eram os comandantes das guarnições militares de Bissau e Cacheu (Brooks 1983: 302).

Em finais da década de 1810 e inícios de 1820 a pessoa mais influente na área do Geba-Grande era Joaquim António de Mattos ([1788]-1843), um português que subiu de funcionário das alfândegas em 1805 para comandante de Bissau em 1818. Aparentemente Mattos ficou a dever muito do seu sucesso a uma mulher africana ou luso-africana que exercia considerável influência entre os Papéis locais.

O declínio da influência de Mattos em Bissau parece datar do seu casamento em 1820 (?) com Maria do Carmo Pusich, filha do governador da Província de Cabo Verde e Guiné. O destino de Mattos mudou adversamente quando, em Maio de 1821, o seu sogro foi deposto por uma «revolta popular» na Praia a favor da revolucionária Constituição de 1820 em Portugal, revolta orquestrada por Manoel António Martins, o agente do poder no arquipélago nas décadas de 1820 e 1830. Seguidamente Martins aliou-se com Mattos contra Caetano Nozolini e Mãe Aurélia Correia, mas já era tarde para impedir a consolidação do seu poder em Bissau (Brooks 1983: 310-311).

Fracassadas iniciativas britânicas e francesas, 1826-1828

No início de 1826, o governador em exercício na Serra Leoa, Kenneth Macaulay, visitou Bolama a caminho do rio Gâmbia, e tal como outros europeus antes dele, ficou cativado com a primeira visão da ilha («a mais bonita do mundo») e com as informações dadas sobre os seus recursos pelos oficiais navais britânicos. Macaulay exprimiu o seu entusiasmo a Lord Bathurst:

«Vimos manadas de gado ao longo da costa... Os nativos não a cultivam dizendo que pertence ao rei Jorge da

Inglaterra. No entanto, soube que alguns aventureiros portugueses tiveram durante anos o hábito de frequentá-la com o propósito de cortarem e embarcarem madeira.

Venho respeitosamente solicitar a V. Senhoria a honra de fundar nela uma colónia de soldados negros ou licenciados e africanos libertos, à qual brevemente afluíram mercadores e comerciantes de todas as nossas outras colónias da Costa. Tal colónia daria em pouco tempo à nação britânica todo o importante comércio do Rio Grande, Bissau e zonas vizinhas ricas em gado, peles, cera, marfim e óleo — formaria uma ligação entre a Gâmbia e esta [Freetown] e de uma vez por todas restringiria o tráfico de escravos portugueses ao norte e evitaria as expedições de saque preparadas em Bissau e que passam por Bulama para o Rio Grande, Nunez, &c. com o propósito de capturar os desgraçados nativos e levá-los daí para a escravatura. A fertilidade do solo, não duvido, tornaria brevemente esta colónia altamente agrícola e as despesas com a sua formação, estou em crer, mostrar-se-iam irrisórias»

(28 de Junho de 1826, C. O. 267/72)

Nos anos vinte do séc. XIX oficiais da marinha francesa aliaram-se a interesses comerciais franceses para explorar as distrações e fraquezas internas de Portugal na Guiné-Bissau, com o fim de expandirem o comércio e a influência francesa para o sul ao longo da Costa da Alta Guiné. Um dos objectivos era obter o controle do comércio do rio Casamansa, incluindo as abundantes colheitas dos Diolas, e isto comportou um prolongado e dispendioso esforço para implantar comerciantes franceses, franco-africanos e senegaleses ao longo do rio, contra a firme oposição dos comerciantes luso-africanos e africanos.

Um segundo impulso teve lugar para o sul, ao longo da costa para além de Bissau, destinado a expandir o comércio francês nos «*Rivières du Sud*». Jean-Clement-Victor Dangles, um funcionário governamental associado a estes esforços, visitou Bolama e o rio Grande em Abril de 1828 depois de assinar tratados e desembarcar comerciantes franceses no rio Casamansa. Dangles encontrou as margens do rio Grande despovoadas depois da devastação produzida por uma invasão fula ocorrida alguns anos antes. Os habitantes que restavam da «*triste village*» de Bulola incluíam «*quelques misérables Portugais et un Anglais*» (Saulnier 1914: 61-62). Pode-se supor que os primeiros eram luso-africanos, enquanto

que o último era David Lawrence, filho de David James Lawrence, que dera apoio a Philip Beaver em 1792-1793.

Os comentários derisórios de Dangles sobre Bolala são desmentidos pelas informações comerciais recolhidas pelos oficiais da marinha britânica que faziam a patrulha anti-esclavagista ao longo da Costa da Alta Guiné. Num despacho do ano anterior à visita de Dangles, Neil Campbell, governador da Serra Leoa, descrevia Bolala como um entreposto dotado de uma órbita comercial notável:

«Ao cimo do rio Grande havia uma pequena corveta que pertencia ao rei de Bolala, sem documentos nem bandeira e pilotada por nativos, que faz comércio costeiro a norte até ao [rio] Senegal e a sul até este local [Freetown]»

(Campbell a Goderich, 14 de Julho de 1827,
C. O. 267/82, P. R. O.)

Muito provavelmente o «rei de Bolala» é uma referência a David Lawrence, pois o comandante Owen descreve-o como ocupando a maior moradia da comunidade em 1826 e possuindo uma corveta que lhe foi posteriormente tomada pelos Bijagós de Formosa e vendida em Bissau (Owen, II, 1833: 152).

Dangles encontrou Bolama desabitada, embora fosse reivindicada pelo régulo bijagó de Canhabaque. As florestas, a abundante caça e outros atributos da ilha encantaram Dangles, que organizou um plano para estabelecer uma colónia agro-comercial. Também propôs a instalação de uma guarnição militar ao longo do rio Grande para incentivar a recolocação africana e promover o comércio com o Futa Djalon. Segundo Dangles o êxito seria assegurado por 500 soldados e 200 colonos devidamente abastecidos (Saulnier 1914: 67-68).

O governador Jubelin, do Senegal, adiou o seu parecer sobre estas propostas até que Dangles pudesse empreender um segundo reconhecimento da área. Entretanto as iniciativas de Dangles receberam uma forte adesão do governo francês, que autorizou o uso de uma embarcação naval a fim de aumentar as suas garantias.

A visita de Dangles a Bolama levou os funcionários portugueses a agir. Em Julho de 1828 os régulos biafadas de Guínala e os régulos bijagós de Canhabaque foram persuadidos a visitar Bissau e assinar um tratado cedendo Bolama. Dois anos mais tarde, em 1830, um destacamento de soldados foi colocado na ilha. Alguns dos mantimentos foram transportados para Bolama no brigue americano *Transit*, de Nova Iorque,

pelo capitão Charles Thomas (Mattos a Nozolini, 24 de Abril de 1830, caixa 23, A. H. U.).

Dangles nunca mais regressou a Bolama. Em Agosto de 1828 visitou o rio Casamansa a bordo do brigue *Bordelaise*, onde soube, para sua consternação, que os agentes deixados em M'Bering em Abril tinham morrido e que os luso-africanos tinham reafirmado a sua influência sobre os régulos africanos com os quais ele fizera tratados. Dangles e a maioria dos tripulantes do *Bordelaise* contraíram malária e foram obrigados a regressar a Gorée, onde Dangles morreu (Saulnier 1914: 70-72). Só na década de 1830 é que os comerciantes franceses começaram a conquistar a margem superior do Casamansa e os oficiais navais franceses recuperaram a confiança no sul ao longo da Costa da Alta Guiné (Esteves 1988: 49-65). Entretanto Caetano Nozolini e Mãe Aurélia tinham-se tornado nos comerciantes que dominavam nos rios Geba e Grande e tinham iniciado plantações ao longo da costa oeste de Bolama, realizando assim as expectativas agrícolas de Philip Beaver — se exceptuarmos o facto de Nozolini e Mãe Aurélia utilizarem trabalho escravo.

Bolama e Caetano Nozolini e Mãe Aurélia, 1820-1840

À semelhança Mãe Aurélia é-lhe atribuída etnicidade bijagó e às vezes era chamada «Rainha de Orango», mas ela e a sua irmã Mãe Júlia, igualmente uma *nhara* de considerável riqueza e influência, podem ter provindo de Papéis capturados por Bijagós ou terem tido ascendentes luso-africanos. O parceiro comercial e marido de Mãe Aurélia, Caetano Nozolini (1800-1850), nasceu na ilha de Fogo. A sua vida coincidiu com a influência crescente dos caboverdianos na região da Guiné-Bissau, à medida que o número de portugueses peninsulares decaía no período após as guerras napoleónicas. Nozolini teve um papel fundamental na repressão de um motim de soldados na guarnição de Bissau em 1826, comandando uma força de cerca de 60 grumetes papéis. Uma grande comitiva de grumetes armados foi de importância crucial para Nozolini e Mãe Aurélia durante a sua ascensão à proeminência comercial e política em Bissau.

Nozolini e Mãe Aurélia tornaram-se os principais traficantes de escravos na área do Geba-Grande nos finais da década de 1820, com uma rede comercial que se estendia até ao rio Nunez. O comércio nas ilhas Bijagós foi por muito tempo disputado por Joaquim António de Mattos, que beneficiava de estreitos laços pessoais e comerciais com Damião, o principal régulo bijagó de Canhabaque, enquanto que a influência de Mãe

Aurélia (e de Mãe Júlia) centrava-se em Orango. É muito provável que tanto Mãe Aurélia como Mattos encorajassem os Bijagós a atacarem os rivais, fazendo com que os comerciantes franceses, franco-africanos e senegaleses receassem comerciar no arquipélago (Brooks 1983: 298-303; 310-312).

Em 1825, Nozolini e Mãe Aurélia levaram escravos para Bolama, construíram uma residência e começaram uma vasta plantação (Pélissier 1989: 58). No mesmo ano, experimentaram um severo golpe na sua economia e influência quando Nozolini foi implicado no assassinio de um comerciante francês estabelecido no Senegal, de nome Dumaigne, que estava envolvido no comércio do sal ao longo do rio Geba, quebrando deste modo o monopólio que eles exerciam. Os comerciantes e funcionários franceses do Senegal exigiram que Nozolini fosse entregue à justiça, mas Nozolini e Mãe Aurélia bloquearam a investigação instaurada pelo governador da província. Nozolini fugiu para as ilhas de Cabo Verde antes da chegada de um barco francês, em Dezembro de 1835. O comandante francês pressionou António de Mattos, comandante de Bissau e rival de Nozolini havia muito tempo, a confiscar as propriedades de Nozolini e Mãe Aurélia para compensar os herdeiros de Dumaigne. Nozolini foi preso e encarcerado por uns tempos na Praia pelo governador da província, mas todas as queixas contra ele foram mais tarde retiradas, e regressou a Bissau pouco depois da partida do navio de guerra francês. Nozolini e Mãe Aurélia exerceram posteriormente tanta influência na Guiné como antes do assassinio de Dumaigne, mas não voltaria a haver mais «eliminações» de concorrentes protegidos pela marinha francesa (Brooks 1983: 312-313).

À medida que a marinha britânica suprimia gradualmente a exportação de escravos da Costa da Alta Guiné, Nozolini e Mãe Aurélia adaptavam-se às novas circunstâncias. Eles estiveram entre os primeiros a empreender na região da Guiné-Bissau o cultivo do amendoim para consumo local e exportação, abrindo plantações ao longo da ponta oeste de Bolama. Ao fazerem isso seguiram o exemplo de outros traficantes de escravos, ao utilizarem os cativos para o cultivo de amendoim e outras culturas de renda, para «legitimarem» os comerciantes ou para o consumo local, enquanto esperavam a oportunidade de os venderem aos traficantes (Brooks 1975a: 31-32; 46-47; Bowman 1987: 90-91).

Ironicamente, a localização relativamente acessível de Bolama permitiu aos navios de guerra do esquadrão britânico anti-esclavagista atacarem os seus antagonistas de há muito. Em Dezembro de 1838, uma facção terrestre do brigue de guerra *Brisk* levou 212 escravos de Ponta

Oeste, arreu a bandeira portuguesa e capturou a escuna *Aurelia Felix* (que presumivelmente devia o nome a *Mãe Aurélia*). A embarcação estava carregada de sal e foi eventualmente libertada em Freetown por falta de provas para a condenar por tráfico de escravos, mas os cativos a bordo não foram devolvidos nem foi paga qualquer indemnização. O *Brisk* atacou Bolama de novo em Abril de 1839, inflingindo novas perdas em bens, o que levou *Mãe Aurélia* e Nozolini a reduzir as suas operações na ilha por algum tempo (Brooks 1983: 314). Em 1842, a marinha britânica tomou posse formal da ilha, mas o governo britânico recusou guarnecê-la com tropas (Fyfe 1962: 224).

Caetano Nozolini morreu em Julho de 1850. Caetano Nozolini Jr., que foi educado em França, continuou os negócios da família sob o nome de Nozolini Jr. e Companhia, sob, pode-se calcular, a orientação experiente da sua mãe. Três filhas casaram-se com homens capazes e empreendedores e com os seus maridos contribuíram para a continuidade da prosperidade e influência da família durante os anos 50 e 60.

Eugénia, a filha mais velha (?), casou com o Dr. António Joaquim Ferreira, que em 1844 foi nomeado administrador do hospital de Bissau. O dote de Eugénia incluía a colónia de Ametite, no extremo nordeste da Ilha das galinhas, no arquipélago dos Bijagós. O Dr. Ferreira criou aí um centro de convalescência para doentes de Bissau que ficou conhecido por *Casaria* («grupo de casas»). Plantou coqueiros em Ametite, considerado o primeiro local onde foram cultivados na Guiné-Bissau. Tirando vantagem dos conhecimentos da sua família, o Dr. Ferreira tornou-se um comerciante influente em Bissau por volta dos anos 50, uma actividade sem dúvida muito mais remunerativa do que o exercício da medicina (Barcellos, V, 1911: 25, 156, 264, 266; VI, 1912: 60, 226, 279).

Após a morte do seu marido em 1853-1854 (?), Eugénia Nozolini Ferreira residiu em Ametite, gerindo uma colónia comercial e plantações de arroz e amendoim. Os seus escravos domésticos teciam e bordavam, trabalhando em amplas casas que haviam sido construídas no passado para alojar cativos à espera de serem embarcados. Eugénia tinha também uma feitoria em Boa Esperança, localizada à entrada do rio Grande, onde havia grandes extensões de valiosas madeiras. Os seus filhos continuaram a explorar a colónia agro-comercial em Ametite pelo menos até aos anos 60 (Barcellos, VI, 1912: 26, 42, 60, 62; Thompson 1858/1969: 89).

A segunda filha de Caetano Nozolini e *Mãe Aurélia*, Leopoldina, casou com Adolphe Demay, um comerciante franco-africano de Gorée que se estabelecera em Bissau nos finais dos anos 40. A residência de Demay em Bissau refletia os tempos de mudança. Protegido por barcos

de guerra franceses, os comerciantes franceses, franco-africanos e senegaleses fizeram incursões cada vez maiores no comércio luso-africano e caboverdiano no rio Casamansa e no sul ao longo da Costa da Alta Guiné. A intimidação e a violência como meio de eliminar comerciantes rivais já não eram possíveis após o assassinio de Dumaigne em 1835, de modo que Mãe Aurélia, Nozolini e Leopoldina devem ter decidido que os interesses da família seriam melhor servidos pela tradicional estratégia proprietário africano-estrangeiro de co-optarem por um comerciante estrangeiro hábil através de uma aliança matrimonial.

Apesar do casamento de Leopoldina com Demay ter sido por conveniência, o comércio de Demay prosperou, e pode-se supor que os interesses de Leopoldina também foram bem servidos. Dos bens de Leopoldina não era de desprezar a herança que recebeu do seu pai, o estabelecimento comercial e os privilégios comerciais exclusivos no rio Corubal (Nozolini obteve estes últimos em 1843 do régulo biafada). Além do comércio em Bissau e no rio Corubal, Demay tinha uma feitoria denominada «Monte Napoleão» no rio Grande, também parte da esfera comercial de Mãe Aurélia e Nozolini. Demay desempenhou um papel importante para os interesses comerciais franceses e senegaleses nos anos 50 e 60, facultando relatórios sobre o comércio e outros assuntos aos oficiais da marinha francesa e aos funcionários coloniais do Senegal, e por vários anos na década de 50 actuou como agente comercial para o cônsul americano na Praia, nas ilhas de Cabo Verde (Valdez, I, 1864: 347; 353; Barcellos, V, 1911: 270; VI, 1912: 62, 198; Brooks 1970: 197-198).

Perspectivas sobre as décadas de 1850 e 1860

Numerosos académicos analisaram os acontecimentos do período anterior à arbitragem de Bolama em 1870, nomeadamente o mais recente e autorizado, René Pélissier, em *Naissance de la Guinée* (1989). As observações que se seguem dizem respeito a dois temas abordados neste texto.

Deve-se realçar a importância dos euro-africanos e africanos ligados às potências europeias em concorrência. Os marinheiros, construtores de embarcações e outros artesãos luso-africanos, franco-africanos, anglo-africanos e africanos eram indispensáveis aos comerciantes portugueses, caboverdianos, franceses e britânicos que competiam pelo comércio africano nos rios a sul de Bolama, denominados «*Rivières du Sud*» ou

«*Northern Rivers*» segundo se tratasse da perspectiva do Senegal ou da Serra Leoa. Entretanto, emigrantes caboverdianos estabelecidos ao longo do rio Grande e do rio Geba durante os anos de seca da década de 60 e seguintes, conjuntamente com luso-africanos nascidos na Guiné, reforçaram a influência «portuguesa» na região da Guiné-Bissau (Carreira 1977: 113-114; Bowman 1987: 93-98).

O papel desempenhado individualmente por euro-africanos e africanos durante a era do imperialismo ainda está por ser convenientemente tratado. Por exemplo, a pessoa nomeada como administrador de Bolama em Janeiro de 1859 pelo governador da Serra Leoa era David James Lawrence, que possuía uma feitoria em Bissássema, no rio Grande. Lawrence foi descrito por Honório Pereira Barreto como um sussu do rio Pongo, mas parece ter sido filho (ou neto) do anglo-africano David James Lawrence, que prestara assistência a Philip Beaver e à colónia inglesa em 1793 (Walter 1947: 178; Hargreaves 1963: 48; Pélissier 1989: 96). Naturalizado súbdito britânico por uma ordenança de Abril de 1859 (Hargreaves 1963: 48), Lawrence promoveu eficazmente os interesses imperiais britânicos. Em 1861, persuadiu os Biafadas de Bambadinca, Fá e Ganjarra, ao longo do rio Geba, a hastear a bandeira britânica, e içou pessoalmente a *Union Jack* na ilha de Pecixe (Pélissier 1989: 101).

Devido em grande parte aos comerciantes franco-africanos e senegaleses, o comércio precedeu a bandeira nas *Rivières du Sud*. Na década de 1850 os interesses comerciais franceses monopolizaram as exportações de amendoim, preparando o caminho para os tratados negociados pelos oficiais navais franceses (Brooks 1975b: 78-79).

Quanto à questão de que os acontecimentos na região da Guiné-Bissau vieram a ser cada vez mais integrados nos alargados parâmetros da partilha do continente africano, um factor importante respeitante ao destino de Bolama face à divisão colonial pode ser atribuído aos Ashantis da Costa do Ouro, o actual Gana. O recomeço das hostilidades entre Ashantis e britânicos em 1864, a inaptidão militar inglesa e as numerosas baixas entre as tropas das Índias Ocidentais provocadas por doença, suscitaram um inquérito parlamentar que teve consequências significativas na partilha da África Ocidental (Boahen 1974: 224-229; Olaniyan 1984: XI-XIII).

As conclusões da Comissão Parlamentar Especial de 1865 serviram para impedir o governador da Serra Leoa de fazer novas anexações territoriais numa conjuntura crítica, permitindo ao governador do Senegal tomar iniciativas decisivas, obtendo tratados que reivindicavam a soberania francesa no rio Melakori em Novembro de 1865 e, nos dois

meses seguintes, tratados nos rios Nunez e Pongo, a «pátria» anglo-africana de numerosos anglo-africanos como David James Lawrence. A guarnição britânica de Bolama ficou irrevogavelmente separada da colónia da Serra Leoa, que reclamava a jurisdição sobre Bolama e zonas vizinhas da região da Guiné-Bissau, e quando em 1867 um tomado destruiu as suas barracas, as tropas foram retiradas para a Serra Leoa, para nunca mais voltarem (Fyfe 1962: 341; 369).

Um ano mais tarde, a Grã-Bretanha e Portugal concordaram em submeter as suas reivindicações sobre Bolama à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos. Poucos dos portugueses, se realmente houve algum, que celebraram a «vitória diplomática» de 1870, compreenderiam quanto o seu país a devia à capacidade militar ashanti.

NOTA

Este texto é dedicado ao Pe. Artur Biasutti, dos Padres PIME. Durante a sua longa permanência na Guiné, da década de 1940 à de 1980, o Padre Biasutti, ou Pa Pias como era mais conhecido, adquiriu um profundo conhecimento dos povos e das culturas e contribuiu significativamente para o estudo e ensino do crioulo. Das contribuições linguísticas do Pe. Biasutti, a mais acessível aos académicos é o seu *Vocabulari Kriol-Portugis* (Bafatá, 1982).

Agradeço ao *American Council of Learned Societies* e ao *Indiana University Committee on the Overseas Conference Fund* pelo apoio financeiro que me permitiu assistir ao Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe». Estou em dívida para com o Sr. Alexandre Marques Pereira, da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, pela sua valiosa assistência, durante muitos anos, na pesquisa das fontes portuguesas. E. C. Rivron contribuiu significativamente para a redacção e edição deste texto. Estou muito grato a Filomena Miranda e a Teresa Montenegro pela tradução do texto para o português.

Referências

FONTES INÉDITAS

- American Antiquarian Society (A.A.S.), Worcester, Massachusetts. Samuel Hodges, Jr., Papers. Cit. in Brooks 1973.
Archives of Afrique Occidentale Française (A. A. O. F.), Dakar. B Correspondence.
Arquivo Histórico Ultramarino (A. H. U.), Lisboa.
Guiné

Public Record Office (P. R. O.), Londres.

C. O. 267 Sierra Leone, General Correspondence

C. O. 268 Colonial Office, Dispatches to Sierra Leone

F. O. 97 Portugal: Island of Bulama

Boulègue, J. 1990. «Un projet d'établissement français à Bolama et son échec (1724-1725)». Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe».

Brooks, G. E. 1988. «Landlords and Strangers: A History of Western Africa, 1000-1630». Westview Press, 1991 (no prelo).

Galli, R. E. 1990. «Eighteenth Century Images of Bolama and its "Colonization"». Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe».

Hair, P. E. H. 1990. «Some References to Bolama, 1450-1870». Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe».

Knight-Baylac, M. -H. 1970. «Gorée et "la Petite Côte"; Origines et développement; Les relations commerciales avec les pays du sud (jusqu'au Rio Grande) 1677-1789». Memória, Universidade de Paris-Sorbonne.

Robinson, R. L. 1966. «British Colonial Policy and Trade on the Windward Coast of Africa, 1812-1832». Tese de doutoramento, Duke University.

Scantamburlo, L. 1990. Comunicação pessoal, 23-24 Novembro.

FONTES PUBLICADAS

Almada, A. A. c. 1594/1984. *Brief Treatise on the Rivers of Guinea*. Trad. de P. E. H. Hair, Liverpool.

Andrade, A. A. de. 1970. «Bernardino Alvares de Andrade, um guineense esquecido». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XXV, 98: 177-215.

Barcellos, C. J. de S. 1899-1913. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. 7 vols. Lisboa.

Beaver, P. 1805. *African Memoranda: Relative to an Attempt to Establish a British Settlement on the Island of Bulama on the Western Coast of Africa, in the Year 1792*. Londres.

Boahen, A. 1974 «Politics in Ghana, 1800-1874». In *History of West Africa*, Vol. II: 167-261. Ed. J. F. A. Ajayi e M. Crowder. Londres.

Bowman, J. L. 1987. «"Legitimate Commerce" and Peanut Production in Portuguese Guinea, 1840-1880». *Journal of African History* 28: 87-106.

Brooks, G. E. 1970. *Yankee Traders, Old Coasters, and African Middlemen: A History of American Legitimate Trade with West Africa in the Nineteenth Century*. Boston.

Brooks, G. E. 1973. «Bolama as a Prospective Site for American Colonization in the 1820's». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XXVIII, 109: 5-21.

Brooks, G. E. 1974. «The Providence African Society's Sierra Leone Emigration Scheme, 1794-1795: Prologue to the African Colonization Movement». *International Journal of African Historical Studies*, 7, 2, 183-202.

Brooks, G. E. 1975a. «Peanuts and Colonization: Consequences of the Commercialization of Peanuts in West Africa, 1830-1870». *Journal of African History* 16, 1: 29-54.

Brooks, G. E. 1975b. «Gorée and the Cape Verde Rivers». In *African Dimensions: Essays in Honor of William O. Brown*, 69-80. ed. M. Karp. Boston.

Brooks, G. E. 1983. «A Nhara of the Guinea-Bissau Region: Mãe Aurélia Correia». In *Women and Slavery in Africa*, 295-319. Ed. C. C. Robertson e M. A. Klein. Madison.

Brosselard, H. 1889. «La Guinée Portugaise et les possessions françaises voisines». *Bulletin de la Société de Géographie de Lille* 11, 6: 381-434.

Carreira, A. 1977. *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa.

- Coelho, F. de L. 1684/1985. *Description of the Coast of Guinea (1684)*. Ed. P. E. H. Hair, Liverpool.
- Craig, R., e R. Jarvis 1967. *Liverpool Registry of Merchant Ships*. Manchester.
- Cultru, P., ed. 1685/1913. *Premier voyage du Sieur de la Courbe fait à la coste d'Afrique en 1685*. Paris.
- Curtin, P. D. 1964. *The Image of Africa; British Ideas and Action, 1780-1850*. Madison.
- Donelha, A. 1625/1977. *An Account of Sierra Leone and the Rivers of Cape Verde (1625)*. Ed. A. T. da Mota e P. E. H. Hair. Lisboa.
- Durand, J. B. L. 1806. *A Voyage to Senegal*. Londres.
- Esteves, M. L. 1988. *A Questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné*. Lisboa.
- Fage, J. D. 1987. *A Guide to Original Sources for Precolonial Western Africa Published in European Languages*. Madison.
- Fyfe, C. 1962. *A History of Sierra Leone*. Londres.
- Golberry, S. -M. -X. de 1802. *Fragments d'un voyage en Afrique, fait pendant les années 1785, 1786, 1787*. 2 vols. Paris.
- Hair, P. E. H. 1960. «Beaver on Bolama». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XV, 58: 360-383.
- Hair, P. E. H. 1964. «"Sierra Leone and Bulama" 1792-4: Further Notes». *Sierra Leone Bulletin of Religion* 6, 1: 26-31.
- Hargreaves, J. D. 1963. *Prelude to the Partition of West Africa*. Londres.
- Harris, S. H. 1972. *Paul Cuffe: Black America and the African Return*. Nova Iorque.
- Jore, L. 1965. *Les Établissements français sur la côte occidentale d'Afrique de 1758 à 1809*. Paris.
- Lamiral, D. H. 1791. *Memoire sur le Senegal*. Paris.
- Machat, J. 1906. *Documents sur les établissements français de l'Afrique Occidentale au XVIII^e siècle*. Paris.
- Mathews, J. 1788. *A voyage to the River Sierra-Leone... 1785, 1786, and 1787*. Londres.
- Mota, A. T. da 1974. «Actividade marítima dos Bijagós nos séculos XVI e XVII». In *Memórias António Jorge Dias*, Vol. 3: 243-277.
- Mota, A. T. da 1978. *Some Aspects of Portuguese Colonisation and Sea Trade in West Africa in the 15th and 16th Centuries*. Bloomington.
- Mouser, B. L. 1973. «Trade, Coasters, and Conflict in the Rio Pongo from 1790 to 1808». *Journal of African History* 14, 1: 45-64.
- Mouser, B. L. 1975. «Landlords-Strangers: A Process of Accommodation and Assimilation». *International Journal of African Historical Studies* 8, 3: 425-440.
- Mouser, B. L. 1983. «Women Slavers of Guinea-Conakry». In *Women and Slavery in Africa*, ed. C. C. Robertson e M. L. Klein. Madison.
- Olaniyan, R. 1984. *Guinea-Bissau in Anglo-Portuguese Relations, 1860-1870: A Study in the Diplomacy of Colonial Acquisition*. Ife.
- Owen, W. F. W. 1833. *Narrative of Voyages to Explore the Shores of Africa, Arabia, and Madagascar*. 2 Vols. Nova Iorque.
- Pélissier, R. 1989. *Naissance de la Guiné: portugais et africains en Sénégal (1841-1936)*. Orgeval.
- Prélong, C. 1793. «Mémoires sur les îles de Gorée et du Sénégal». *Annales de Chimie* 18: 241-309.
- Pruneau de Pommegorge, J. 1789. *Description de la Nigritie par M. P. D. P.* Paris.
- Rodney, W. 1970. *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800*. Oxford.
- Saulnier, E. 1914. «Les Français en Casamance et dans l'archipel des Bissagos (mission Dangles), 1828». *Revue de l'Histoire des Colonies Françaises*. 2: 41-76.
- Staudenraus, P. J. 1961. *The African Colonization Movement, 1816-1865*. Nova Iorque.

- Teague, M. 1958. «Bulama in the 18th Century». *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XIII, 50: 175-193.
- Thomas, L. D. 1986. *Rise to be a People: A Biography of Paul Cuffe*. Urbana.
- Thompson, G. 1858/1969. *The Palm Land; or West Africa*. 2nd ed. Cincinnati.
- Valdez, F. T. 1864. *Africa Occidental: Notícias e Considerações*. 2 vols. Lisboa.
- Wadstrom, C. B. 1794-1795/1968. *An essay on Colonization*. Nova Iorque.
- Walter, J. 1947. *Honório Pereira Barreto*. Bissau.
- Wilson, E. G. 1976. *The Loyal Blacks*. Nova Iorque.

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM ÁFRICA

Na África subsariana, subsiste a perpetuação dos modelos e sistemas de dependência forjados na véspera das independências. Este fio condutor torna-se mais visível se se tiver em conta uma perspectiva histórica. Infelizmente as análises económicas recorrem muito pouco a estas dimensões.

Carlos LOPES

É facto geralmente aceite que resulta difícil tratar um tema sem situá-lo no seu contexto e que, segundo a natureza do tema, o aspecto histórico pode assumir maior ou menor importância. No que diz respeito à cooperação técnica, é evidente que precisamos da perspectiva histórica, por razões ligadas às inúmeras interpretações outorgadas aos termos «cooperação» e «técnica», mas também aos diferentes conceitos subjacentes a esta conjunção de palavras.

Tentámos aqui passar em revista as principais etapas da evolução da ideia e da noção de cooperação técnica, e para isso vimo-nos obrigados a remontar até às origens deste fenómeno: o período colonial. A seguir analisámos a integração de África na economia mundial e a construção das justificações ideológicas que permitem a consolidação de diversas formas de dependência.

1. O modelo colonial

A Conferência de Berlim de 1884 serviu sobretudo para a delimitação do acesso ao rio Congo, grande porta aberta para o interior africano. Era também o momento de definir os princípios que iriam reger a cruzada colonial. Doravante as relações económicas desiguais que sustentavam as relações entre africanos e europeus passariam a um estágio superior, o da ocupação territorial e da subordinação política. Esta viragem, anunciada por Berlim, iria concretizar-se nas famosas campanhas de «pacificação», que servirão para delimitar as fronteiras na base do princípio da ocupação territorial.

A revolução industrial em certos países europeus tinha demonstrado a necessidade de mercados e de ligações comerciais no mundo inteiro e esta nova etapa do desenvolvimento capitalista estava impregnada de ilusões coloniais. Nestes finais do século XIX nada havia de mais normal do que pensar que África podia potencialmente «servir», tanto quanto as Américas ou a Índia, tanto mais que as suas riquezas minerais eram já conhecidas.

O modelo de acumulação colonial da época era pouco sofisticado: explorar os recursos naturais, através de meios que aproveitavam uma mão-de-obra não qualificada, abundante e submetida a uma relação de forças muito particular. Este modelo começava já a negligenciar a possibilidade de utilização de África como mercado para certos produtos manufacturados, criando os mecanismos de um comércio grandemente limitado aos interesses de certos agentes económicos, que permanecerão em grande medida periféricos nas preocupações das metrópoles.

Interdependência e troca desigual

É evidente que a base do modelo colonial é a natureza précapitalista das relações de produção das sociedades africanas, que permaneceram ligadas a uma exploração da terra através de sistemas de linhagem, com rendimentos muito baixos. Estas formas tradicionais de organização económica deram origem a análises dualistas, que seria fastidioso apresentar aqui. Retenhamos no entanto que a interdependência entre os diferentes modelos económicos, endógenos e exógenos, vai acentuando-se, aumentando a troca desigual entre as metrópoles europeias e os seus territórios do ultramar.

A este título parece-nos interessante ilustrar esta interpretação com o extracto de um discurso pronunciado por Brevie na abertura da sessão do Conselho de Governo da AOF, em 14 de Dezembro de 1931, sobre a interdependência dos territórios.

«Pensei assim que tinha chegado o momento de pedir à Metrópole que evitasse à África Ocidental um esforço que ela já não pode materialmente despende e que assumisse uma causa que é também a sua, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista económico e social, uma vez que toda a diminuição do poder de compra da Federação agrava a situação já difícil da indústria e do comércio francês, dos quais somos simultaneamente fornecedores e clientes.» ⁽¹⁾

E acrescenta que não existe «um comércio metropolitano e um comércio colonial», mas sobretudo um comércio francês, «perfeitamente formado e firme.»

Com efeito, Brevie vira-se para as autoridades centrais, às quais acusa, nas entrelinhas, de esquecer as suas possessões africanas no momento em que o mundo vive uma grave recessão, que conduzirá, aliás, à Segunda Guerra Mundial. Ele tenta salientar a necessidade de paliar as dificuldades da metrópole através de um programa de ajuda: «Pareceu-me que o momento era oportuno para falar novamente de organizar uma ajuda da produção colonial à Metrópole, de instaurar uma política coerente e contínua, que permitisse à França valorizar plenamente os seus domínios do ultramar e apresentar-se na luta económica mundial com a força de todas as riquezas que lhe oferecem os seus filhos da Metrópole e dos Países do ultramar» ⁽²⁾

Esta ajuda económica que as colónias podiam oferecer à França era no entanto condicionada por um melhoramento dos rendimentos das suas economias dependentes. Para Brevie isso podia ser feito sob condição que uma *ajuda técnica* fosse posta à disposição da administração dos territórios do ultramar. A título de exemplo, ele considera que: «... O Governo geral submeteu a estudo toda uma série de questões que interessam à produtividade geral da Federação (AOF) visando particularmente melhorar, isto é tornar mais económicos os transportes (...); a constituição nas mãos do indígena de uma utensilagem agrícola susceptível de aumentar o rendimento do seu trabalho (...); a adopção de um texto relativo à organização do crédito agrícola (...).» ⁽³⁾

Brevie insiste no carácter «técnico muito marcado» da ajuda que preconiza.

É fácil perceber que nos encontramos perante as raízes da abordagem assistência ou cooperação técnica.

A assistência técnica «avant la lettre»

O fornecimento, a transmissão ou a troca de conhecimentos técnicos é de longínqua origem. Alexandre o Grande enviou missões à China para que aprendessem a arte de tecer a seda. Na época da Renascença havia abundante troca de informações técnicas e durante a noite colonial o comércio atlântico serviu de via para a difusão das técnicas de extração e utilização do ferro na África Ocidental.

No entanto, só recentemente é que se ouve falar desta transferência como sendo assistência. As obras missionárias são as primeiras a utilizar esta expressão. Acompanhando a fixação territorial dos colonos, as missões católicas, protestantes e de outras igrejas reformistas americanas, dedicar-se-ão a difundir conhecimentos considerados fundamentais para o melhoramento das condições de vida das populações africanas.

As missões criam escolas, hospitais, centros de saúde e propriedades agrícolas. Para a administração colonial as suas preocupações têm um fundamento religioso mas são úteis economicamente: tratava-se de facto de aumentar os rendimentos e de transmitir os hábitos económicos exógenos, que eram, necessariamente, os do capitalismo ocidental.

Estas obras religiosas terão cedo por companhia sociedades filantrópicas — tais como as Fundações Ford e Rockefeller, dos Estados Unidos — que tentarão difundir conhecimentos científicos e técnicos já considerados como *apropriados às sociedades indígenas*.

Este esforço será consolidado pela administração colonial, através de planos de desenvolvimento que integram ou associam as iniciativas das obras religiosas ou sociedades filantrópicas.

A Grã-Bretanha criou o seu programa de ajuda através de uma lei de 1929⁽⁴⁾ que previa a concessão de um milhão de libras esterlinas anuais às propostas apresentadas pelas autoridades das colónias ao *Colonial Office*. Este montante foi elevado em 1940 — em plena guerra — a 5 milhões por ano, tendo sido despendido no período 1946-1956 um total de 120 milhões de libras.

A África recebia aproximadamente 60% desta soma, e (por outro lado) consagrava 50% dos seus recursos financeiros aos domínios da educação, formação de funcionários coloniais e pesquisa. Esta área era considerada prioritária, tendo chegado a merecer, para os países do Médio Oriente, a criação em 1946 de um organismo específico para as acções de assistência técnica, o *Middle East Office*.⁽⁵⁾

A outra grande potência colonial, a França, criou em 1946 o FIDES (Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Económico e Social)⁽⁶⁾,

cujo objectivo era «o estabelecimento, o financiamento e a execução de planos de equipamento e de desenvolvimento dos territórios de ultramar». Foi aliás graças a este Fundo que Maginot lançou o seu plano de construção de estradas e portos cujo objectivo era o de criar um único mercado de Dunquerque ao Equador, a fim de que as colónias ajudassem à economia da Metrópole.

Mais do que no modelo britânico, a escola tomar-se-à uma função da administração territorial: fazer aceitar a ideologia do colono, a sua língua e a sua cultura como meios de atingir a civilização. No caso francês também é dada uma grande importância à investigação científica, com a criação de numerosos institutos e centros, todos eles enquadrados por um Conselho Superior da Investigação Científica e Técnica do Ultramar.

Os belgas e os portugueses, estes últimos a partir da Acta Colonial aprovada em 1930, aplicar-se-ão também à ideia de uma assistência à sua administração colonial para ela desenvolver programas de formação das elites e funcionários coloniais indígenas, necessários para enquadrar melhor as populações e melhorar a sua produtividade.

Estas iniciativas que acabamos de apresentar constituem os traços comuns entre o modelo colonial e aquele que o sucederá. As administrações colonial e metropolitana estabelecem entre si uma relação que será reproduzida a seguir entre o Estado independente e o doador. No centro desta relação identificamos o conceito de ajuda ou de assistência técnica.

Os conceitos de ajuda e de rentabilidade

Antes de tudo precisemos que a ideia de ajudar um país ou um território é cronologicamente posterior à utilização do termo numa base mais geral, individual ou colectiva (ajudar o próximo), de conotação religiosa.

A identificação territorial, quando se fala de ajuda, é assim das mais importantes. Ela é além disso acompanhada de justificações geopolíticas (possessões, colónias, países sob tutela) ou económicas (rentabilidade).

A ajuda é primeiramente percebida como assistência. A ideia de assistência é interpretada como a salvação do assistido, o que implica a existência de dois polos que já não são regidos pelas regras da solidariedade social ou da generosidade pessoais, mas antes pela responsabilidade social de um grupo. Segundo Rahnema, «mesmo quando a assistência não é produto do receio dos pobres por eles constituírem um perigo para a sociedade, ou feita pela salvação individual do doador, a finalidade é a

mesma: o maior conforto moral e material do interventor, antes do que uma necessidade existencial deste de compreender o predicado dos pobres e de responder aos seus sofrimentos. O assistido é, em última análise, um objecto, um instrumento e um meio para um fim diferente». (7)

A utilização da expressão *assistência técnica* não se deve pois ao acaso. Sempre de acordo com esta interpretação, ela consistiria na transferência de conhecimentos num determinado sentido, numa determinada direcção, em função da riqueza técnica de uns em relação à pobreza técnica dos outros. E tudo isso com que fim?

Com o fim de aumentar as capacidades produtivas — os rendimentos —, presidir à definição dos modelos, penetrar e desenvolver os mercados, estender a esfera de influência. Em suma, controlar a reprodução económica de uma sociedade, de um território. Para isso é preciso instrumentalizar a ajuda, a fim de que ela possa garantir uma rentabilidade.

2. O impacto das duas Guerras Mundiais no programa de assistência

A procura da paz a seguir às duas guerras mundiais comanda todos os sentimentos. A devastação e as destruições provocadas pelo conflito fazem-se sentir sobretudo na Europa. Poupada territorialmente pela guerra, a economia americana garantirá o papel de locomotiva do crescimento capitalista. É portanto com toda a naturalidade que nos fins dos anos cinquenta os olhares se viram para os Estados Unidos.

O discurso unitário e universal da Carta das Nações Unidas, aprovada em São Francisco em 1945, não deve no entanto fazer-nos esquecer que estamos em presença de um mundo em ruínas, com uma Europa particularmente dividida, com tensões e rivalidades por toda a parte, e com ideologias em crescente confronto.

As grandes potências saídas da Segunda Guerra Mundial — os Estados Unidos e a URSS — parecem estar mais interessadas na reconstrução europeia. África é ainda percebida como o pátio das traseiras das potências coloniais europeias.

As iniciativas dos Estados Unidos da América

Cada uma das grandes potências apoderou-se de uma zona de influência geo-estratégica e política na Europa. A guerra fria garantirá a solidez

desta divisão na Europa ocidental e oriental, com regimes políticos muito diferentes.

Os Estados Unidos decidem, a seguir ao pesadelo hitleriano, lançar um programa de ajuda em grande escala à Europa ocidental: o famoso Plano Marshall.

Este Plano estava baseado num certo número de pressupostos que interessa lembrar aqui:

- ajudar à reconstrução de uma Europa que deve resistir ao comunismo;
- demonstrar a generosidade instintiva do povo americano;
- reconstruir sociedades modernas, altamente produtivas, com recursos humanos bem qualificados, temporariamente destruídas pela guerra;
- posicionar os Estados Unidos como líder incontestável da economia mundial.

Os princípios directivos do Plano Marshall, com os rótulos de humanitário, defensivo e económico, serão posteriormente utilizados no conjunto dos programas de ajuda dos Estados Unidos. A ambiguidade resultante da inexistência de dois elementos primordiais do Plano nos programas de ajuda às outras regiões do globo — o princípio de reconstrução e o importante fluxo de capitais assegurado pelo Plano (mais de 3% do PNB) — será ultrapassada pelo Presidente Harry Truman com as propostas do denominado «Ponto IV».⁽⁸⁾

O «Ponto IV» constitui a sequência lógica de um certo número de iniciativas americanas destinadas a institucionalizar os mecanismos da ajuda fornecida pelo seu governo. Assim, o Presidente Roosevelt criou já nos anos 30 o Comité Interdepartamental para a Cooperação Científica e Cultural e o Instituto de Assuntos Inter-Americanos, ambos dependentes do Departamento de Estado e encarregados de fornecer à América Latina e às Caraíbas especialistas e pessoal científico e de proceder ao intercâmbio de estudantes. Outros departamentos do governo americano tais como o Comércio, a Agricultura ou a Saúde tinham também enviado missões e especialistas a outras regiões, nomeadamente ao Egipto e à Libéria.

É esta experiência que será formalizada e consolidada pelo «Ponto IV», que criou grandes esperanças nos países deserdados, esperanças não totalmente confirmadas porque o Congresso não seguiu as ideias do seu Presidente com o entusiasmo que ele esperava. Isso contribuiu aliás para

o desenvolvimento de uma argumentação cada vez menos humanitária e cada vez mais geo-estratégica. Pode-se assim dizer que desde o seu início o «Ponto IV» será também o modelo da ajuda politizada, assegurando mais os interesses de quem dá do que os desejos de quem recebe.

A adaptação do modelo colonial

As potências coloniais não ficaram insensíveis a esta nova abordagem das relações internacionais e tentaram adaptar à sua maneira os princípios do «Ponto IV».

Para países como a Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal tratava-se de consolidar os mecanismos de ajuda já existentes entre as metrópoles e as suas colónias, nomeadamente africanas.

Um ano após o discurso do Presidente Truman sobre o «Ponto IV», a Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Commonwealth decidiu lançar o Plano Colombo para o desenvolvimento da Ásia do Sul e do Sudeste. Este Plano constituirá a primeira iniciativa de envergadura da Commonwealth no domínio da assistência técnica, e é interessante constatar que, apesar da participação de países não afiliados à Commonwealth (entre eles os Estados Unidos), o conjunto das trocas preconizadas pelo Plano será feito a partir dos territórios do antigo império britânico.

A França, por seu lado, estende-se em África. Ao desenvolvimento do FIDES⁽⁹⁾ será preciso doravante acrescentar o reforço das trocas económicas entre os territórios e o reforço de uma identidade francófona. Os mecanismos que consolidarão estas tendências constituem o Programa Cadre, que servirá de base ao acesso à independência dos territórios africanos e à criação da zona do franco.

«A assistência técnica (francesa) reveste essencialmente as seguintes formas: a) envio de peritos ao estrangeiro, b) recepção de bolseiros e estagiários, c) visitas a França de personalidades estrangeiras, d) difusão de documentação técnica (publicações científicas, obras técnicas, catálogos industriais) e, eventualmente, envio de material para estudos e pesquisas».⁽¹⁰⁾

Forçada, mais do que a Grã-Bretanha, a recuar para a África, a França observa com preocupação os primeiros movimentos de emancipação que sacodem as populações. A política de integração económica das suas colónias, em vias de tornarem-se independentes, custa, nos fins dos anos 50, aproximadamente 1,5% do seu PNB, cifra jamais igualada depois

pela cooperação francesa.⁽¹¹⁾ Contestada em certos meios⁽¹²⁾, a ajuda francesa, rebaptizada de «cooperação» a seguir às independências, será o instrumento de perpetuação do modelo colonial, a tal ponto que será preciso esperar por 1981 para que a ajuda pública francesa seja oficialmente avaliada sem os DOM-TOM⁽¹³⁾.

Assinalemos também que as potências coloniais (Grã-Bretanha, França, Bélgica, Portugal), além da União Sul-Africana e da Rodésia do Sul, decidem, também em 1950, estabelecer uma Comissão de Cooperação Técnica na África ao sul do Sara — a CCCTASS. A justificação apresentada, na altura da criação desta Comissão em Paris, foi a necessidade de reforçar o intercâmbio de informação sobre domínios de interesse comum, e de consolidar acções concertadas levadas a cabo sem um quadro jurídico preciso. A Comissão virá a criar um Secretariado em Londres, em 1952, estabelecerá cinco gabinetes especializados em domínios bem precisos e terá relações privilegiadas com certos organismos das Nações Unidas, como a FAO e a OMS.

Esta Comissão contribui para o reforço dos laços entre as administrações territoriais, e após as independências o quadro estabelecido por elas servirá de base para o recrutamento de peritos nos problemas africanos nos domínios técnicos.⁽¹⁴⁾

O desenvolvimento do multilateralismo

A Carta das Nações Unidas deu um novo impulso às intenções da SDN (Sociedade das Nações) no domínio da cooperação entre os Estados. Ela era o fundamento de base para o desenvolvimento do multilateralismo.

O precursor multilateral da cooperação técnica é o Comité para a Cooperação Intelectual, criado pela SDN em 1922, que posteriormente irá dar nascimento à UNESCO.⁽¹⁵⁾ As intenções da SDN, consolidadas pela Carta da ONU e o modelo americano do «Ponto IV», irão estar na base da criação, em Julho de 1950, do PEAT (Programa Alargado de Assistência Técnica).

Desde o início os peritos das Nações Unidas tiveram que debater-se com duas questões essenciais para construir o sistema da ajuda:

- a) adaptar ou reestruturar os mecanismos existentes — tendo, por um lado, aqueles que defendiam um enxerto na experiência ocidental de relações com os antigos países coloniais e, por outro, aqueles que preconizavam reformas estruturais;

- b) separar a ajuda financeira da cooperação técnica — uma vez que as instituições saídas da Conferência de Bretton Woods (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional) se ocupavam do primeiro aspecto, era preciso construir o PEAT como complemento das intervenções do BIRD e do FMI.

Estes debates marcaram o PEAT, bem como o seu sucessor, o PNUD. Ambos terão um mandato limitado à cooperação técnica e ambos herdarão conceitos desenvolvidos nos anos cinquenta.⁽¹⁶⁾ A Technical Assistance Board, organismo encarregado de executar o PEAT, criará toda a estrutura que actualmente conhecemos: os gabinetes residentes, a relação entre organismos de financiamento central (PEAT, PNUD) e as agências de execução do sistema das Nações Unidas (tais como a OIT, UNESCO, OMS, FAO, ICAO, etc.), a abordagem projecto, o papel dos peritos. As suas actividades irão crescer a uma velocidade de cruzeiro.

Uma avaliação do PEAT em 1965 constata que este tinha assegurado o envio de 32 000 homens/ano de peritos e 32 000 bolsas de estudos, sem contar centenas de seminários, viagens de estudos e outras actividades de formação nos locais de trabalho, estimando o número de beneficiários em 150 000, repartidos por 130 países e territórios. É interessante constatar que à partida os países receptores preferiram sempre a utilização de peritos às bolsas de estudos ou outras formas de cooperação técnica. Estes peritos vinham na maioria dos casos da Europa (58,3%) ou das Américas (25,1%), não tendo a Ásia (11,3%), o Médio Oriente (3,7%) nem a África (1,7%) um peso significativo.⁽¹⁷⁾ O envio de peritos consumia 60% do financiamento, enquanto as actividades de formação limitavam-se a 14%.⁽¹⁸⁾

A África utilizou 20,3% dos recursos do PEAT até 1965, mas passará do último para o primeiro lugar durante os primeiros quinze anos de existência do PEAT. A importância concedida ao continente não cessará de aumentar à medida que os países africanos se tornarem independentes.

Normalmente a TAB organizava uma missão exploratória — uma das primeiras missões foi a Lfbia para fazer uma avaliação das necessidades — que recomendava os sectores em que o PEAT devia intervir. A prioridade era dada à indústria e à agricultura. Estas missões integrando especialistas das agências do sistema das Nações Unidas deviam ter em conta um certo número de elementos:

- a) promoção da economia do país (teoria das vantagens comparativas);

- b) o governo devia «solicitar» a assistência técnica;
- c) o governo receptor devia contribuir para o projecto;
- d) a assistência não devia interferir nas escolhas políticas e económicas do governo;
- e) os peritos deviam conhecer os aspectos culturais do país ao qual seriam enviados;
- f) a existência e disponibilidade de homólogos.⁽¹⁹⁾

Todos estes elementos tornaram-se pilares das formas multilaterais de cooperação técnica, e não é difícil constatar que se as intenções eram nobres, o funcionamento destes princípios sempre constituiu um problema.

Em 1954 o governo francês propôs uma mudança nas regras de funcionamento dos «Programas de países» (que eram e são ainda actualmente a estrutura de base do sistema do PNUD) para que as somas atribuídas aos países não fossem decididas antecipadamente pelo PEAT, senão em função das verdadeiras necessidades expressas pelos países beneficiários. Estas «french proposals», timidamente aprovadas pela resolução 542.B,II (XVIII) do ECOSOC e pela resolução 831 (IX) da Assembleia Geral, permaneceram sempre letra morta, em ausência de uma alternativa ao funcionamento em vigor. Trinta e cinco anos depois, o debate introduzido pelas NATCAP assemelha-se muito às incertezas de 1965, como demonstra esta passagem de um documento oficial:

«Existia neste processo o perigo de que o resultado tendesse a ser um mero catálogo de projectos a realizar em cada país, em lugar de um programa coordenado e significativo verdadeiramente ditado pelas necessidades do país em ordem de prioridade, relacionadas entre si e com os objectivos e imperativos económicos...».⁽²⁰⁾

Apesar destes fracassos, o modelo multilateral das Nações Unidas será considerado, durante um certo tempo, como mais sã do que as cooperações bilaterais. É assim que surgirão uma multidão de organizações governamentais, inspiradas nas modalidades desenvolvidas pelo PEAT e o PNUD.

3. Teorias do desenvolvimento

«Na maioria dos casos, o subdesenvolvimento é vivido por não-ocidentais. Mas a maioria daqueles que analisam os sintomas ou constroem teorias sobre as suas origens ou sobre a maneira de o eliminar são ocidentais ou intelectuais ocidentalizados pertencentes aos países econo-

micamente atrasados. Este é um dos aspectos mais salientes dos estudos, hoje em dia numerosos, que são consagrados ao desenvolvimento.»⁽²¹⁾

Estas frases de Tibor Mende fizeram correr muita tinta nos incios dos anos 70, quando os estudos do desenvolvimento estavam na moda. Numerosos Institutos e centros de pesquisa, sobretudo na Europa, construíram então numerosas teorias interpretativas do fenómeno do subdesenvolvimento.

Tanto a abordagem dualista (sector tradicional e moderno) como a das etapas (os estádios de desenvolvimento) e a do desenvolvimento desigual (centro e periferias) dirigem críticas aos esquemas de cooperação técnica existentes. Mas todas estas teorias negligenciam a análise dos aspectos concretos ligados ao reforço institucional, elemento principal dos argumentos e fracassos do sistema em vigor.

Pensamos que o mérito da perspectiva histórica consiste em demonstrar a articulação cronológica entre as diferentes iniciativas de transferência de conhecimentos. A este propósito, é interessante observar o impacto das relações internacionais no plano político na evolução do sistema.

Os efeitos perversos de Bandung e o diálogo Norte-Sul

Os movimentos independentistas e de libertação nacional que surgiram a seguir à Segunda Guerra Mundial mudaram radicalmente o rosto da África e da Ásia. Era portanto perfeitamente natural ver nascer uma solidariedade afro-asiática, oficialmente ratificada pela Conferência de Bandung, em Abril de 1955.

O carismático Presidente Sukarno, da Indonésia, pôde constatar o nascimento de um novo eixo das relações internacionais que viria a ser conhecido sob a designação de «terceiro-mundismo» e que daria origem a numerosas organizações, entre elas aquela que convocaria a Conferência Tricontinental de Havana em Janeiro de 1966: a OSPAA (Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e África), a cuja sigla se acrescentaria, após a Conferência, um outro A, por América Latina.

A expressão «terceiro mundo» fora proposta pela primeira vez por Alfred Sauvy, no semanário *Observateur*⁽²²⁾, em 1952. Segundo ele, «falamos com naturalidade de dois mundos em presença, da sua possível guerra, da sua coexistência, etc., esquecendo com demasiada frequência que existe um terceiro, o mais importante e afinal o primeiro em termos cronológicos. Trata-se do conjunto daqueles que se designa, na linguagem das Nações Unidas, como países subdesenvolvidos.»⁽²³⁾

As ideias terceiro-mundistas virão a ter grande impacto em todas as discussões no seio das Nações Unidas, e através da criação do Movimento dos Não Alinhados e do Grupo dos 77, os países ditos subdesenvolvidos exigirão uma participação mais activa na esfera internacional. É evidente que os debates sobre a ajuda e a cooperação — técnica ou não — não foram poupados.

A crítica à ajuda encontrará numerosos apoiantes e a dureza dos argumentos obrigará a uma rectificação da linguagem utilizada. De facto já não era possível admitir, como princípio de base, que os países do Terceiro Mundo não possuíam as capacidades intrínsecas para o desenvolvimento, mas, antes disso, que faltavam os meios. Daí a considerar a cooperação técnica como uma forma subalterna de assistência não havia senão um passo que muitos franquearam sem receio.

Os efeitos perversos de Bandung continuaram a fazer-se sentir até à procura ilusória de uma nova ordem económica internacional, projecto pelo qual as nações do Terceiro Mundo se mobilizaram na década de sessenta. Conseguiu-se assim institucionalizar um espaço de diálogo no seio das organizações internacionais.

No quadro deste diálogo Norte-Sul foram propostas medidas correctivas, nomeadamente no que concerne a:

- a) a assistência financeira e técnica aos países pobres — que devia ser intensificada e na medida do possível utilizada em benefício do sector mais desfavorecido das populações;
- b) os preços das matérias-primas — que deviam ser estabilizados, devendo os termos de intercâmbio ser melhorados;
- c) o comércio internacional — que devia permitir um aumento significativo das exportações dos países do Sul em direcção ao Norte.

Enquanto durou o período de expansão mais prolongado que a economia mundial conheceu, estas petições pareciam razoáveis e foram aceites pelas Nações Unidas. Infelizmente tudo isso permaneceu letra morta e os termos do diálogo Norte-Sul foram a seguir repetidos *ad nauseam*.⁽²⁴⁾

Isso leva Tibor Mende em 1972 a colocar as seguintes interrogantes:

«Está-se apenas a começar a colocar as questões fundamentais, aquelas que contam realmente. Podem as doações ou a ajuda estrangeira estimular o desenvolvimento? Os governantes que receberam doações, eram ou não capazes de as utilizar para o objectivo desejado? As hipóteses de trabalho dos economistas, dos administradores e de todos os organismos oficiais e oficiosos que se têm ocupado da ajuda, baseavam-

-se em factos da experiência? Entretanto, a única coisa que não mudou é o problema em si». ⁽²⁵⁾

A cooperação técnica será colocada no centro dos debates, talvez porque era o elo frágil da cadeia, e terá lugar uma redução importante desta forma de ajuda em todas as regiões do mundo com a excepção de África.

4. Conclusão: o incremento da cooperação técnica

De acordo com o relatório Berg⁽²⁶⁾, o nível das condicionantes fundamentais dos países africanos foi reduzido consideravelmente desde as independências. Isso deveu-se sobretudo aos esforços desenvolvidos no domínio humano (saúde, educação, melhoramento das capacidades institucionais), e contraria análises mais pessimistas sobre as possibilidades de desenvolvimento da África neste domínio.

É necessário, no entanto, constatar uma perpetuação na África subsariana dos modelos e sistemas de dependência forjados na véspera das independências. Este fio condutor torna-se mais visível com uma perspectiva histórica. Infelizmente as análises económicas recorrem muito pouco a estas dimensões.

Tentámos demonstrar que em África a reprodução de um modelo de transferência de conhecimentos que é específico a esta região. É este facto que explica os poucos resultados em perspectiva da cooperação técnica em África.

Como pretende a abordagem culturalista — segundo a qual existiam razões culturais para o «atraso africano» —, estamos de acordo em que existe de facto uma especificidade africana, que explicaria, em parte, um perpétuo incremento da cooperação técnica. A grande dificuldade reside em que a especificidade não é cultural mas estrutural.

Uma coisa explica a outra.

NOTAS

⁽¹⁾ In *Annuaire de Documentation Coloniale Comparée — Afrique Occidentale Française*, Bruxelles, 1931, pp. 373-380.

⁽²⁾ *Idem*, p. 385.

⁽³⁾ *Idem*, p. 383, extractos.

- ⁽⁶⁾ Ver «L'Assistance Technique aux pays insuffisamment développés», 1.ª parte, *La Documentation Française*, c. 1928, 1954, p. 4.
- ⁽⁷⁾ Idem, p. 4.
- ⁽⁸⁾ Ibidem, e Jacques Adda/Marie-Claude Smouts, *La France face au Sud, le miroir brisé*, Karthala, Paris, 1989, pp. 27-35.
- ⁽⁹⁾ Majid Rahnema, *Global Poverty, a pauperizing myth*, mimeo, s/l, s/d, p. 10. O autor cita Georg Simmel, para o qual «a assistência aos pobres ocupa, na teleologia legal, a mesma posição do que a protecção dos animais». Isso leva-o a concluir que «a pobreza modernizada, definida pela assistência, constitui uma ruptura radical com outras relações vernáculas baseadas no dom, na caridade, e até na protecção» (p. 11).
- ⁽¹⁰⁾ Num discurso de 20 de Janeiro de 1949 o Presidente Truman apresentou o seu programa de reconstrução mundial e o seu quarto tema — conhecido mais tarde como «Ponto IV» — previa a adopção de um programa de assistência técnica aos países subdesenvolvidos. Nesse discurso Truman passa em revista todos os aspectos relativos à aplicação de um programa alargado de assistência técnica, com as características que virá a ter o programa das Nações Unidas, nascido na mesma época. Um dos argumentos mais utilizados pelo Presidente é o do interesse de tal assistência para os países ricos: «... com frequência temos grande necessidade dos seus recursos (dos países subdesenvolvidos) e do produto do seu trabalho. Se a produtividade e o poder de compra destes países aumentarem, a nossa própria indústria e a nossa própria agricultura beneficiarão disso... Aumentando a produção e o rendimento nacional dos países economicamente menos desenvolvidos aumentamos a nossa própria estabilidade económica» (extractos do discurso do Presidente Truman, in «L'Assistance Technique aux pays insuffisamment développés», 3.ª parte, *La Documentation Française*, c. 1930, 1954, p. 3).
- ⁽¹¹⁾ Fundo de Investimentos e de Desenvolvimento Económico e Social, criado em 1946 com o objectivo de elaborar planos de modernização e equipamento da União Francesa.
- ⁽¹²⁾ «L'Assistance... », 3.ª parte, p. 10.
- ⁽¹³⁾ *La France...*, p. 29.
- ⁽¹⁴⁾ Um livro polémico publicado em 1963 (Edouard Bonnefous, *Les milliards qui s'envolent, l'aide française aux pays sous-développés*, Fayard, Paris) provocou uma reacção colérica do Ministério da Cooperação através de uma brochura intitulada *Non, la France ne gaspille pas ses milliards* (Paris, 1965), onde podia ler-se o seguinte: «Longe de ser delapidada, a nossa ajuda é infinitamente judiciosa. Se no início houve doações, e se, por vezes, registaram-se desperdícios, é de assinalar que rapidamente nos esforçamos por ligar os créditos concedidos, até tal ponto que em 1964 eles representavam 60% do total, tendência que irá a ser reforçada durante os próximos anos», in *La France...*, p. 31.
- ⁽¹⁵⁾ Departamentos e Territórios do Ultramar. Ver *La France...*, p. 30.
- ⁽¹⁶⁾ Ver «L'Assistance... », 2.ª parte, p. 16.
- ⁽¹⁷⁾ A este propósito é interessante constatar que em 1923 um dos membros deste Comité, Albert Einstein, dirige ao Secretariado da SDN uma carta precisando que «Nestes últimos

tempos, cheguei à convicção de que a SDN não tem nem a força nem a boa vontade necessárias para cumprir a sua grande tarefa», declarando em consequência, «peço-vos para riscar o meu nome da lista dos membros da Comissão» (SDN, docs. C.129.1922.XII e c.312.M.155.1922.XII, Biblioteca Dag Hammarskjold das Nações Unidas, Nova Iorque).

- ⁽¹⁶⁾ Para uma história detalhada do PEAT, ver *15 years and 150 000 skills, an anniversary review of the United Nations Expanded Programme of Technical Assistance*, Technical Assistance Board, Nações Unidas, Nova Iorque, 1965.
- ⁽¹⁷⁾ *15 years...*, p. 32.
- ⁽¹⁸⁾ Idem, p. 31.
- ⁽¹⁹⁾ Ibidem, p. 9.
- ⁽²⁰⁾ Ibidem, p. 12.
- ⁽²¹⁾ Tibor Mende, *De l'Aide à la Recolonisation*, Seuil, Paris, 1972 e 1975.
- ⁽²²⁾ Ver Yves Lacoste, *Unité et diversité du tiers monde, deux représentations planétaires aux stratégies sur le terrain*, La Découverte, Paris, 1984.
- ⁽²³⁾ Idem, p. 14.
- ⁽²⁴⁾ *De L'Aide à la Recolonisation*, pp. 6 e 7.
- ⁽²⁵⁾ Idem, p. 13.
- ⁽²⁶⁾ Banco Mundial, *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa*, Washington, 1982.

O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO NA GUINÉ-BISSAU E A DISCUSSÃO DO MODELO

Fernando PADOVANI

*A continuidade da história é a dos
opressores, a história dos oprimidos é a
descontinuidade.⁽¹⁾ (Walter Benjamin)*

Com o fracasso do modelo de desenvolvimento implantado desde a independência, baseado no excedentes agrícolas orientados para o financiamento da «industrialização», aprofunda-se na Guiné-Bissau um quadro, persistente, de desequilíbrios económicos, composto por sucessivas decepções e sobressaltos com as exportações e o volume de importações, déficits orçamentais verificados desde o primeiro exercício de 1975, outros desequilíbrios internos com o sistema de preços e comercialização e, então a novidade, o aparecimento dos primeiros problemas com o serviço da dívida externa.

Chegam ao país em 1983 — e são implantadas pelo governo a partir de 84 — as primeiras tentativas de ajustamento. Esta experiência de três anos, salvo no que diz respeito à liberalização do comércio, não conseguiria alterar este panorama. Os termos de troca dos principais produtos primários de exportação do país permaneceram numa situação desfavorável, o que chegou a provocar até o quase esgotamento das reservas

internacionais do país. Além disso, o descontrolo orçamental e monetário persistiu com a mesma intensidade com que a inflação apareceu.

É com este panorama que a Guiné-Bissau se vê praticamente compelida a adoptar o Programa de Ajustamento Estrutural, em Maio de 1987. Dentre várias formas de se proceder a um ajustamento económico, compostas por variadas estratégias e pressupostos, o país adopta uma delas, com toda a sua especificidade e com um apelo prático inegável: o programa apresentado pelo Banco Mundial e pelo FMI, em conjunto, oferece ao país uma caução reconhecida frente aos doadores internacionais, o que, assim, garante a entrada de recursos que viriam a facilitar a estratégia de ajustamento.

A implantação deste programa pelo governo guineense, em estreita colaboração com as instituições de Bretton Woods, tem desde cedo os objectivos bem definidos: crescimento do rendimento *per capita*, redução da inflação, redução dos déficits público e da balança de pagamentos e, por fim, a normalização das relações com os credores internacionais. Estes objectivos seriam prosseguidos através de uma política de reformas económico-institucionais constituída por medidas fiscais e monetárias restritivas, liberalização do comércio e dos preços, aí incluído o câmbio, e reforma das instituições, no sentido de privatizações e diminuição da presença do Estado na economia.

Para prosseguirmos na análise do Ajustamento que então se implantava em Maio de 1987 e se estende até hoje, é preciso antes de mais nada, separar a questão em dois níveis. O primeiro deles é constituído por uma análise interna do Programa de Ajustamento ou, por assim dizer, uma análise afectuada dentro dos próprios termos do Ajustamento. Entretanto, esta primeira análise não vai esgotar o tema; suscitará, pelo contrário, novas questões que somente poderão ser respondidas num segundo nível da análise, como se o tema do Ajustamento trouxesse em si uma questão dentro de outra questão.

Ao estudar o Ajustamento ultimamente, tenho percebido a necessidade de repensar o próprio papel da ciência na cultura (ocidental e contemporânea) para que seja possível então reencontrar este tema dentro da História. Isto pelo facto de que o quadro conceptual e técnico do Ajustamento, enquanto discurso e prática científica, ao ser discutido dentro dos seus próprios termos sugere um esquecimento e esvazia uma discussão.

Falo da ideia de que, dentro de um Programa de Ajustamento, há implícito um modelo de desenvolvimento, ou seja, é adoptada uma escolha social e histórica que permanece, enquanto tal, sem discussão —

e até mesmo fora de percepção — em nome dos imperativos técnicos contidos no Programa.

Toda a escolha implica sempre uma recusa. Dentro do campo social, escolha e recusa estão ligadas a interesses específicos; isto é, escolhidos e recusados. Técnica e ciência pretendem fazer crer que nenhuma decisão está a ser tomada e que, assim, não há eleitos e deserdados; somente existem imperativos racionais, e por isso «neutros», que precisam ser atendidos. Ciência e técnica, essa nova «ideologia», legitimam assim escolhas concretas que estão sendo feitas em seu nome.

É por essa razão que tratarei de falar em «modelo» dentro do segundo momento de discussão, concebido como uma estratégia social e económica que arranja relações sociais e de produção de uma maneira específica, em torno de uma lógica e de uma dinâmica próprias. Uma tentativa de resgate de uma escolha concretamente efectuada, para que seja discutida e apreciada enquanto opção histórica.

I — O Ajustamento segundo os seus próprios termos

Tanto na sua primeira fase, compreendida pelo período 1987/89, como na sua continuação a partir de 1989, o Programa tem atingido resultados parciais. As principais dificuldades nos dois períodos têm sido a administração das políticas fiscais e monetárias, bem como o incómodo aparecimento de alguns efeitos colaterais.

Pelo lado monetário, o principal abalo veio do que já se chamou «utilização irracional», pelos órgãos do governo guineense, dos recursos financeiros internacionais surgidos com o Ajustamento, que tem nos empréstimos incobráveis concedidos pelo BNG seu melhor exemplo.⁽²⁾ Estes casos de malversação dos recursos e descontrolo do crédito, financiado inflacionariamente, trouxeram como resultados a expansão da liquidez e da base monetária na ordem dos 72% (no ano de 1987), a intensificação da procura e o aumento da inflação, chegando mesmo a afectar a política cambial e a posição dos pagamentos externos.

Quanto à política fiscal, a batalha no sentido de reduzir a procura acrescentada viu-se comprometida devido a um autêntico auto-golo orçamental. A análise da evolução das receitas orçamentais do Estado demonstra que, apesar de dois verdadeiros saltos, da ordem de aproximadamente 6 milhões de dólares cada um (provenientes do aumento da arrecadação tributária sobre as exportações de castanha de caju e de concessões de licenças de pesca), o governo «conseguiu» manter o seu

déficit devido ao imperdoável «descuido» no capítulo das despesas orçamentais, nomeadamente no item «compra de bens e serviços». A lamentar o facto de que, conforme podemos observar nos quadros abaixo, os aumentos nas receitas de 17,1 para 23,1 milhões de dólares no período 86/88 e daí para 30,3 milhões no ano seguinte, já teriam sido suficientes para saldar o déficit público na Guiné-Bissau, caso os níveis do item «compra de bens e serviços» tivessem sido mantidos, tendo em vista que os demais componentes da estrutura de despesa orçamental não tiveram alterações significativas. E a lamentar mais ainda o facto de que o tão polémico — e de tão delicados efeitos sociais — corte nas despesas com a folha de pagamentos do funcionalismo público, ter sido, assim, em vão. Como podemos novamente observar no quadro abaixo, em apenas um ano após a implantação do Programa, os gastos com salários públicos foram reduzidos a metade, num violento corte de 9 milhões de dólares, conseguidos por meio de despedimentos bem como pelo desfasamento no reajustamento dos salários não-indexados que, diante da inflação, acabam por se desvalorizar e por reduzir seu ónus nas despesas públicas. Esta economia com os salários foi, ao que parece, esbanjada em gastos de origem duvidosa.

Quadro 1. Evolução das receitas próprias do Estado guineense
(em milhões de dólares americanos)

	86	87	88	89
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	10,0	13,3	14,4	13,8
(Imp. s/ Rendimento)	2,7	1,5	1,5	2,3
(Imp. s/ Consumo)	2,3	1,4	2,1	1,7
Imp. s/ Comércio Ext.)	3,9	9,1	9,9	8,8
RECEITAS NÃO-TRIBUTÁRIAS	7,1	7,8	8,7	16,5
(Licenças de Pesca)	4,0	6,2	6,3	12,5
TOTAL	17,1	21,1	23,1	30,3
PESCA (+) Com. Ext. -%-	46,2%	72,5%	70,1%	70,3%

Quadro 2. Despesas de funcionamento do Estado guineense
(em milhões de dólares americanos)

	86	87	88	89
Salários	18,3	9,1	8,3	9,5
Bens e Serviços	11,1	8,3	9,1	15,0
Juros	3,9	6,3	9,3	7,4
TOTAL	37,5	26,4	28,9	35,2

Fonte: *Proposta de Orçamento Geral do Estado para 1990*, Ministério das Finanças, GEE, Fevereiro 1990 (mimeo)

Quanto aos demais desdobramentos surgidos no contexto do Ajustamento, devemos lembrar em primeiro lugar que os cortes orçamentais do PAE aprofundaram o estrangulamento da Educação. A crise do sector começa pela deterioração física das instalações, passa por uma enorme confiscação salarial do corpo docente (80% desde 1980) e termina nos altos índices de evasão.⁽³⁾ Nestes dias em que o aproveitar deixou o semear para o segundo plano, o salário guineense ronda os 19 dólares. São dias em que a qualidade das opções parece clara: a explosão da produção de caju convive com a queda da produtividade das bolanhas de arroz e os construtores de hospitais foram trocados pelos vendedores ambulantes de cloroquina.

O Ajustamento também chegou à Natureza, levando até ela a voracidade própria das necessidades orçamentais, estabelecendo com o meio natural uma relação quase predatória. O desmatamento florestal processa-se em ritmo preocupante no intuito de atender às crescentes quotas de exportação de madeira. O volume de madeira exportada triplicou de 1600 para 4900 toneladas no período 1986/89 e a velocidade de abate já ultrapassou a velocidade natural de reposição.⁽⁴⁾ A União Internacional para a Conservação da Natureza (U.I.C.N.) tem advertido a respeito da expansão indiscriminada do sistema de ponteiros (pequenos proprietários rurais) no qual se apoia a estratégia de produção de produtos primários para exportação, expansão esta que por um lado contribui para a aceleração do desmatamento florestal e por outro, traz ou tem trazido um factor de desequilíbrio nas questões relativas ao acesso, posse e uso da terra nas regiões agrárias. A falta de uma legislação fundiária que

regularize tais condições de acesso, posse e uso da terra, bem como a contradição latente entre duas lógicas distintas de utilização da terra — capitalista e étnica — tem gerado conflitos fundiários entre pontas e tabancas. Segundo um levantamento feito pela U.I.C.N., foram registados conflitos fundiários em 16 dos 24 sectores da área costeira.⁽⁵⁾

Por fim, há ainda que considerar os aspectos distributivos ligados ao Ajustamento na Guiné-Bissau. Após o aprofundamento das medidas e o reforço das políticas decididos em 1989, o traço da concentração tem ficado cada vez mais nítido em todos os aspectos das questões distributivas. No que se refere à distribuição funcional do rendimento, com a redução na participação dos salários e um concomitante aumento da parcela dos lucros privados dentro da economia, principalmente proveniente dos sectores de transporte, construção civil e comércio exterior, tem-se verificado uma situação de estrangulamento de alternativas internas de valorização. É a própria situação de estagnação do mercado interno que induz a soluções imediatistas, a investimentos improdutos e à fuga de capitais para o exterior. É exactamente essa opção radical pelo mercado externo que joga um papel decisivo nas distorções distributivas da economia guineense, as quais o efeito multiplicador das exportações está longe de poder superar. Esta opção que relega largas faixas da população rural ao esquecimento do desabastecimento e à subsistência não-monetária tem, como contrapartida, beneficiado apenas sectores comerciais urbanos — entenda-se, quase exclusivamente Bissau — que transaccionam com a exportação de primários ou a importação de bens de consumo. Este sector importador é a peça que fecha este circuito de desigualdade que se inicia com a quebra do poder aquisitivo interno e com a concentração do rendimento e se completa com a instituição de um perfil de consumo extrovertido, sempre, de bens de consumo de luxo importados que atendem exactamente à procura das classes destes novos «paraísos artificiais». A ausência de um programa de substituição das importações que reinvente o mercado e a acumulação internos, continua a intensificar a procura e a estimular o desenvolvimento de outros países.

Cabe ainda frisar que este modelo exportador que se reafirma silenciosamente na Guiné-Bissau, como trataremos mais adiante, e seus desequilíbrios, trazem desdobramentos que vão muito mais além das condições macro-económicas. Para citar um exemplo, lembremos os riscos que se colocam ao próprio modelo de sociedade liberal que se quer implantar às margens do Geba. Este espaço humano e social aí localizado, o qual não raro é observado como se fosse composto por um padrão homogéneo, na realidade circula entre dois mundos muito distintos,

disputado numa luta entre a sociedade de mercado e outras formações sociais não absorvidas; uma disputa de vector vertical, de aprofundamento das relações de mercado, onde o seu resultado está ainda por decidir. Com a crise económica do Estado guineense, o modelo ocidental de Estado nacional é também ameaçado, uma vez que se verifica uma desintegração dos sistemas institucionalizados de segurança e de reprodução sócio-económicos, o que acaba por empurrar contingentes humanos cada vez mais numerosos na direcção de uma revalorização ou reafirmação da racionalidade étnica como meio de sobrevivência social. A economia financeira internacionalizada vê diante de si, incrédula, espaços completamente não-monetarizados dedicados a improvisar estratégias de sobrevivência.⁽⁶⁾ As soluções nacionais, que contam como seus elementos, entre outros, as instituições, o mercado e a moeda e o direito positivo, são substituídas pelas soluções étnico-familiares, o que põe em causa a legitimidade do Estado nacional.⁽⁷⁾

Este é apenas um exemplo de como certas análises mais abrangentes podem nos demonstrar que o alcance dos efeitos de um Programa de Ajustamento podem ir muito mais além do nível das simples interações de «agentes económicos» e, ao mesmo tempo, contribuir para reafirmar a imagem desta era de Ajustamentos como uma situação composta por «custos de curto prazo e incertezas a longo prazo».⁽⁸⁾ E é também devido a estes efeitos de largo alcance que o balanço de três anos e meio de Ajustamento na Guiné-Bissau não termina, como havíamos prevenido, nesta análise do seu conteúdo técnico. É preciso buscarmos uma outra ideia, a qual não é outra coisa senão a discussão de um modelo de desenvolvimento inserido dentro de um pacote técnico.

II — A discussão de um modelo

Dentro das contingências, determinações e condicionantes de um programa de saneamento macro-económico, a Guiné-Bissau adopta uma série de medidas «liberalistas» que orientam as suas estruturas económicas na direcção de uma economia de mercado, onde as privatizações e desregulamentações simbolizam uma transição bem ao gosto de *l'air du temps*. Mas retomando a advertência de K. Hermele, não basta dizer que ora se adopta na Guiné-Bissau uma estratégia capitalista. É preciso identificar qual o tipo desta estratégia ou, por outras palavras, saber que tipo de capitalismo se implanta.⁽⁹⁾ É preciso dizer que se trata de um capitalismo fraco e dependente, exportador de produtos agrícolas. Esta

questão quase invariavelmente fica sem resposta pois nos prendemos à técnica e esquecemos as opções de conteúdo que são feitas em seu nome. As razões orçamentais e os desequilíbrios fiscais não são um fim em si mesmos e a necessidade de determinar destinos sociais e humanos em função daquelas razões não é evidente.

É devido ao papel que a ciência ocupa na cultura contemporânea que o pensamento e as atenções se resumem ao meio, à técnica. Ciência e técnica legitimam, assim como os mitos e a magia dentro de outros esquemas culturais não iluministas. Vivemos tempos de feiticização da ciência e da técnica, que assim legitimam opções que, na verdade, não são tão obrigatórias como parecem frente aos nossos olhos. A racionalização segundo padrões técnicos e científicos institucionaliza uma dada opção que, assim, a torna irreconhecível enquanto escolha política.⁽¹⁰⁾ Dessa forma, retomando o nosso caso concreto, a construção de uma economia dependente apoiada totalmente na exportação de primários, permanece, como tal, fora de discussão. Em vez disso aparece a discussão de como tornar as tarefas técnicas administrativamente solúveis, ou então, como descobrir soluções técnicas — no caso, macro-económicas — capazes de tornar viável o projecto. Com isso, a adopção de um modelo particularíssimo é feita a partir de uma discussão esvaziada, uma vez que a dimensão política das opções é tecnicizada.

Este «esquecimento» é decisivo pois traça desígnios já conhecidos de antemão nestas regiões menos desenvolvidas do planeta. Ao implantar-se um programa de saneamento financeiro, com apelos e necessidades técnicas inegáveis, adopta-se, entretanto e como contrapeso, um modelo de desenvolvimento sem futuro. As receitas orçamentais do Estado guineense apoiam-se em 70% na tributação sobre a exportação de castanha de caju e nas concessões de licenças de pesca a companhias estrangeiras. Com os investimentos canalizados para a exportação de produtos primários e a importação de bens de consumo, sem circuitos de valorização, transformação e acumulação internos, sem um programa de substituição das importações e sem um mercado interno constituído, os desequilíbrios e desigualdades da estrutura sócio-económica guineense testemunham a escolha de um modelo de desenvolvimento de tipo «plataforma de exportações». Um modelo constituído por um ambiente artificial suspenso acima do território, sustentado nos ganhos obtidos a partir do extractivismo daquilo que a Natureza, e só ela, possa oferecer. Um modelo onde a pauperização das populações rurais e suburbanas, relegadas à subsistência não-monetarizada, está longe de ser uma contradição. E mais, além das desigualdades e desequilíbrios, trata-se ainda de

um modelo frágil e dependente, frente a um esquema de mercado mundial que lhe é desfavorável, como demonstra a evolução dos termos de troca dos últimos trinta anos.

Este modelo não é necessário nem sinónimo de Ajustamento Estrutural. O que já foi um dia chamado de sistema colonial, ou algo muito parecido, persiste, ainda mais neste quadro cultural de legitimação pela racionalidade técnica dos meios, mas de irracionalidade dos fins, num processo onde «a máscara se torna mais verdadeira que a face».⁽¹¹⁾

Conta-se que os revolucionários franceses de 1789, numa espécie de explicitação do desejo inconsciente colectivo, atiravam nos relógios públicos, querendo romper a continuidade da História, ou pelo menos daquela História que viviam. Nestes tempos de consagração do liberalismo ocidental, onde alguns chegam mesmo a decretar o «final da História»⁽¹²⁾, talvez deva ser também o momento de os homens do Sul começarem a «recordar». Reunir todos e tantos olhos estarecidos, como os olhos do *Angelus Novus* no célebre quadro de Paul Klee, que olhava para trás aterrorizado com o cúmulo interminável de ruínas, enquanto era arrastado para a frente pela tempestade do progresso. Talvez seja tempo de descobrir que os «tristes trópicos» têm que romper o ciclo infernal da — sua — História.

NOTAS

- ⁽¹⁾ W. Benjamin, *Obras Escolhidas*, vol. 3, Brasiliense, S. Paulo, 1989.
- ⁽²⁾ R. E. Galli, *Estratégia de Desenvolvimento na Guiné-Bissau*, C. E. E., Bissau, 1989. (mimeo)
- ⁽³⁾ D. L. Handem, «O Nó do Ajustamento», in *BISE — Boletim de Estudos Sócio-Económicos*, n.º 3/88, INEP, Bissau, 1988.
- ⁽⁴⁾ Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, *Estratégia de Desenvolvimento para o sector agrícola*, MDRA, Bissau, 1990. (mimeo)
- ⁽⁵⁾ União Internacional para a Conservação da Natureza, *Proposta para a planificação costeira na Guiné-Bissau*, U. I. C. N., Bissau, 1990. (mimeo)
- ⁽⁶⁾ D. L. Handem, *op. cit.*
- ⁽⁷⁾ L. Rudebeck, «Ajustamento estrutural numa aldeia oeste-africana», in *AKUT*, n.º 41, Upsália, 1990.
- ⁽⁸⁾ C. Colclough e R. H. Green (eds.), «Stabilization — for growth or decay?», in *IDS Bulletin*, vol. 19, Janeiro 1988.

- ⁽⁹⁾ K. Hermele, «Ajustamento estrutural e alianças políticas», in *AKUT*, n.º 41, Upsália, 1990.
- ⁽¹⁰⁾ J. Habermas, *Ciência e Técnica como "ideologia"*, Abril Cultural, col. Grandes Pensadores, S. Paulo, 1975.
- ⁽¹¹⁾ Ch. Baudelaire.
- ⁽¹²⁾ F. Fukuyama, «El fin de la história», in *El País*, 31 de Agosto de 1989.

PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL E IMPLICAÇÕES LOCAIS: O CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA GUINÉ-BISSAU

A situação sócio-económica geral tornou-se mais difícil para a população litoral. Ela debate-se com problemas para enfrentar o elevado custo de vida e a comercialização das relações sociais reduziu a segurança social que era anteriormente representada pela dominância de relações de reciprocidade e redistribuição.

Inger TVEDTEN

Introdução

Poucos tópicos terão provocado tanta divisão entre os pesquisadores do desenvolvimento e os elaboradores de políticas como a utilidade dos programas de ajustamento estrutural.

A preocupação central destes programas são os desequilíbrios estruturais das economias do Terceiro Mundo: desequilíbrios na balança de

pagamentos, dívidas cada vez maiores que não podem ser atendidas, um sector estatal grande e ineficiente, macropolíticas inadequadas, incluindo aquelas relativas aos preços agrícolas, desequilíbrios entre os principais sectores económicos, fraca base para o desenvolvimento tecnológico, dependência de algumas ou de uma única matéria-prima ou cultura de exportação (Havnevik 1987).

Três principais tipos de políticas encontram-se envolvidos normalmente quando os governos e o Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional decidem programar remédios para estes problemas. O primeiro deles consiste na restrição da procura, incluindo a redução das despesas governamentais, o estabelecimento de um limite para a expansão creditícia e restrições salariais. O segundo é a transferência de recursos dos produtos de consumo local para os produtos de exportação, utilizando instrumentos tais como a desvalorização e a reforma dos preços. O terceiro consiste em enfatizar o melhoramento a médio e longo prazos da eficácia da economia, incluindo instrumentos tais como a reforma financeira e a liberalização das importações (Banco Mundial 1988, Banco Mundial e PNUD 1989, Taylor 1988, Mosley e Toye 1988).

Os investigadores e os elaboradores de políticas concordam nos objectivos gerais das políticas, nomeadamente na estabilização macro-económica e na criação de condições para uma eficácia melhorada da economia e de um melhor ambiente para o crescimento económico. No entanto, uns e outros discordam tanto em relação à adequação das medidas adoptadas como aos efeitos previstos. Os primeiros argumentam que as medidas políticas têm à partida uma natureza de classe, que elas terão consequências perturbadoras ao micro-nível, e que não serão sustentáveis principalmente devido à sua incapacidade para resolver problemas relativos à produção. Os segundos argumentam que uma situação macro-económica estável constitui uma condição prévia para o restabelecimento da capacidade produtiva e dos sectores sociais ao micro-nível. É preciso aceitar problemas temporários para que este desenvolvimento tenha lugar e para que as forças do mercado funcionem (Helleiner 1983, Banco Mundial 1989, George 1988).

De facto os pontos de vista expressos pelos elaboradores de políticas e pelos investigadores surgiram nalguma medida através do ênfase colocado pelos primeiros no «ajustamento de rosto humano» e pelos segundos nos «programas de ajustamento alternativos», mas as mensagens básicas continuam a ser as mesmas e o debate tem tido poucas implicações práticas na elaboração dos programas e na temática das pesquisas (UNICEF 1986, Steward 1987, Seideman 1989).

O presente artigo constitui uma tentativa de esboço das verdadeiras implicações ao nível local do programa de reestruturação económica actualmente em curso na Guiné-Bissau, tomando como centro o sector da pesca artesanal. Uma maior ênfase na análise das verdadeiras implicações desses programas contribuiria para resolver pelo menos algumas das controvérsias sobre diagnósticos e prescrições que actualmente dominam o debate.

Ao mesmo tempo, a ênfase nas implicações dos programas ao micro-nível é uma perspectiva que brilha pela sua ausência. Ela é importante não porque os actores locais se encontrem em condições de influir significativamente nos macro-processos que os programas de reestruturação apresentam. Pelo contrário, as forças postas em movimento têm profundos impactos na situação dos actores locais e são consideradas por eles como algo a que devem aderir. Por outro lado, as implicações a longo prazo dos programas dependerão de *como* os actores locais reagem às forças em questão. O grau em que eles chegam a participar nos mercados de troca e no aumento da produção é naturalmente uma das componentes principais a intervir para o desenvolvimento ser sustentável no tempo.

Do mesmo modo, as implicações sócio-económicas ao micro-nível são índices importantes do sucesso ou fracasso dos programas dado os objectivos destes serem estabelecidos a longo prazo. Alguns dos índices económicos globais normalmente utilizados com este fim (mudança do PNB *per capita*, produtividade agrícola, preços ao produtor e ao consumidor, etc.) tendem a ocultar diferenças entre classes e regiões, e com frequência darão apenas um quadro parcial devido à importância da produção de subsistência e das economias paralelas nas sociedades em questão. Além disso, a qualidade e fiabilidade deste tipo de dados são por si sós altamente discutíveis (Hill 1986).

Devido à pequena escala e abertura da economia guineense, as implicações das medidas políticas macro-económicas fazem-se sentir rapidamente em quase todos os níveis da sociedade. O sector da pesca artesanal também se presta bem para uma análise das reacções locais aos programas de reestruturação económica, uma vez que as condições macro-económicas têm implicações tanto através da dependência do sector de factores de produção extralocais (barcos, motores, equipamento, combustível, peças sobresselentes) como através da sua dependência de mercados de troca extralocais para a acumulação do capital necessário. Devido ao seu potencial em termos de entrada de divisas, é também um sector a que o governo outorga grande importância.⁽¹⁾ O caso fornece assim uma série de observações interessantes, apesar de o programa ter

sido implementado durante relativamente pouco tempo. O nosso argumento básico é que o desenvolvimento de um ambiente económico liberal como o que actualmente existe representou opções em termos de uma maior produção e comercialização de peixe para algumas regiões e para algumas categorias de pescadores, mas os efeitos globais adversos do programa e as condições sócio-económicas ao nível local limitam as implicações sobre outras. Medidas intervencionistas positivas e selectivas por parte do Estado podem resolver alguns destes obstáculos, implicando opções de efeitos positivos para uma maior parte do sector de pesca artesanal.

A Guiné-Bissau e o Programa de Ajustamento Estrutural

A Guiné-Bissau é um pequeno país de 36 125 quilómetros quadrados (pouco maior do que a Bélgica), com apenas 950 mil habitantes. A grande maioria destes vive em aldeias (*tabancas*) de 150 a 400 habitantes. A capital, Bissau, com os seus 160 mil habitantes, é o único grande centro urbano. Outros centros são Bafatá, Gabú, Mansoa, Catió, Farim e Bolama. A população é constituída por mais de vinte grupos étnicos diferentes. Cinco grupos étnicos representam mais de 80 por cento da população (Balanta 27%, Fula 23%, Mandinga 12%, Manjaco 11% e Pepel 10%). Estes podem ser divididos em duas categorias principais. No interior vivem os Fulas, que são fundamentalmente pastores, e os Mandingas que são agricultores de sequeiro. Trata-se de sociedades tradicionalmente estratificadas, centralizadas e muçulmanas. Os principais grupos do litoral são os Manjacos, Felupes, Brames, Balantas, Pepéis e Bijagós. São sociedades tradicionalmente não estratificadas, descentralizadas e não islamizadas. Todas elas praticam uma combinação de agricultura — tendo o arroz como principal cultura —, comércio — com bens de produção local tais como derivados da palmeira — e pesca (Caballero 1987, SIDA 1987).

A Guiné-Bissau preenche os índices sociais e económicos mais clássicos de um país pobre. O PIB *per capita* é de 169 dólares, a mortalidade infantil é de 180 por 1000, a esperança de vida à nascença é de 39 anos e a taxa de analfabetismo é de 15 por cento. A agricultura e a pesca contribuem com 61,5% do PIB total, o comércio e os serviços com 20%, a administração pública com 9,1% e a indústria com apenas 3,9%. As exportações ascendem a 15 milhões de dólares e as importações

a 55,7 milhões de dólares. A dívida externa é de 355 milhões de dólares, com serviços escalonados da dívida no valor de 98,9 milhões de dólares e um pagamento real de 25 milhões de dólares. As exportações são constituídas principalmente por produtos agrícolas vulneráveis tais como a castanha de caju (10,8 milhões de dólares), amendoim, coconote, outros produtos agrícolas, madeiras e peixe. As importações consistem em géneros alimentícios (11,5 milhões de dólares) e outros bens de consumo, derivados do petróleo, materiais de construção e equipamento para transportes, os quais representam despesas adicionais. Desde a independência, em 1975, a ajuda estrangeira desempenhou um importante papel, elevando-se a 59,6 milhões de dólares em 1987 (Carneiro e Abreu 1989, IEU 1989).

Embora as cifras mencionadas ocultem diferenças regionais e de classe, o extenso mercado paralelo e o comércio ilegal com os vizinhos Senegal e Guiné-Conacri e a importância das actividades de subsistência, particularmente nas áreas rurais, o quadro geral de pobreza e desequilíbrios económicos básicos, é pertinente (Banco Mundial 1986, Handem 1987, Carneiro e Abreu 1989).

As graves condições económicas favorecem a radical mudança de política económica iniciada pelo governo com o apoio do FMI em 1983. A viragem teve lugar após um período de dez anos com um modelo económico de planificação centralizada, baseado no controlo quase total das actividades económicas pelo Estado, com excepção do sector rural tradicional, e com forte ênfase em projectos industriais de grandes dimensões e mal sucedidos (Forrest 1989). Os objectivos imediatos da reforma eram corrigir as distorções dos preços internos e externos e mudar a ênfase novamente para a agricultura. O governo desvalorizou o peso, aumentou os preços oficiais ao nível interno e elevou os impostos.

Em 1985, no entanto, tornou-se evidente que o programa não funcionava. Os mercados paralelos, quer de produtos quer de divisas, mostravam-se florescentes, os efeitos sobre a produção agrícola tinham sido poucos ou nulos e o PIB experimentou um aumento anual de apenas 2,1% no período 1983-85 (IEU 1989, Banco Mundial 1987, Carneiro e Marcelo 1989).

Em fins de 1986 foi negociado um novo pacote de reformas financeiras e políticas que teve início em Maio de 1987, desta vez contendo medidas políticas mais variadas e importantes.

Para atingir o objectivo reestruturador de estabilizar a economia e criar condições para o crescimento auto-sustentado, as componentes chave seriam: i) corrigir a extrema sobrevalorização da taxa de câmbio,

a fim de deslocar os rendimentos para produtos comerciáveis, restaurar a concorrência, reorientar as exportações através dos canais oficiais, e reduzir a procura de importações; *ii*) aumentar os preços ao produtor agrícola de maneira a melhorar os incentivos aos agricultores, como parte da estratégia de crescimento orientada pela forte expansão da produção agrícola; e *iii*) reduzir as despesas do sector público a fim de restabelecer o equilíbrio do orçamento do governo e de concentrar-se no apoio à produção através do fornecimento de infraestruturas (Banco Mundial 1987: XIII).

Também no caso da Guiné-Bissau as implicações do programa de reestruturação económica provaram ser difíceis de medir com exactidão, mas parece haver consenso em relação aos seguintes resultados globais (ver Handem 1986, IEU 1989, Carneiro e Abreu 1989, Banco Mundial 1987):

- Maior disponibilidade de produtos de consumo não-alimentares, particularmente nos centros urbanos, mas também nas áreas rurais.
- Os preços dos produtos alimentícios ao consumidor aumentaram, incluindo os dos cinco produtos básicos ainda sujeitos ao controlo do Estado.
- Os preços agrícolas ao produtor aumentaram, particularmente os das culturas de exportação (castanha de caju, coconote, algodão e amendoim), mas também os das principais culturas de consumo interno (arroz, mandioca, feijão, sorgo).
- A intervenção estatal aumentou, fundamentalmente através da introdução de novos impostos e de um mais estreito controlo através dos comités de Estado regionais e locais.
- A importância do mercado paralelo diminuiu, o que é ilustrado pelo facto de as taxas de câmbio livre terem atingido uma diferença de apenas 2 a 5% em relação às taxas oficiais.
- Houve um crescimento do PIB de 5,7%, principalmente devido a um aumento da produção agrícola (que alguns comentadores atribuem sobretudo às condições climáticas favoráveis).
- Contrariamente aos objectivos, houve um aumento líquido regular das importações de bens e serviços.
- Registou-se uma queda nos salários urbanos reais e um aumento do desemprego urbano.

Assim, a este nível as implicações do programa parecem ser as clássicas: um relativo aumento da produção, reorientação da produção excedente da distribuição local para os mercados de troca externos, elevação do custo de vida, particularmente para a população urbana, e um limitado impacto sobre a balança de pagamentos.

No entanto, como foi dito na introdução, esses dados pouco informam acerca das opções em termos de um desenvolvimento a longo prazo ao nível da produção e das implicações mais concretas que as medidas políticas representam para os diversos grupos sociais e áreas geográficas. Por isso voltamos agora a tomar como exemplo o sector da pesca artesanal.

O sector da pesca artesanal tradicional

Cerca de 40% da população da Guiné-Bissau habita nas regiões litorais ou nas margens dos rios do interior, e estima-se em aproximadamente 6000 o número total de pescadores envolvidos no sector da pesca artesanal, quer a tempo inteiro, quer parcial, ou numa base sazonal (Tvedten, Bage *et al.*, 1989). Além disso, pelo menos 2000 mulheres estão envolvidas nesta actividade numa base mais marginal, praticando a pesca com rede manual, sobretudo nos rios e lagoas do interior.

A pesca artesanal na Guiné-Bissau é tradicionalmente caracterizada por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, utilizando pequenas canoas de madeira (3-5 metros) sem motor, meios simples tais como linhas, pequenas redes manuais, redes de arremesso e armadilhas, e unidades produtivas de base familiar controladas pelo chefe de família.

A pesca é normalmente levada a cabo em combinação com outras fontes de subsistência e de receitas, entre elas a agricultura arável (desbaste e queimada para o cultivo de arroz, amendoim, mandioca, feijão), a extracção de produtos da palmeira-do-azeite (vinho de palma, óleo de palma, coconote), o pequeno comércio e, nalguma medida, a produção pastoril, o trabalho assalariado e o artesanato. A actividade pesqueira é baixa, com uma média estimada em 800 kg por unidade (estatísticas do governo e informações pessoais). Os Felupes, Pepéis e Bijagós, respectivamente das províncias de Cacheu, Biombo e Bolama, são os grupos étnicos que mais dependem da pesca, tanto em termos de subsistência como de receitas.

Existem importantes excepções a este quadro geral de uma pesca artesanal de baixo rendimento, orientada para a subsistência, representa-

da principalmente, mas não só, pelos cerca de 1500 pescadores estrangeiros que operam no país numa base permanente ou semi-permanente. Quase todos eles vêm do Senegal e da Guiné-Conacri. Na sua grande maioria possuem uma pesca altamente desenvolvida, com grandes canoas motorizadas (15-20 metros), utilizam métodos de alto rendimento tais como a pesca com redes de arrasto e com rede de emalhar, e mantêm relações económicas de produção com pessoas externas à sua família mais próxima, incluindo pescadores nacionais. Normalmente pescam a tempo inteiro, e estima-se produzirem em média aproximadamente 2000 kg/mês. Tradicionalmente a maior parte do peixe é vendido fresco nos grandes mercados nacionais (como Bissau) ou no estrangeiro (Senegal ou Guiné-Conacri). A maioria dos pescadores estrangeiros situa-se nas províncias de Tombali e Cacheu.

As razões do predomínio de uma pesca baseada na subsistência entre os pescadores nacionais, apesar das notórias tentativas de levar a cabo operações comerciais mais capital-intensivas, são complexas e baseiam-se sobretudo nas diferenças que existem em termos de tradições históricas e de contextos sócio-económicos.

Particularmente nas regiões costeiras, não existem tradições fortes de comércio de peixe, quer devido à distância que separa as aldeias dos grandes mercados, quer à baixa produtividade da maioria das unidades de produção. Uma consequência relevante disso tem sido a ausência de intermediários, que mostraram ser importantes no caso de outras pescas mais desenvolvidas. Normalmente os intermediários (de um ou outro sexo) combinam as funções de compradores de peixe e de fornecedores de capital e crédito.

Pelas mesmas razões de isolamento e baixa produtividade, o acesso a melhores meios de produção tem sido limitado. Ao contrário da agricultura, onde a mão-de-obra é também uma grande condicionante do desenvolvimento económico na situação actual da Guiné-Bissau, a mobilidade que representam melhores barcos e motores e a diferença de métodos que constituem as tecnologias melhoradas são requisitos prévios para uma maior produtividade na pesca.

Em terceiro lugar, a pesca artesanal caracteriza-se por um elevado grau de risco, devido ao efeito combinado das exigências de um investimento substancial, por um lado, e das flutuações sazonais das capturas e o permanente perigo de destruição ou perda do barco e dos equipamentos, por outro. Por conseguinte, a redução dos riscos através da participação em vários sectores de produção é normalmente mais conveniente para os pescadores do que para outros produtores primários.

A última e mais importante razão da predominância da produção de subsistência entre os pescadores nacionais está ligada a um conjunto de condições frequentemente ignoradas pelos economistas do desenvolvimento: as forças sócio-culturais. A Guiné-Bissau em geral e a região litoral em particular caracterizam-se por um elaborado sistema de regras e cerimónias culturais quotidianas ligadas à religião, aos ritos de passagem e aos ciclos produtivos. Estes sistemas têm importantes implicações ligadas a longos períodos de ausência do trabalho produtivo e a investimentos de excedentes em fins aparentemente não económicos. Além disso, entre vários grupos étnicos do litoral a pesca adquiriu um valor simbólico mais profundo em virtude de constituir uma ameaça às estruturas locais de poder político e económico devido à sua comercialidade fora da esfera de influência destas.

A mudança do ambiente económico do sector da pesca artesanal

O programa de ajustamento estrutural teve fundamentalmente dois tipos de implicações sobre o sector da pesca artesanal da Guiné-Bissau.

Um deles consiste numa mudança geral para um ambiente económico mais comercial.

A necessidade real e subjectiva de dinheiro aumentou com a instauração de novos impostos, o aumento dos preços dos bens de consumo, incluindo produtos alimentares tais como arroz, açúcar e óleo de cozinha, a maior facilidade de acesso a bens de capital, quer através do surgimento de comerciantes locais e regionais quer através do acesso aos grandes mercados devido a melhores meios de transporte e devido ao facto de os itens de troca tradicionais (tais como o vinho e a cerveja produzidos localmente e os contributos cerimoniais) se tornarem cada vez mais itens de troca de capital.

Antes disso, poucos ou nenhuns produtores rurais estavam totalmente orientados para a subsistência no sentido de não vender nem trocar quaisquer produtos, ou de não produzir excedentes para venda. Alguma espécie de contacto com os mercados de troca externos constituiu uma característica das sociedades rurais costeiras durante longo tempo, particularmente dentro da agricultura arável. O que parece ser novo, no entanto, é o grau em que o envolvimento representa uma necessidade para satisfazer exigências económicas básicas e uma opção para a acumulação de capital.

O outro tipo de implicações imediatas do novo ambiente económico liberal encontra-se ligado ao sector da pesca artesanal como tal.

Também aqui a característica fundamental é a marcada importância da economia de mercado. Os preços do peixe ao produtor e ao consumidor aumentaram, particularmente nas grandes áreas populacionais e em relação ao peixe de maior qualidade. O acesso aos mercados externos tornou-se mais fácil, principalmente devido ao surgimento de intermediários, os quais compram o peixe na região de produção litoral e transportam-no até aos grandes mercados. Também houve um melhoramento do acesso aos meios de produção, tanto através dos canais privados como dos canais governamentais (i. e. projectos). Ao mesmo tempo, estes itens tornaram-se mais caros.

Uma menção particular merecem os mercados abertos para peixe processado. Embora o peixe fresco tenha mais procura nas áreas do litoral, o peixe processado apresenta melhores possibilidades de comercialização, uma vez que pode ser conservado mais tempo e transportado para os grandes mercados do interior, tanto da Guiné-Bissau (Gabú, Bafatá) como do estrangeiro (Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri).

Dadas as limitadas hipóteses de a população costeira aumentar a produção agrícola de bens alimentares para além daquilo que é necessário para o consumo, e dada a não disponibilidade, para a maioria dos camponeses, de terra e árvores para produção de culturas de exportação (castanha de caju e coconote), a pesca continua a ser o sector mais importante no qual podem ter lugar maiores investimentos e esforços. A estratégia alternativa que se conhece a partir de situações similares noutros lugares, nomeadamente a de restringir-se à subsistência e à troca, isolando-se deste modo do ambiente comercial, não é viável para a grande maioria da população, pelo facto de a produção de bens básicos não satisfazer as necessidades básicas, e de algumas despesas de capital (tais como impostos e transportes) serem inevitáveis.

A população do litoral está consciente das opções inerentes à pesca, quer no processo de produção, dominado pelos homens, quer no de processamento e distribuição, dominado pelas mulheres. As estratégias são elaboradas tendo como referência as condicionantes e opções económicas tratadas mais acima, mas o povo também está consciente disso e conta com os factores externos, incluindo aqueles relacionados com os programas de ajustamento estrutural. Estes implicam condições tais como preços relativos (que implicações têm de facto os preços em permanente aumento dos bens de consumo na utilidade do investimento nas pescas? O que é que se pode esperar em termos de fornecimento de combustível

e outros produtos racionados?) e infraestruturas (será o transporte para os grandes mercados suficientemente eficaz e regular?). Além disso há a considerar as condições sócio-culturais mencionadas. Que implicações têm os crescentes investimentos em tempo, mão-de-obra e capital nas pescas sobre a situação sócio-económica global? Que implicações tem a redução da participação em cerimónias e outras manifestações culturais como consequência de uma maior concentração na pesca?

Os primeiros resultados do Programa de Ajustamento Estrutural

Até agora o Programa de Ajustamento Estrutural teve resultados aparentemente contraditórios: um maior fornecimento de peixe aos grandes mercados de troca, um aumento consideravelmente menor (e nalgumas áreas até uma diminuição) do abastecimento dos mercados locais e, muito provavelmente, uma diminuição da produção, pelo menos nas regiões centrais, onde habita a maioria dos pescadores. Existem também sinais de importantes mudanças nas relações sócio-económicas ao nível local, as quais podem ser directamente relacionadas com a comercialização do sector. Em particular elas dizem respeito à situação sócio-económica das mulheres e às opções económicas dos jovens em relação à geração mais velha.

Quanto ao maior fornecimento de peixe aos grandes mercados, quer os dados oficiais (estatísticas dos 7 projectos de desenvolvimento que fazem distribuição de peixe no país), quer as informações não oficiais (relatórios e observações dos mercados privados nos principais centros populacionais) indicam um melhor acesso ao peixe fresco e processado de maior qualidade. Em geral, os preços do peixe ao consumidor nesses mercados também aumentaram. No Gabú registaram-se nos últimos dois anos aumentos de 200 a 300% no peixe seco e fumado, e em Bissau o peixe fresco é vendido a preços 150 a 200% superiores à dois anos atrás. Ainda existe entre alguns sectores da população um poder de compra suficientemente forte para manter a procura.

Quanto à origem, este peixe provém principalmente de duas fontes de abastecimento. A primeira delas é constituída pelos pescadores das regiões litorais norte e sul, Cacheu e Tombali, os quais com os melhores preços e o melhor acesso a bens de capital começaram a vender uma maior quantidade dos seus produtos na Guiné-Bissau em lugar de os exportarem para o Senegal e a Guiné-Conacri. O peixe em questão é distribuído em grande quantidade e através de grandes intermediários, que agora

consideram lucrativo o mercado de peixe. De um centro de pesca na região de Tombali, por exemplo, 15 pescadores vendem até 6 m. t. de peixe fumado por semana, em lotes de 500 quilos cada, a intermediários provenientes de Bafatá e Gabú.

A outra principal fonte de fornecimento corresponde às localidades situadas nas regiões costeiras centrais de Biombo, Bolama e Quínara, onde intermediários recolhem o peixe em pontos de venda pertencentes na sua maior parte a pescadores individuais. O peixe é normalmente distribuído fresco, sendo necessário o acesso a transporte motorizado para não se estragar antes de chegar aos grandes mercados. O peixe comprado pelos intermediários é principalmente peixe das profundezas, de primeira e de segunda. É mais fácil de manipular, conserva-se melhor e vende-se a melhores preços nos grandes mercados. Como existe pouca procura deste peixe localmente, os preços ao produtor podem ser mantidos baixos, o que aumenta o benefício dos intermediários. Também neste caso a comercialização é feita principalmente por intermediários (homens) que operam em grande escala. Um índice da potencial importância económica deste tráfico é o facto de vários grandes empresários de Bissau estarem envolvidos nele.

Um outro fornecimento, embora ainda em escala reduzida, provém directamente dos pescadores que se deslocaram para os principais centros populacionais do litoral para pescar, tomando estes como base. Trata-se de um processo bem conhecido noutros países da África Ocidental, onde a migração extensiva para mercados maiores constitui uma dominante. O facto de até agora ele ser limitado na Guiné-Bissau, deve-se sobretudo a razões tais como a distância das principais zonas de pesca, particularmente de Bissau, e às dificuldades em manter uma actividade simultaneamente na pesca e na agricultura, da qual a maioria dos pescadores dependem, tendo Bissau como base.

Quanto ao desenvolvimento dos mercados rurais locais, as mudanças em termos de abastecimento e preços foram em grande medida opostas àquelas registadas nos principais centros populacionais: com a liberalização dos preços e a deterioração do poder de compra nas áreas rurais, como produto do aumento global do custo de vida, os preços do peixe caíram drasticamente e correspondem agora em certas áreas a apenas 15 a 20% daqueles que se praticam nos grandes mercados. O baixo poder de compra fez diminuir a procura de peixe no mercado nestas áreas e reorientou a procura existente para o peixe pelágico de terceira e de quarta, mais barato. Em várias ocasiões aconteceu que os pescadores não conseguiram vender grande parte das capturas apesar da carência de bens

alimentares existente, sobretudo pelo fim do ciclo agrícola, quando o dinheiro é particularmente escasso. Para os pescadores desenvolveram-se assim dois mercados distintos. O primeiro deles é um mercado superior para peixe de alta qualidade e peixe processado, vendido em grandes quantidades e a preços relativamente altos. O segundo é um mercado local inferior para peixe de menor qualidade, vendido em pequenas quantidades e a preços relativamente baixos.

O desenvolvimento da situação de comercialização levou a uma marcada divisão entre pescadores e produtores.

Para os pescadores do norte e sul, dotados de meios superiores, as melhores condições de comercialização implicaram um aumento do investimento de tempo e mão-de-obra, investimento em meios superiores (particularmente motores) e maior produção. Desenvolveu-se uma pesca diversificada, com tecnologias quer para espécies das profundezas quer para espécies pelágicas, tomando possível a utilização das opções de comercialização tanto para o peixe fresco como para o peixe processado. A maioria dos pescadores em questão são estrangeiros, mas existe também uma série de casos de pescadores nacionais que transitaram de uma produção orientada principalmente para a subsistência, para uma produção comercial.

No que diz respeito aos pescadores que produzem nas regiões centrais, menos desenvolvidas, onde as margens de comercialização são inferiores e menos volumosas, estabeleceu-se uma diferença entre uma pequena minoria de pescadores com uma alta capacidade produtiva inicial, e a maioria que pesca com meios rudimentares, e consequentemente com uma baixa capacidade produtiva. Os primeiros conseguiram aumentar a sua produção e receitas tal como os pescadores do norte e do sul, devido às possibilidades representadas pelo acesso aos intermediários e aos grandes mercados. A grande maioria dos pescadores, dotados de métodos rudimentares e dependentes do mercado local, viram diminuir as suas hipóteses de acumular receitas devido ao baixo nível dos preços do peixe e ao custo de vida cada vez maior. Muitos deles não conseguiram cobrir as despesas de combustível, sal, etc., fazer a manutenção do barco e do motor e pagar os juros dos empréstimos. Uma série de pescadores foram marginalizados ou obrigados a abandonar a profissão, enquanto outros tiveram que reduzir os riscos investindo mais tempo e trabalho noutros sistemas de produção. A situação descrita também teve diversas implicações sobre a situação geral dos pescadores, das quais mencionaremos aqui duas de particular relevância.

Com a crescente importância do dinheiro e das trocas, as mulheres, que desempenhavam o seu principal papel no sector agrícola orientado

para a subsistência, viram o seu estatuto e importância económica diminuir. Existem, no entanto, sinais de empresas locais compensarem isso através de um crescente envolvimento no processamento, distribuição e troca do peixe, quer numa base individual ou colectiva. Como mencionámos mais acima, as mulheres cumprem um importante papel como intermediárias na maioria das pescas mais desenvolvidas na África Ocidental.

Os processos de mudança são também evidentes na situação sócio-política geral nas pequenas sociedades costeiras. Embora a autoridade política e económica continue tradicionalmente nas mãos dos anciãos, sendo exercida através de um elaborado sistema de cerimónias e contributos cerimoniais, as possibilidades de acumulação de capital através da pesca mudaram as bases deste sistema de diferenciação. Os jovens que querem investir na pesca ainda encontram dificuldades para o fazer, mas existe uma tendência para um ambiente económico menos sujeito a condicionantes sócio-culturais e mais baseado em estratégias individuais.

Conclusões

As principais dificuldades para o desenvolvimento do sector da pesca artesanal na Guiné-Bissau situam-se no sistema de distribuição e comercialização. Existe uma grande procura de peixe insatisfeita, tanto nos centros urbanos como rurais.

A análise mostra, além disso, que as dificuldades relacionadas com a distribuição e comercialização localizam-se principalmente nas regiões costeiras centrais de Biombo, Bolama e Quinara. Estas áreas são menos lucrativas para os grandes intermediários dos centros urbanos, e o poder de compra local é reduzido. Nas regiões norte e sul, Cacheu e Tombali, existiam condições para utilizar o ambiente económico de liberalização e os resultados foram uma maior produção e comercialização.

Ao mesmo tempo, é nas regiões centrais que a pesca é mais importante e onde ela comporta maior potencial: é lá que habita a maioria dos pescadores. Eles têm poucas opções económicas alternativas e existe grande procura de peixe. Nestas regiões, as mulheres demonstraram representar um potencial importante tanto para o processamento como para a distribuição de peixe.

Em paralelo com a análise das opções e condicionantes inerentes ao sector da pesca artesanal, mostrámos como a situação sócio-económica

geral tornou-se mais difícil para a população litoral. Ela debate-se com problemas para enfrentar o elevado custo de vida, e a comercialização das relações sociais reduziu a segurança social que era anteriormente representada pela dominância de relações de reciprocidade e redistribuição.

Considerando estes antecedentes, existem razões para o programa de ajustamento estrutural ter efeitos sócio-económicos negativos. Por outro lado, mostrámos como as melhores possibilidades de comercialização mobilizaram factores de produção e levaram a um aumento da produção em certas áreas e entre categorias específicas de pescadores.

Na base da análise anterior, uma opção viável parece ser apoiar directamente grupos e funções que possuam determinadas necessidades e/ou potencial para o desenvolvimento. O apoio às regiões costeiras centrais, aos pequenos intermediários (mulheres) e aos transportes/infra-estruturas teria efeitos positivos tanto em termos de aumento da produção e das receitas como do desenvolvimento sócio-económico geral dos pescadores. O maior acesso ao peixe nos centros urbanos levaria também a preços mais baixos, melhorando assim os níveis nutricionais dos sectores da população destas zonas que actualmente não se podem permitir comprar peixe.

Assim, pode-se afirmar que existe um potencial para utilizar o ambiente económico liberal criado de uma maneira construtiva e positiva. As intervenções necessárias devem, no entanto, ser baseadas em análises pormenorizadas e específicas a cada sector. Nem a análise global das implicações sócio-económicas gerais, nem as políticas de não-intervenção e confiança nas forças do mercado, são uma base suficiente para construir e implementar este tipo de programas.

REFERÊNCIAS

- Banco Mundial, *Guiné-Bissau. A Prescription for Comprehensive Adjustment*. A World Bank Country Study, Washington D. C., E. U. A., 1986.
- Banco Mundial, *Report on Adjustment Lending*, Banco Mundial, Washington D. C., E. U. A., 1988
- Banco Mundial, *Progress and Initiatives Benefiting Sub-Saharan Africa*. Encontro da Comissão de Desenvolvimento, 4 de Abril 1989, Washington D. C., E. U. A., 1989.
- Banco Mundial e PNUD, *Africa's Adjustment and Growth in the 1980s*, Banco Mundial/PNUD, Washington D. C., E. U. A., 1989.
- Caballero, L., *The Guiné-Bissau: a Study of the Food and Agricultural Sector*, Rural Development Studies n.º 23, Swedish University of Agricultural Services (International Rural Development Centre), Upsália, Suécia, 1987.

- Cameiro, D., e Abreu, M. P., *Guinea-Bissau: Economic Difficulties and Prospects for Structural Adjustment*, Swedish International Development Authority / Amadora Service Ltd., 1989.
- FAO, *Socio-Economic Data Base on African Fisheries*, FAO Fisheries Circulation n.º 810, 1988.
- Forrest, J. B., «Guinea-Bissau Since Independence: A Decade of Domestic Power Struggles», in *The Journal of Modern African Studies*, 25, 1, 1987, pp. 95-116.
- George, S., *A Fate Worse than Debt*, Penguin Books, Londres, 1988.
- Handem, D. L., «A Guiné-Bissau: Adaptar-se à Crise», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 3, Janeiro de 1987.
- Havnevik, K., *The IMF and the World Bank in Africa. Conditionality, Impact and Motives*, Scandinavian Institute of African Studies, Upsália, Suécia, 1987.
- Helleiner, G., «The IMF and Africa in the 1980s», in *Canadian Journal of African Studies*, vol. 17, n.º 1, 1983.
- Hill, P., (1986): *Development Economics on Trial. The Anthropological Case for a Prosecution*, Cambridge University Press, Cambridge, 1986.
- IEU, *IEU Country Study n.º 2. Senegal, The Gambia, Guinea-Bissau, Cape Verde*, International Economic Unit, Londres, 1989.
- Mosley, P. & Toye, «The Design of Structural Adjustment Programmes», in *Development Policy Review*, vol. 6, 1988.
- Seideman, A., «Towards Ending IMF-ism in Southern Africa: An Alternative development Strategy», in *The Journal of Modern African Studies*, 27, 1, 1989, pp. 1-22.
- SIDA, *Landrapport Guinea-Bissau* (Relatório de campo Guiné-Bissau), Estudos do Departamento de Pesquisa 2/1987, SIDA, Estocolmo, Suécia.
- Steward, F., *Alternative Macro Policies and the Protection of Vulnerable Groups During Adjustment*, Washington D. C., U. S. A., 1987.
- Taylor, L., *Variedades of Stabilization Experience. Towards Sensible Macro Economics in the Third World*, Oxford, 1988.
- Tvedten, Bage et al., *O Sector da Pesca Artesanal na Guiné-Bissau*, Ministério das Pescas (PESCARTE), Bissau, Guiné-Bissau, 1989.
- UNICEF, *Structural Adjustment With a Human Face*, Nova Iorque, U. S. A., 1986.

GUINÉ-BISSAU: O IMPACTO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL SOBRE O BEM-ESTAR DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS

Este texto analisa as mudanças registadas no bem-estar dos pequenos proprietários rurais durante o período 1986-1989, utilizando uma única recolha de dados realizada na região orizícola de Catió, no sul da Guiné-Bissau.

Sem assinalar melhoria ou deterioração nos termos de troca agrícolas, os resultados mostram que o bem-estar dos produtores rurais aumentou ao longo do período, devido ao crescimento da oferta de bens de consumo nos mercados rurais.

Magnus ALVESSON e Mario ZEJÁN

I. Introdução

Para muitos pequenos proprietários do Terceiro Mundo, as condições de troca dos bens e serviços são importantes determinantes do seu bem-estar. Estas, por sua vez, dependem dos preços relativos e da oferta de

bens de consumo e de investimento nos mercados rurais. Na Guiné-Bissau, o Programa de Ajustamento Estrutural foi adoptado a partir de 1986, e desde então muito se tem especulado sobre os impactos das medidas adoptadas. Neste texto analisamos as mudanças registadas nas condições de bem-estar dos pequenos proprietários rurais no período 1986-1989, utilizando para isso uma única recolha de dados levada a cabo na região produtora de arroz de Catió, no sul da Guiné-Bissau. A análise recai sobre as mudanças verificadas nos termos de troca entre os bens produzidos e consumidos pelos produtores, bem como sobre a percepção das alterações havidas ao nível da oferta de bens de investimento e de consumo nos mercados rurais.

Na análise do impacto das mudanças nos preços relativos e na oferta de bens de consumo e de investimento é necessário distinguir, por um lado, os incentivos e, por outro, os aumentos reais no nível de bem-estar. Considerando que não exista escassez de bens de consumo e de investimento nos mercados rurais, os incentivos à produção e comercialização aumentam de acordo com a subida dos preços ao produtor. Quando avaliamos as variações do bem-estar, as mudanças de preço dos bens de consumo e de investimento também devem ser levadas em conta. Se estes preços aumentam relativamente mais do que os preços ao produtor, os pequenos proprietários terão que vender mais produtos para poderem comprar a mesma quantidade de bens de consumo e de investimento. Embora isto, de facto, signifique maiores incentivos à produção e comercialização, também representa uma deterioração do nível de bem-estar. A distinção entre os efeitos dos incentivos e os efeitos de mudanças no nível de bem-estar é o ponto de partida deste texto.

A escassez nos mercados rurais modifica os efeitos das mudanças nos preços relativos. Acima do ponto onde o preço de equilíbrio é atingido, nos mercados de bens de consumo e de investimento, o aumento dos preços ao produtor provoca de facto uma diminuição dos incentivos à produção e comercialização. Por outro lado, o bem-estar aumenta, devido à necessidade de menos trabalho para obter o suficiente para comprar a mesma quantidade de bens (aliás, a mesma razão pela qual os incentivos diminuem). Portanto, na presença de escassez nos mercados rurais, a evolução da oferta de bens de investimento e consumo deve ser combinada com a análise do impacto das mudanças dos preços relativos sobre o bem-estar. Esta é a segunda distinção sobre a qual esta análise é construída.

Tanto os preços como a oferta de bens de investimento e de consumo são sensíveis indicadores das mudanças de curto prazo que ocorrem nas

políticas económicas; no entanto, eles não são os únicos factores que influenciam o bem-estar dos pequenos proprietários. No longo prazo, outros aspectos como a saúde, os serviços sociais e a educação costumam representar um papel mais importante. Este estudo trabalha com um intervalo relativamente curto (1986-1989), o que explica a maior atenção dedicada aos preços e às quantidades.

O texto está organizado da seguinte maneira: na secção 2 é apresentada uma breve descrição do desenvolvimento económico na Guiné-Bissau desde a independência e do Programa de Ajustamento Estrutural de 1986. A secção 3 fornece um perfil do levantamento realizado. A secção 4 contém uma análise do rendimento gerado pelos produtores e a evolução dos preços recebidos por eles. A secção 5 aborda as despesas de consumo dos pequenos proprietários e as alterações nos preços e na oferta de bens de consumo nestes mercados rurais. Na secção 6 encontra-se uma análise dos gastos com bens de investimento, bem como das variações nos preços e na oferta destes. Finalmente, na secção 7 são delineadas as principais conclusões.

2. Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau

Após onze anos de luta armada, a Guiné-Bissau tornou-se independente em 1974. O PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, a força política e militar dirigente do movimento de independência, esforçou-se por estabelecer uma estrutura económica centralizada, de acordo com a crença em voga naquela época no desenvolvimento económico planificado. Em 1977 foi implantado um sistema de preços controlados. Apesar da forte tendência agrícola da economia, a estratégia de desenvolvimento do novo governo baseou-se na industrialização. Volumosos orçamentos voltados para o desenvolvimento e projectos de investimento largamente apoiados em importações, relegaram as importações de bens de consumo para um segundo plano, provocando escassez nos mercados urbanos e rurais. A estratégia também significou, como normalmente ocorre nos processos de substituição de importações, uma forte sobrevalorização da moeda local. O controle de preços, em combinação com o aumento da escassez de bens de consumo nos mercados rurais, desestimularam os agricultores a produzir para os mercados oficiais. No início dos anos oitenta, crescentes desequilíbrios macroeconómicos na economia forçaram o governo a recorrer à assistência financeira internacional. Ao mesmo tempo, foram

feitas tentativas para mudar a estratégia de desenvolvimento económico, e em 1983 foi iniciado um programa de recuperação económica. Contudo, devido às condições externas desfavoráveis e à inadequada disciplina orçamental, o programa falhou.

Os anos seguintes foram caracterizados por uma alta inflação, um florescente mercado paralelo tanto de moeda estrangeira como de bens produzidos internamente, contrabando e um declínio nas actividades comerciais oficiais. A situação externa não era menos dramática. As reservas internacionais brutas chegaram a corresponder a apenas duas semanas de importações e a taxa do serviço da dívida atingia 90%⁽¹⁾. Nos mercados internos, em particular nos rurais, a escassez de bens de consumo permanecia intensa. Esta escassez, combinada com a alta inflação, causou uma diminuição ainda maior no nível de bem-estar dos produtores rurais e nos seus estímulos para a produção agrícola.

Em 1986 foi preparado um Programa de Ajustamento Estrutural com a assistência do Banco Mundial. Um dos seus objectivos principais era melhorar os termos de troca dos produtos comercializados internamente, fossem eles importados ou exportáveis. A elevação dos preços destes produtos comercializados, em comparação com aqueles produtos não-comercializados, seria conseguida através de desvalorizações da moeda local, o *peso*, e de uma simultânea liberalização dos preços. Como as medidas de desvalorização não surtem efeito sem que a inflação seja diminuída, o programa também defendia a necessidade de uma disciplina orçamental e de medidas económicas restritivas, a fim de fazer diminuir a procura acrescentada. Não era suficiente apenas aumentar os rendimentos dos agricultores; também era necessário expandir a oferta de bens de consumo e de investimento no interior dos mercados rurais. Por este motivo, o programa de ajustamento incluía entre as suas medidas a liberalização e privatização das estruturas do mercado interno, o que, conjuntamente com a liberalização dos preços e do comércio interno, visava estimular os comerciantes privados a importar e distribuir estes produtos.

3. Perfil da pesquisa

Para reunir informações para o estudo, um inquérito agrícola foi levado a cabo em Março e Abril de 1990. Foram realizadas 67 entrevistas, distribuídas por aproximadamente 25 tabancas da região de Catió, no sul do país. As perguntas centraram-se nos preços e quantidades dos pro-

dados comprados ou vendidos pelos agricultores, bem como na disponibilidade de bens de consumo e de investimento nos mercados.

O grupo visado pelo estudo foram os rizicultores balantas. Existem vários motivos por detrás desta escolha. Em primeiro lugar, devido ao facto de os Balantas serem os responsáveis pelo abastecimento de quase todo o arroz nacional destinado ao mercado interno; lembre-se que a produção de arroz é a actividade básica do país. Após a Guiné-Bissau ter sido já auto-suficiente na produção de arroz, desde a independência o país tem gasto grande parte dos seus recursos internacionais com a importação deste produto. Portanto, os Balantas do sul podem ser considerados um importante alvo das políticas de ajustamento estrutural adoptadas no país desde 1986. Em segundo lugar, os diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau são relativamente especializados em produção: os Balantas cultivam arroz, os Fulas produzem amendoim e cuidam do gado, os Manjacos dedicam-se aos derivados da palmeira, etc. Em termos de cultura, religião e organização social, os grupos étnicos são relativamente homogéneos. Por conseguinte, limitar a amostra a um único grupo étnico simplifica os aspectos práticos da pesquisa e, ao mesmo tempo, permite ampliar os resultados a um grupo maior da mesma origem étnica.

O principal objectivo do inquérito agrícola foi a recolha dos dados necessários à elaboração de um índice Laspeyre de preços para o período 1986-1989. O índice pode ser utilizado como um indicador da evolução interna dos termos de troca da população em questão. Os termos de troca, por sua vez, são um indicador das mudanças do nível de bem-estar dos agricultores, como já foi mencionado anteriormente. Os dados sobre a oferta de bens de consumo e de investimento complementam a nossa análise do desenvolvimento do nível de bem-estar. Outros indicadores do nível de vida da população estudada, tais como a diversificação das receitas e despesas, também serão analisados. A pequena cidade de Catió serviu de base durante o trabalho de campo. A selecção das tabancas que foram utilizadas para a amostra foi feita juntamente com pessoal do departamento de planificação do Ministério da Agricultura. O processo de selecção da amostra pode, entretanto, dar margem a alguns desvios. Em primeiro lugar, tendo sido Catió a base do estudo, possivelmente prevaleceram na amostra as tabancas próximas a esta cidade. Isto acentuaria o nível de actividades comerciais nas tabancas, uma vez que os agricultores mais afastados não têm acesso a tantas lojas e vendedores ambulantes (*djilas*) e possuem piores condições de transporte que os moradores próximos de Catió. O facto ainda de apenas terem sido entrevistados homens implica o risco de algumas actividades económicas

desenvolvidas pelas mulheres terem sido omitidas, pelo menos aquelas não levadas em conta pelos homens. O conceito de unidade económica adoptado no estudo é composto pelo homem e a sua família — família esta que entre os Balantas é composta em média por 6-7 pessoas.⁽²⁾ Visto que algumas actividades económicas são empreendidas por grupos alargados (*morança*⁽³⁾), onde se verificam certas modalidades de trabalho por empreitada no qual estas pessoas compartilham o espaço e a comida, por vezes este critério de unidade económica se torna pouco nítido. Isto deve ser considerado ao avaliar a qualidade dos dados.

O material exposto a seguir deve ser examinado à luz do limitado número de agricultores entrevistados, e da maneira como os dados foram recolhidos, i. e. que os agricultores tiveram que se recordar de factos passados entre um e quatro anos atrás. Assim, os nossos resultados indicam a direcção das mudanças no período estudado, mas nem sempre revelam com exactidão a sua magnitude.

4. A estrutura das receitas geradas

O Quadro 1 reproduzido mais abaixo mostra em que proporção a venda de um item contribuiu para a formação do rendimento familiar médio em 1986 e 1989. As receitas salariais foram excluídas da análise das fontes de rendimento. Como pode ser observado, o arroz contribui para a maior parte das receitas, praticamente 50% do total nos dois períodos. Apesar de ter-se verificado quase uma triplicação das receitas nominais ao longo dos quatro anos, o arroz manteve a sua posição de maior fonte de rendimento. As receitas provenientes dos produtos do caju, como a castanha e o vinho, passaram de seis para nove por cento dos rendimentos totais. Este aumento deve-se muito provavelmente à grande campanha de difusão da plantação de cajueiros conduzida pelo governo na primeira metade dos anos oitenta. A castanha de caju é um bom complemento da produção de arroz. Durante a maior parte do ano o seu cultivo exige poucos cuidados e a colheita não coincide com a estação do arroz. É provável que a produção de castanha de caju tenha desestimulado outras actividades características dos períodos que medeiam uma e outra estação do arroz, como por exemplo a confecção de cestos, que diminuam em quantidades vendidas (ver quadro 2). A venda de gado, porcos, e cabras representou 16 e 15 por cento dos rendimentos auferidos em 1986 e 1989, respectivamente.

Quadro 1 — Distribuição dos rendimentos gerados em 1986 e 1989

	1986 %	1989 %
Arroz («paddy»)	28	29
Arroz (sem casca)	20	18
Castanha de caju	4	6
Cabras	2	3
Bananas	2	4
Batata doce	2	3
Bovinos	10	8
Porcos	3	4
Sal	4	3
Cestos	8	5
Potes	4	4
Mandioca	3	4
Outros	8	6
Vinho de caju	2	3
TOTAL	100	100

O quadro 2 discrimina os preços médios recebidos e as quantidades vendidas por cada um dos itens incluídos no Quadro 1. Também apresenta o número de agricultores que venderam um item específico e a proporção deste número em relação ao total de entrevistados.⁽⁴⁾ Em 1986, 85% dos agricultores venderam arroz «paddy» (não pilado). Esta proporção subiu para 88% em 1989. Quanto à venda do arroz sem casca, em 1986 foi de 39% e em 1989, 58%. Isto confirma os dados contidos no Quadro 1, onde o arroz é o principal gerador de rendimentos. É interessante notar que o número de agricultores que venderam arroz sem casca aumentou em 50% entre os anos 1986 e 1989 (em contraste com a proporção inalterada de agricultores que venderam arroz com casca). Uma explicação plausível para isto seria o crescente número de debulhadoras de arroz distribuídas pelas áreas rurais.⁽⁵⁾ É possível ainda que a maior oferta de arroz sem casca no meio rural tenha contribuído para a queda relativa do preço deste arroz perante o «paddy». As bananas também foram objecto de campanhas governamentais que visavam o aumen-

to da produção frutícola. Verificou-se um considerável aumento das quantidades vendidas acompanhado por uma diminuição do preço unitário.

Quadro 2 — Preços, quantidades e número de agricultores com os respectivos produtos vendidos

Item	1986			1989		
	famílias %	Quant.	Preço (PG)	famílias %	Quant.	Preço (PG)
Arroz («paddy», kg)	85	563	195	88	853	382
Arroz (sem casca, kg)	39	154	452	58	291	701
Gado (unidade)	18	0.39	137,956	19	0.51	189,681
Castanha de caju (kg)	21	66	307	45	107	743
Vinho de caju (lt.)	30	41	161	45	76	425
Cestos (unidade)	21	24	1,261	27	23	3,416
Potes (unidade)	25	6	1,886	28	9	3,632
Mandioca (kg)	12	80	117	21	103	410
Bananas (cacho)	20*	3	1,714	19*	4	5,600
(unidade)		33	300		88	75
Porcos (unidade)	28	0.78	25,029	33	1.12	47,305
Sal	33	61	218	40	59	479
Cabras (unidade)	16	0.66	11,077	33	0.77	36,803
Batata doce (kg)	16	38	255	27	79	528

* Inclui vendas tanto por cacho como por unidade.

Independentemente da campanha governamental para a plantação de cajueiros, apenas houve modestos aumentos nas quantidades médias vendidas. Isto deve-se provavelmente ao período de maturação do pé do caju, que exige de cinco a dez anos para atingir o ponto máximo de produção. O aumento dos preços ao produtor da castanha de caju foi de 142%, apesar de uma queda dos preços no mercado mundial da ordem dos 12 por cento.⁽⁶⁾ Esta queda verificada entre os anos de 1986 e 1989 foi agravada a nível interno pelo peso de uma taxa de exportação que aumentou de nove para 38 por cento. Isto, por sua vez, foi contrabalançado pelas desvalorizações que tiveram lugar no período, o que levou a

um aumento do preço da castanha de caju em moeda nacional. Um outro factor que está por detrás do grande aumento dos preços ao produtor é provavelmente o preço bastante baixo pago aos agricultores nacionais em 1986 em comparação com os preços do mercado mundial.

Para estimar os aumentos dos preços dos produtos vendidos foi utilizado o índice Laspeyre. Através dele tem-se uma medida da evolução dos preços dentro da estrutura das receitas, entre o ano-base de 1986 e o de 1989; as quantidades do ano-base são tomadas como unidade de peso. A fórmula para o índice Laspeyre é:

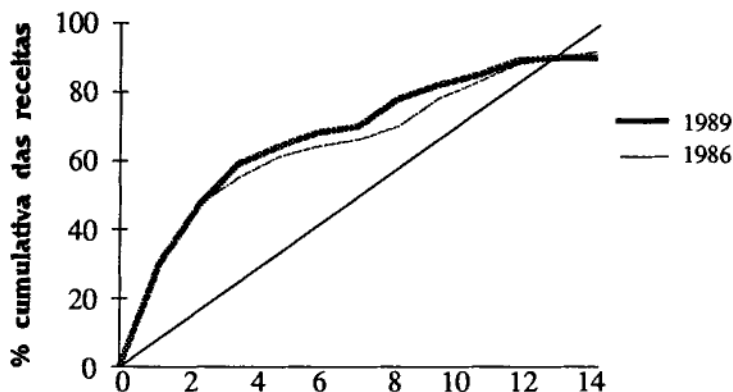
$$L = \frac{\sum P_i^{89} \times Q_i^{86}}{\sum P_i^{86} \times Q_i^{86}}$$

Onde P_i e P_i são os preços do item i nos dois anos respectivamente, e Q_i é a quantidade vendida em 1986, o ano-base. O valor do índice para os itens vendidos pelos agricultores em 1986 e 89 é de 1,94. Isto significa que um agricultor que recebeu 100 pesos em 1986 por 100 unidades de uma determinada mercadoria, receberia 194 pesos em 1989.

O rendimento médio dos agricultores, incluindo o valor de troca⁽⁷⁾, e excluindo o auto-consumo e os rendimentos salariais, aumentou quase três vezes entre 1986 e 1989. A participação das transacções não monetárias dentro do quadro dos rendimentos totais diminuiu de 14 para 11 por cento, apesar da crescente participação da castanha de caju, que é tradicionalmente trocada por arroz. Isto indica uma crescente monetarização das actividades dos agricultores. Por sua vez, isto pode representar um aumento de confiança na moeda nacional, ou ainda uma maior necessidade de moeda devido à crescente disponibilidade de bens no mercado rural.

A utilização de curvas de concentração e do índice de Herfindahl, uma medida de concentração, torna possível analisar as alterações ocorridas no padrão dos rendimentos gerados no período. Estas medidas demonstram o nível de dependência dos agricultores de um certo número de itens para a obtenção dos seus rendimentos. Uma diversificação das fontes de rendimento corresponderia a uma menor participação de cada item nas receitas totais. Os resultados ilustram a vulnerabilidade dos agricultores a factores externos tais como as condições climáticas ou alterações nos preços do mercado mundial, e também a factores internos tais como mudanças na procura. Uma maior diversificação da estrutura de formação dos rendimentos pode actuar no sentido de reduzir esta vulnerabilidade.

O Gráfico 1 mostra as curvas de concentração da estrutura dos rendimentos em 1986 e 1989. Neste gráfico, o eixo y representa a percentagem cumulativa dos rendimentos totais, e o eixo dos x indica os itens vendidos, de acordo com a sua participação relativa, começando a



partir da maior taxa. Como pode ser observado, os agricultores diversificaram as suas fontes de rendimento entre 1986 e 1989. Se a participação do produto de maior produção aumentou (ver os dados sobre o arroz «paddy» no Quadro 1), os demais itens tiveram um peso menos acentuado, devido à diversificação. O índice de concentração de Herfindahl resume a inclinação de cada segmento da curva de concentração separadamente, reflectindo assim tanto o número de itens da estrutura de formação do rendimento total, como a sua participação relativa no total dos rendimentos. O índice, então, é composto da seguinte maneira:

$$H = \sum_{i=1} (S_i)^2$$

onde S_i representa a participação do item i . Se cada item tivesse uma participação idêntica, o valor do índice seria igual a $1/n$, onde n é o número de itens. Quando apenas um dos itens for responsável pela geração de todo o rendimento, o valor do índice H será igual a 1. Os valores do índice H para 1986 e 1989 são 0,146 e 0,139, respectivamente. Isto indica que a estrutura dos rendimentos obtidos se diversificou entre 1986 e 1989. Se, a partir deste valor, se extrair o seu número equivalente,

a compreensão torna-se mais clara.⁽⁸⁾ O número equivalente é obtido invertendo o valor de H, i. e. $N/1/H$. Esse número equivalente permite ver então quantos itens, de mesmo peso percentual, seriam necessários para gerar o mesmo valor de H. No caso analisado, 6,8 itens foram necessários em 1986 para conseguir um índice de 0,146 para H, enquanto 7,2 itens tiveram que ser vendidos em 1989 para obter um valor de H de 0,139. Dessa maneira, tanto as curvas de concentração como os índices de Herfindahl indicam que houve uma diversificação na estrutura de receitas dos agricultores.

Embora pequenas, as alterações indicam uma base mais alargada para a geração de rendimentos.

5. A composição dos gastos com consumo

Existem várias razões pelas quais a composição do consumo deve ser estudada. Se se deflacionar as variações no preço nominal dos produtos que compõem a receita, utilizando para isso a variação nos preços dos bens de consumo, será possível avaliar as variações reais dos rendimentos. Para tanto, é preciso saber as quantidades e os preços dos produtos comprados pelos agricultores. As quantidades de bens de consumo adquiridos são também um indicador da oferta de bens de consumo no meio rural. Utilizando o índice de concentração apresentado acima, é possível medir a diversificação do consumo. Este índice talvez seja, mais do que uma análise da estrutura das receitas, uma medida do bem-estar, uma vez que ele reflecte a diversidade de bens de consumo disponíveis no meio rural. Uma avaliação das variações no nível de vida seria ainda mais abrangente se se considerar a percepção dos agricultores sobre a disponibilidade de bens de consumo no mercado rural.

O Quadro 3 contém a proporção que cada produto possui dentro do conjunto dos gastos com consumo realizados em 1986 e 1989 pelos agricultores entrevistados. Diferentemente do que se verificou na estrutura das receitas, ocorreram grandes alterações nas distribuições relativas entre os dois anos. Nos dois anos de referência, o item vestuário absorveu os maiores gastos com consumo. No entanto, houve uma larga diminuição da sua participação entre os anos 1986 e 1989. O arroz com casca, que em 1986 consumia 13% dos gastos, passou a consumir em 1989 apenas 5% (o que corresponde a uma diminuição de 112 kg para 48 kg na quantidade comprada pela unidade familiar). Isto é um indício do aumento da produção doméstica, o que representa, por conseguinte, uma

diminuição da procura de arroz proveniente de outros agricultores. No caso dos mosquiteiros, registou-se também uma grande diminuição no seu consumo, tanto em números absolutos como relativos. Por outro lado, o seu custo elevou-se substancialmente durante o período (134%) e, por outro, é preciso lembrar que se trata de um bem durável. Com excepção apenas do vinho de caju, todos os demais produtos registaram um aumento nas suas participações relativas. A maior participação do consumo de aguardente deve ser associada ao incremento da produção agrícola, uma vez que a aguardente representa grande parte do pagamento da mão-de-obra contratada. O aumento do consumo de óleo de palma sugere uma melhoria do padrão diário de alimentação, uma vez que é considerado um produto nutritivo, saudável e saboroso.

Quadro 3 — Distribuição dos gastos com consumo em 1986 e 1989

	1986 %	1989 %
Arroz («paddy»)	13	5
Vestuário	27	20
Mosquiteiros	9	5
Sabão	5	5
Aguardente	12	16
Calçado	5	7
Açúcar	6	11
Mel	3	3
Vinho de caju	3	1
Medicamentos	4	3
Tabaco	4	7
Óleo de Palma	2	7
Outros	7	10
TOTAL	100	100

O Quadro 4 contém os preços e quantidades dos produtos e o número de famílias consumidoras de cada item apresentado no Quadro 3. Embora o valor das roupas importadas registasse a nível interno um aumento de apenas 40% entre 1986 e 1989, o aumento na média familiar de consumo

foi de 106 por cento. Isto possivelmente indica que um crescente número de bens de consumo importados estão a chegar até às áreas rurais. Muitos dos itens consumidos pelos agricultores registaram uma tímida variação de preços ao longo do período (por exemplo, o açúcar, o tabaco e a aguardente). As excepções foram o óleo de palma e o calçado, que apresentaram aumentos relativamente grandes.

Quadro 4 — Preços, quantidades e número de unidades consumidoras

Item	1986			1989		
	Famílias (%)	Quant.	Preço	Famílias (%)	Quant.	Preço
Roupas (total)	64	1*	68,960*	73	1*	141,928*
Aguardente (l)	66	15	2,226	79	30	3,915
Açúcar (kg)	39	11	1,512	64	27	2,910
Tabaco	72			81		
cabeça**		1	5,667		8	10,313
folha		7	357		46	474
Calçados (par)	63	4	3,007	81	7	6,218
Óleo de palma (l)	19	3	949	30	15	1,959
Arroz («paddy», kg)	22	112	291	27	48	570
Sabão (unidade)	72	6	2,224	85	12	3,821
Mosquiteiro (unidade)	58	2	8,910	51	2	20,838
Batata doce (kg)	3	1	498	7	2	1,596
Medicamentos (total)	31	1*	8,974*	45	1*	20,685*
Mel (l)	28	11	994	51	15	1,572
Vinho de caju (l)	15	8.3	717	24	11	380

Nota:

* — Nos itens vestuário e medicamentos a maioria dos agricultores discriminou apenas o total gasto com estes itens. Deste modo, o índice de preços para bens de consumo é calculado de duas maneiras diferentes. A primeira delas inclui os itens vestuário e medicamentos, o que implica, portanto, que as variações na quantidade destes itens estão incluídas no índice de preços. A segunda maneira exclui estes itens, o que significa dizer que as variações de preço destes itens não afectam o índice.

** — *cabeça* é uma unidade local composta por várias folhas.

Neste caso, o índice de preços de Laspeyre para uma estrutura de consumo ponderada é de 1,98 se se incluir as variações do vestuário e medicamentos, e 1,82 se estes itens forem excluídos.⁽⁹⁾

A diversificação dos gastos com consumo reflecte as mudanças que se verificam no nível de vida dos agricultores, pois uma maior diversificação implica a satisfação de um maior número de necessidades dos agricultores. O Gráfico 2 mostra as curvas de concentração para a estrutura do consumo de 1986 e 1989. Como pode ser observado, a diversificação das despesas de consumo dos agricultores aumentou ao longo do período. Uma explicação plausível para isso é o número crescente de bens de consumo no mercado rural. Os valores do índice de Herfindahl para a estrutura de consumo são 0,125 para 1986 e 0,097 para 1989. O número equivalente para 1986 é 8 itens, em comparação com 10,3 itens em 1989. Há uma clara indicação de que os agricultores diversificaram o seu consumo ao longo do período. Como já foi dito anteriormente, este facto seria uma consequência do aumento da oferta de bens de consumo no mercado rural.

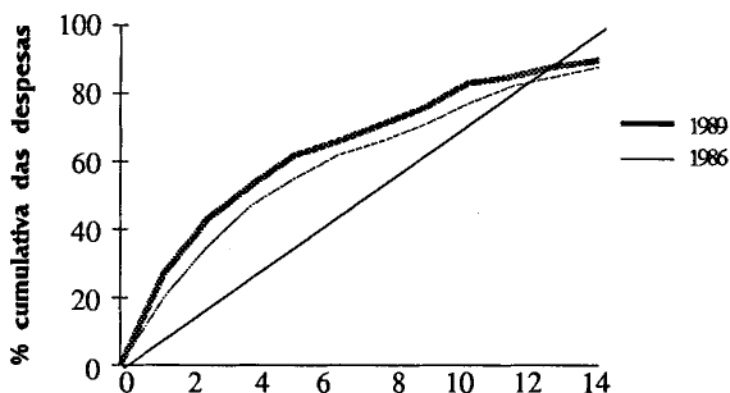


Gráfico 2 — Curva de concentração da estrutura de consumo em 1986 e 1989

Com o objectivo de ter uma ideia a respeito da escassez de bens de consumo ao longo do período, perguntámos aos agricultores se desejariam ter comprado uma quantidade maior de algum item em particular, entre 1986 e 1989. Em caso de uma resposta afirmativa, a questão seguinte seria porque então o agricultor não comprou mais; haveriam

então duas alternativas: «falta de dinheiro» ou «falta do produto no mercado». Por outro lado, a resposta «não houve necessidade» indica que não se verificaram pontos de estrangulamento no mercado, do tipo onde o agricultor sente-se desestimulado frente ao preço do produto («falta de dinheiro») ou do tipo onde o agricultor se vê bloqueado pela escassez («falta do produto no mercado»). Os resultados estão contidos no Quadro 5.

Quadro 5 — Percepção da disponibilidade de bens de consumo nos mercados rurais

Produto	1986			1989		
	% do total			% do total		
	1	2	3	1	2	3
Vestuário	18	27	55	67	22	11
Aguardente	23	60	18	42	33	26
Açúcar	20	52	28	20	56	24
Tabaco						
cabeça	26	46	28	28	47	26
folha	18	57	25	14	63	23
Óleo de palma	33	40	27	25	63	13
Arroz («paddy»)	18	39	43	29	31	40
Sabão	64	17	19	71	22	7
Mosquiteiros	47	38	16	45	40	15
Batatas	17	54	28	39	28	33
Medicamentos	26	50	24	43	38	19
Mel	47	26	28	24	54	22

Nota:

1 = Não houve necessidade.

2 = Falta de dinheiro.

3 = Falta do produto no mercado.

A primeira impressão geral que surge é a de que os agricultores estavam mais satisfeitos com as compras que efectuaram em 1989 do que em 1986. Daqueles que gostariam de ter comprado mais, e não o fizeram devido ao preço, a maior parte está no ano de 1989. Os resultados

demonstram ainda que houve um maior desejo de compra não satisfeito em 1989, ano em que os consumidores mais se sentiram constrangidos pelo preço. Estes resultados estão de acordo com o aumento das compras de bens de consumo, como demonstrado no Quadro 2, e com o aumento do índice de Lespeyre para preços dos bens de consumo. Analisando os produtos individuais, pode-se observar que existiram três itens mais desejados pelos agricultores em 1989, do que em alguns anos antes, 1986: mosquiteiros, tabaco (em folha) e mel. Nestes três casos, os agricultores consideraram o preço muito alto.

6. A composição dos gastos com investimento

As despesas familiares em bens de investimento são tratadas separadamente das despesas com bens de consumo por várias razões. Em primeiro lugar, os bens de investimento eram subsidiados pelo governos antes da implantação do Programa de Ajustamento Estrutural. Dessa forma, quando os preços foram liberalizados, os preços dos bens de investimento foram reajustados de maneira diferente que os preços dos bens de consumo. Em segundo lugar, a importância dos bens de investimento para a produção motiva um tratamento específico. Por exemplo, os dados sobre o número de ferramentas compradas indicam não apenas que os agricultores estão propensos a consumir mais ou que existe uma maior oferta de produtos para consumir, mas também um maior estímulo para aumentar a produção. Nesse sentido, os preços dos bens de investimento representam ao mesmo tempo custos de produção.

O Quadro 6 especifica a distribuição das despesas em bens de investimento em 1986 e 1989. Mais de metade das despesas totais em bens de investimento foram destinados ao «*feru di radi*», a peça de metal que reveste a ponta do arado usado pelos Balantas. Apesar de as despesas totais com bens de investimento terem aumentado em 110%, as quantias relativas destinadas a cada ferramenta específica permaneceram, de um modo geral, inalteradas entre os dois anos de referência. Considerando que as ferramentas tenham sido utilizadas num mesmo tipo de cultivo em ambos os anos, estes resultados estão de acordo com o padrão das receitas geradas, no qual a participação relativa dos diferentes produtos na receita total permanece, em geral, inalterada.

O Quadro 7 apresenta a percentagem de famílias que comprou um determinado item, as quantidades médias compradas e os preços médios pagos. O aumento do montante médio gasto com o «*feru di radi*»

corresponde à maior comercialização do arroz, se atribuirmos esta, por sua vez, a uma maior produção. O grande aumento das compras de baldes plásticos pode provavelmente ser explicado pela crescente produção de castanha de caju; as castanhas são recolhidas nestes baldes que, mais tarde, serão utilizados para a fermentação do vinho. O número de famílias que compraram baldes plásticos também aumentou. Isto representa provavelmente uma consequência da disseminação dos cajueiros mencionada anteriormente. Os aumentos de preços dos implementos agrícolas foram geralmente maiores que os dos bens de consumo do Quadro 1. O índice de preços de Laspeyre para os bens de investimento demonstra esta tendência de modo geral; o índice para os bens de investimento é 2,14, em comparação com os índices 1,98 e 1,82 dos bens de consumo. A única excepção para estes aumentos de preço relativamente elevados são os preços do «feru di radi» e dos baldes de plástico. Um factor que contribuiu para os grandes aumentos, além do corte dos subsídios governamentais, pode ter sido o pequeno nível de comercialização dos bens de investimento. Isto poderia desestimular os comerciantes a negociarem estes produtos, uma vez que é mais lucrativo negociar bens de consumo.

Quadro 6 — Distribuição dos gastos com investimento em 1986 e 1989

	1986 %	1989 %
Arados balantas	12	10
Enxadas	5	4
Machados	6	6
Facas	4	5
Foices	3	3
Baldes de metal	3	4
Baldes de plástico	3	3
<i>Feru di radi*</i>	55	56
Sacos	3	1
Outros	6	8
TOTAL	100	100

* — Peça de metal que reveste a ponta do arado balanta.

Um projecto lançado pelo IFAD e pelo GAPLA, o Programa de Incentivos Rurais, que tem como objectivo aumentar os incentivos nos mercados rurais, encontrou dificuldades em estimular os comerciantes grossistas a importar e distribuir bens de investimento pelo interior do país.⁽¹⁰⁾

Quadro 7 — Preços e quantidades dos bens de investimento

Item	1986			1989		
	Famílias %	Quant.	Preço (PG)	Famílias %	Quant.	Preço (PG)
<i>Feru di radi</i>	64	3.2	5350	67	3.8	11286
Arados balantas	69	2.0	1980	66	2.0	4641
Enxadas	40	1.0	1876	34	0.8	3755
Foices	46	1.9	737	55	1.5	1621
Machados	31	0.8	1665	39	1.1	3907
Facas	27	0.9	1661	39	1.0	3774
Baldes de metal	19	0.4	2003	25	0.6	5667
Baldes de plástico	10	0.2	4333	24	0.4	6422
Sacos	19	0.5	2296	15	0.3	1603

A participação relativa de cada item específico no total de gastos com investimento permaneceu aproximadamente a mesma. Isto é ilustrado pelo índice de Herfindahl, que para 1986 é 0,324 e 0,334 para 1989, o que significa um pequeno, quase desprezível, crescimento da concentração. Como no caso dos bens de consumo, os entrevistados foram interrogados sobre os eventuais constrangimentos de mercado que enfrentaram para terem acesso aos bens de investimento. Além do impacto sobre os termos reais de troca, a disponibilidade de bens de investimento oferece indicações sobre as condições de produção. A partir do Quadro 8, pode-se concluir que existe um crescente descontentamento face à disponibilidade de «*feru di radi*» no mercado. A diminuição de agricultores desestimulados pelo preço corresponde ao aumento de preços relativamente menor deste produto.

Quadro 8 — Percepção da disponibilidade de bens de investimento no mercado rural

	1986			1989		
	% do total			% do total		
Item	1	2	3	1	2	3
<i>Feru di radi</i>	53	21	26	47	21	32
Arados balantas	20	35	46	11	43	46
Enxadas	13	26	62	11	28	62
Foices	33	20	47	39	15	46
Machados	21	19	60	26	23	51
Facas	36	21	43	32	28	40
Baldes de metal	11	19	70	9	24	67
Baldes plásticos	21	26	53	22	22	57
Sacos	38	21	42	40	21	40

Nota:

1 = Não houve necessidade.

2 = Falta de dinheiro.

3 = Falta de produtos no mercado.

7. O índice de preço composto e a oferta nos mercados rurais. Conclusões.

A intenção deste texto tem sido avaliar as mudanças no nível de bem-estar dos pequenos proprietários na Guiné-Bissau entre 1986 e 1989. A evolução dos termos de troca internos e as alterações na oferta de bens de consumo e de investimento nos mercados rurais são utilizados como medida da evolução do nível de bem-estar. Os termos de troca internos podem ser estimados por um índice de preço composto pelos preços dos bens vendidos e pelos índices de preço dos bens de consumo e de investimento. O índice de preços da receita é 1,94, enquanto o índice de preços dos produtos incluídos na estrutura de consumo é 1,82 se se excluir a variação dos preços e quantidades do vestuário e medicamentos, e 1,98 se estes forem incluídos. O índice de preço de despesas com investimentos é 2,14. Ponderando os dois grupos de despesas de acordo

com as suas proporções relativas nas despesas totais, o índice de preços das despesas totais vem a ser 1,85 (sem vestuário e medicamentos) e 1,99 (com vestuário e medicamentos).⁽¹¹⁾ Os termos de troca internos podem ser calculados deflacionando a variação das receitas com a variação do preço composto das despesas, usando para isto o índice Laspeyre:

$$\left\{ Li = \frac{\sum P_{89} x Q_{86}}{\sum P_{86} x Q_{86}} \right\}$$

$$\left\{ Le = \frac{\sum P_{89} x Q_{86}}{\sum P_{86} x Q_{86}} \right\}$$

onde Li é o índice de preço mais significativo para a geração de receitas e Le é o total das despesas. O resultado do cálculo é 0,97 quando vestuário e medicamentos são incluídos e 1,05 quando estes são excluídos. Visto que nos dois casos o índice é muito próximo a 1, os nossos resultados indicam que, durante o período, não houve nem melhoramento nem deterioração dos termos de troca internos para o agricultor. Esta conclusão, devido às limitações da investigação empírica, é apenas indicativa, mas sugere que as mudanças nos preços relativos tiveram um efeito neutro sobre o nível de bem-estar dos pequenos proprietários ao longo do período em questão. O efeito do aumento dos preços de bens de investimento, por causa da supressão dos subsídios aos preços no início do período, tem sido tema de muitos debates. Os dados apresentados neste texto reflectem a eliminação dos subsídios. Mudanças nos preços relativos dos bens de consumo e de investimento estimularam os agricultores a comprarem mais bens de consumo que bens de investimento. Este aumento relativo no custo de produção pode ter desencorajado os agricultores a aumentarem a produção. Todavia, a longo prazo, é provável que a remoção dos subsídios venha a criar um ambiente económico mais sólido.

Como foi exposto na introdução, as alterações na oferta de bens de consumo nos mercados rurais também devem ser levadas em conta ao analisar os reflexos sobre o nível de bem-estar e sobre os incentivos causados pela variação dos preços relativos. Os resultados do estudo podem dar algumas informações sobre isto. Em primeiro lugar, as quantidades de facto adquiridas, apontadas nos Quadros 2 e 4, indicam

que houve um aumento na oferta de bens de consumo nos mercados rurais. As famílias compraram, em média, 175 por cento mais de cada item em 1989 do que em 1986. O número médio de famílias que comprou um determinado bem de consumo aumentou em média 34 por cento. Quanto soa bens de investimento, estes índices correspondem a 14 e 23 por cento. Além disso, ao interrogar os agricultores sobre os constrangimentos de mercado encontrados, foram obtidas maiores informações sobre a questão. Durante o período estudado, o número de agricultores que afirmaram terem sido afectados pela escassez de bens de consumo no mercado diminuiu de 28 para 22 por cento. Quanto à escassez de bens de investimento, o número permaneceu igual, à volta dos 50 por cento. No caso dos bens de consumo, houve um aumento tanto do número de entrevistados satisfeitos, como de agricultores afectados pelo preço. Do ponto de vista do crescimento das receitas, isto indica uma expansão na oferta dos mercados rurais devido ao aumento dos preços. O número de agricultores descontentes com a quantidade de bens de investimento de facto adquiridos cresceu durante o período. Considerando o aumento na quantidade real comprada, isto indica um crescimento da procura e uma possível vontade de incrementar a produção agrícola. Também o número de agricultores que se queixaram de dificuldades derivadas da elevação dos preços aumentou, no que se refere aos bens de investimento. Uma vez que os efeitos dos termos de troca sobre o nível de bem-estar foram neutros, os impactos das mudanças na oferta de bens de consumo e de investimento podem ser analisados separadamente. Todos os indicadores sugerem que a oferta de bens de consumo e de investimento expandiu. Isto implica uma melhoria no nível de vida, uma vez que os agricultores podem aumentar a quantidade e qualidade dos seus equipamentos produzindo e comercializando mais. Também os incentivos para a produção e comercialização melhoraram, uma vez que estes rendimentos adicionais advindos do aumento da produção cresceram em termos reais.

Finalmente, a diversificação de gastos, medida pelo índice de Herfindahl e pelo número equivalente, reflecte a maior variedade de produtos disponíveis nos mercados rurais. A diversificação do consumo familiar aumentou ao longo do período, como revela o índice de Herfindahl. Isto denota uma maior multiplicidade de itens disponíveis nos mercados rurais, o que implica um efeito positivo tanto sobre os incentivos como sobre o nível de vida. No que diz respeito aos bens de investimento, os valores do índice mantiveram-se relativamente constantes no período, reflectindo provavelmente uma combinação sem mudanças na produção.

A conclusão é que o nível de bem-estar do grupo em questão, durante o período de 1986 e 1989, aumentou, mas isto não se deve a uma evolução favorável dos termos de troca internos, mas a uma expansão da oferta de bens de consumo nos mercados rurais. Vistos numa perspectiva mais abrangente, os efeitos deste crescimento da oferta são desapontadores. Quando os bens de consumo nos mercados rurais atingem um equilíbrio nos preços, a expansão da oferta não traz muitos incentivos nem efeitos positivos para o bem-estar. A partir daí, o aumento de incentivos e bem-estar tem que ser baseado em reformas institucionais. Estas poderão incluir, por exemplo, melhorias nas infraestruturas físicas que possibilitem uma diminuição nos custos de transporte e um melhor acesso aos mercados. Isto estimularia a concorrência entre os comerciantes e provavelmente levaria a uma diminuição nos preços dos bens de investimento e de consumo e a um aumento dos preços ao produtor. Reformas que visem aumentar a rentabilidade na produção, como expandir e melhorar o sistema de crédito, teriam um efeito semelhante.

(Traduzido do inglês por Vera Hellhammer)

NOTAS

- (1) Banco Mundial
- (2) Funk (1986)
- (3) Um conjunto de casas próximas onde os homens chefes geralmente são parentes.
- (4) As médias foram calculadas a partir dos números das medidas utilizadas para a pesagem (em comparação com a possibilidade de usar unidades como por exemplo quilos vendidos ou comprados)
- (5) Zach *et al.* (1989)
- (6) Banco Mundial (1987)
- (7) O valor de troca no mercado é calculado utilizando o preço que o agricultor teria pago ou recebido se tivesse comprado ou vendido o produto por dinheiro.
- (8) Adelman (1969).
- (9) Ver nota do Quadro 4.
- (10) GAPLA/IFAD (1989, 1990).
- (11) O peso das despesas com consumo é 0.88, e o peso das despesas com investimento é igual a 0.12.

REFERÊNCIAS

- Adelman, M. A., «Comment on the «H» Concentration Measure as a Numbers-Equivalent». *The Review of Economics and Statistics*, vol. LI, n.º 1, 1969, pp. 99-101.
- Alvesson, M., *Assessing the Welfare Impact of Structural Adjustment. The case of Smallholders in Guinea-Bissau*. Departamento de Economia da Universidade de Gothemburg, 1990 (policop.).
- Cameiro, D. D. e M. de P. Abreu, *Guinea-Bissau. Economic difficulties and prospects for structural adjustment*. ASDI, Estocolmo, 1989.
- Cornia, G. A., R. Jolly e F. Stewart (eds.), *Adjustment With a Human Face*, vol. 1. Clarendon Press, Oxford, 1987.
- Funk, U., «Land Tenure, Agriculture and Gender in Guinea-Bissau», in J. Davidson (ed.), *Agriculture Land and Women: The African Experience*, 1987.
- Galli, R. e J. Jones, *Guinea-Bissau. Politics, Economics and Society*. Pinters Publishers, Londres, 1987.
- GAPLA/IFAD, *Programa de Incentivos Rurais; Relatório Janeiro-Maio*. GAPLA, Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura, Bissau, 1989.
- GAPLA/IFAD, *Programa de Incentivos Rurais; Relatório de Progresso (1/7 a 30/9 1989)*. GAPLA, Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura, Bissau, 1989.
- GAPLA/IFAD, *Programa de Incentivos Rurais; Inquérito a comerciantes das zonas rurais*. GAPLA, Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura, Bissau, 1990.
- Hay, D. A. e D. J. Morris, *Industrial Economics — Theory and Evidence*. University Press, Oxford, 1979.
- IFAD/ODI, *Structural Adjustment, Smallholders and Rural Poverty; scope concepts and methods*, 1988 (esboço; policop.).
- IDA, *Guinea-Bissau: Structural Adjustment Programme*, 1989.
- Zach, J. D., C. Hugo e C. R. Ribeiro, *Rice Production and Marketing in Guinea-Bissau. A Contribution for a Policy Dialog*. USAID, Bissau, 1989.

A ALTERNATIVA AFRICANA

O texto cuja tradução publicamos a seguir resume grande parte das reflexões feitas até aqui em África na procura de alternativas aos programas de ajustamento estrutural aplicados por todo o continente.

O documento, elaborado pela Comissão Económica para África das Nações Unidas, pretende estabelecer um quadro em que os imperativos de rigor económico não sejam incompatíveis com as exigências sociais.

No quadro do debate que decorre entre economistas africanos, este texto não esgota o assunto, que sem dúvida exigirá ainda um lapso de tempo antes de produzir orientações mais concretas e adaptáveis a cada situação conjuntural.

Mas é desde já uma das melhores referências e um dos melhores suportes na matéria.

Políticas e instrumentos*

1. Introdução

93. Tendo delineado no capítulo 4 a macro-estrutura para a alternativa ajustamento com transformação, este capítulo pretende tornar esta estrutura operacional, recomendando as orientações, instrumentos e me-

* Extracto do documento intitulado *African Alternative Framework to Structural Adjustment Programmes for Socio-Economic Recovery and Transformation (AAF-SAP)*, elaborado pela Comissão Económica para África das Nações Unidas.

didadas políticas que os países africanos deveriam adaptar às suas próprias circunstâncias específicas e únicas. Como se poderá constatar aqui, *A Alternativa Africana incorpora uma série de políticas* que fazem parte de muitos dos programas de ajustamento estrutural existentes e sobre as quais parece ter-se gerado, no entanto, um largo consenso. As mais importantes são:

- a) o melhoramento da gestão financeira e da eficiência das empresas públicas e um severo controle financeiro;
- b) o melhoramento dos incentivos agrícolas;
- c) a diversificação das exportações, principalmente dos produtos agrícolas processados;
- d) o melhoramento da gestão da dívida externa.

Do mesmo modo, incorpora um certo número de áreas sobre as quais ainda não se atingiu um consenso. Estas incluem, entre outras, a questão da complementaridade nas taxas de câmbio e nas políticas comerciais, a falácia do estímulo concorrencial do mesmo género de culturas tradicionais de exportação nos países africanos, e o peso dos recursos não autónomos no suporte ao ajustamento em todos os países africanos. A estrutura proposta, dada a sua abordagem holística, trata naturalmente todos estes assuntos mais de uma maneira coerente e integrada do que apenas em separado ou como aditamentos paliativos aos programas de ajustamento existentes.

94. Ao operacionalizar a Estrutura Alternativa Africana aos Programas de Ajustamento Estrutural para a Recuperação e Transformação Sócio-Económica (EAA-PAE), é primordial salientar que todos os países — desenvolvidos ou em desenvolvimento — acham necessário ajustarem-se de tempos a tempos às circunstâncias e aos parâmetros económicos em mudança. Isto, por sua vez, depende das margens de acção e das opções que se oferecem aos diferentes países em termos dos prazos do ajustamento, as suas características estruturais e os objectivos de desenvolvimento a longo termo. É à luz destes elementos que é determinado o *modus operandi* do processo de ajustamento.

Da análise feita nos capítulos precedentes fica claro que de facto os sintomas e os sérios indícios destes problemas, como por exemplo o desequilíbrio da balança de pagamentos, o desequilíbrio fiscal, as

pressões inflacionárias e a acentuada escassez de mercadorias, não devem ser descurados ou escamoteados. Pelo contrário, a África deve ajustar-se. Mas, ao ajustar-se, é imperativo que seja a transformação das estruturas, que serve fundamentalmente para agravar a situação sócio-económica africana, a constituir o foco das atenções.

Assim sendo, o ajustamento e a transformação devem ser concebidos e implementados como processos inextricavelmente ligados e entrelaçados, de tal maneira que se registre progresso simultaneamente em ambas as frentes.

2. As grandes orientações políticas da EAA-PAE

95. Dados os estrangulamentos estruturais das economias africanas, o ajustamento deve ser visto como parte de um processo contínuo de transformação mais do que como um exercício descontínuo em si próprio. Consequentemente, a persistente mentalidade de realizar abordagens *ad-hoc* da gestão da crise deve dar lugar à total integração dos programas de ajustamento com as necessárias transformações a longo termo, uma vez que as políticas e medidas de ajustamento não são susceptíveis de produzir quaisquer benefícios completos e duradouros fora do contexto da transformação. É neste quadro que devem ser aplicadas as grandes orientações políticas a seguir delineadas.

96. Toma-se evidente que as orientações políticas devem estar estreitamente relacionadas com a análise da política económica africana (cap. 1) e com os objectivos do desenvolvimento (cap. 2). Isto porque, conceptual e operacionalmente, as orientações políticas fornecem as grandes linhas orientadoras para ultrapassar os estrangulamentos estruturais das economias africanas e para a subsequente consecução dos objectivos de desenvolvimento da região. As orientações políticas devem servir igualmente como delimitações gerais para a caracterização, no contexto da estrutura macro-económica proposta, das particularidades dos modelos para cada país africano, e para a subsequente escolha de instrumentos e medidas políticas específicos a um dado país.

97. Dentro do contexto do reforço e diversificação da capacidade produtiva africana e da produtividade do investimento, que está no centro do factor produto (módulo 1), as grandes orientações políticas são as seguintes:

a) Aumento da produção e uso eficiente dos recursos

Isto diz respeito essencialmente à restrição sistemática da capacidade produtiva com o mero propósito de atingir equilíbrios financeiros. Por outras palavras, uma vez que os recursos envolvidos podem ser repartidos e utilizados eficiente e produtivamente, deve-se evitar a lógica de ter que equilibrar sempre o orçamento à custa do crescimento e da produção. O uso eficiente e produtivo dos recursos implicaria, por si, uma mudança de política que traria alterações significativas à curva de produção e crescentes lucros ao investimento.

b) Maior e mais eficiente mobilização dos recursos internos

Deve-se reconhecer que, presentemente, há demasiadas saídas financeiras — fiscal, monetária, pagamentos externos, fuga de capitais, etc. — a que é necessário pôr fim, de modo a aumentar a mobilização de recursos para o investimento e a expansão do orçamento. Isto é fundamental em vista das incertezas que pairam sobre o montante dos fluxos de recursos externos para a África, e os cada vez mais rígidos condicionalismos ligados a tais influxos. Dado o panorama económico internacional existente, há poucas esperanças de haverem disponíveis fluxos de recursos adequados para todos os países africanos numa base sustentável para o ajustamento e a transformação. Mesmo que se consiga atrair tais recursos, é quase certo que os termos e as condições para a sua obtenção representariam apenas um auxílio temporário para os países africanos e serviriam para agravar e aprofundar os seus problemas e deficiências estruturais.

c) Melhoramento da capacidade de recursos humanos

Um aspecto importante desta política é que as reduções dos défices orçamentais não deve ser obtida à custa das despesas no sector social, isto é, educação, saúde e outras infraestruturas sociais, incluindo a manutenção da lei e da ordem, que são pré-requisitos de um ambiente favorável. O reconhecimento da exiguidade do capital humano como um factor limitativo sobre a atmosfera necessária à transformação em África e da relativa incúria deste sector durante a década de 1980 torna imperioso que se façam esforços para assegurar que uma média anual de pelo menos 30% do total das despesas governamentais seja aplicada no sector social e que, em qualquer caso, a taxa anual de crescimento do investimento

social seja significativamente maior do que a taxa de crescimento populacional.

d) Reforço da base científica e tecnológica

As perspectivas a médio e longo prazo da transformação estrutural requerem uma base científica e tecnológica adequada, essencial para a transformação das matérias-primas nacionais sob a forma de produtos agrícolas ou de recursos minerais, florestais e aquáticos, em bens de consumo e serviços tanto para os mercados nacionais como para os de exportação. A estratégia para atingir estes objectivos e as principais questões que ela implica são:

- 1 — a existência, nos planos sócio-económicos sobre políticas científicas e tecnológicas, de um capítulo que reflita o papel, o desenvolvimento e a aplicação da ciência e da tecnologia essenciais para satisfazer as necessidades sócio-económicas do povo;
- 2 — o aumento da capacidade endógena de lidar com o desenvolvimento e a aplicação da ciência e da tecnologia através do reforço das infraestruturas científicas e tecnológicas, criando um sistema educacional centrado na tecnologia, melhorando a qualidade dos estágios, ligando a produção aos esforços de pesquisa nacionais e tendo pessoal e mecanismos apropriados para a comercialização dos resultados da pesquisa levada a cabo nas universidades e institutos de pesquisa;
- 3 — encontrar alternativas à exportação de matérias-primas através do desenvolvimento de novos produtos e processos e assegurar a competitividade dos produtos africanos tendo em vista o advento de novas ciências e tecnologias com impacto directo sobre os produtos e matérias-primas africanas e os produtos bio-processados que estão a suplantiar os produtos básicos de África no mercado mundial e a afectar negativamente a sua base concorrencial;
- 4 — o desenvolvimento da capacidade endógena de uma política regional e sub-regional harmoniosa que permita a implementação de projectos multinacionais conjuntos e a optimização dos escassos recursos disponíveis.

e) Diversificação vertical e horizontal

A primeira dimensão crucial da diversificação é a de produzir bens e serviços essenciais que satisfaçam as necessidades da maioria da população em todos os sectores. A segunda dimensão da diversificação relaciona-se com a necessidade de diminuir a dependência da exportação de monoculturas e a instabilidade a ela associada em termos de receitas. Isto exigiria uma reorientação das exportações, a qual implicaria o alargamento do estreito círculo de mercados de exportação actualmente existente, o aumento progressivo da quota de bens processados e produtos manufacturados, e a recentragem nos mercados africanos.

98. Deve ser sublinhado que o padrão e o nível do factor distribuição dos rendimentos (módulo 2) é muito importante no processo de ajustamento com transformação uma vez que influencia grandemente a dinâmica e os padrões de produção e a real dimensão dos mercados nacionais, bem como o alívio da pauperização das massas. A este respeito as políticas que se seguem são básicas:

a) instauração de um equilíbrio programático entre os sectores público e privado

Ao determinar este equilíbrio, os critérios principais deverão ser a disponibilidade de capacidade empresarial local e a optimização das taxas de retorno sociais e económicas do investimento. Deve-se notar, contudo, que existem áreas tais como a construção de infraestruturas físicas, humanas e institucionais, a protecção e conservação do ambiente e o fornecimento de serviços essenciais, nas quais o sector público tem um papel a desempenhar, sobretudo tendo em conta o actual nível de desenvolvimento nos países africanos. Mas onde a influência do Estado for excessiva, particularmente em serviços não sociais e sectores não estratégicos, deve ser prevista uma privatização selectiva.

b) Criar um ambiente propício a um desenvolvimento sustentado

Esta política directiva integra uma série de factores importantes entre os quais se contam a participação alargada nas tomadas de decisão, na procura de consenso, na manutenção da equidade e da justiça, eliminação da guerra civil e da instabilidade, facilidade de acesso a oportunidades para todos, e criação de um clima de investimento favorável. De

acordo com as orientações do parágrafo 97(a), a atmosfera propícia deve incorporar o estímulo empresarial e a efectiva contribuição do sector privado e das iniciativas de base para o processo de desenvolvimento através de políticas consistentes e incentivos apropriados.

c) *Redistribuição dos recursos*

Esta política deverá ter por objectivo a minimização dos gastos não produtivos e das despesas militares excessivas. Em África, onde as necessidades são enormes, as prioridades sociais têm sido relegadas cada vez mais para um segundo plano em relação às despesas militares. A importância das disparidades orçamentais entre o bem-estar público e a defesa é ilustrada por estimativas que mostram que, na década de 1980, a África em desenvolvimento despendeu menos recursos públicos na educação do que nas forças armadas, contrariamente à América Latina, onde as despesas com a educação são o dobro das da defesa. O desequilíbrio sócio-militar é ainda mais flagrante pelo facto de as despesas públicas anuais em África com a saúde corresponderem, em média, a menos de um terço dos gastos militares. Não é difícil imaginar o que significaria para o bem-estar social em África, com o seus múltiplos efeitos positivos, se se pudesse poupar nas despesas militares e não produtivas. Percebe-se no entanto que para os países africanos confrontados com a persistente agressão e desestabilização externas, esta política possa ser difícil de seguir até à remoção das forças externas desestabilizadoras.

d) *Melhoramento do padrão de distribuição de rendimentos entre as diferentes categorias sócio-económicas de famílias*

Este constitui um importante elemento de ajustamento com transformação porque tem impacto directo na dimensão dos produtos nacionais e na diminuição da pobreza das massas. Deve-se reiterar que o seguimento desta política comporta igualmente assegurar que, na geração de produção, os pobres e os desfavorecidos tenham maior acesso aos meios de produção, especialmente à terra.

99. O padrão de despesas dos rendimentos para a satisfação das necessidades requeridas (módulo 3) é uma componente essencial no processo de ajustamento com transformação. Por isso, as orientações que se seguem são essenciais:

a) Auto-suficiência alimentar

A este respeito, deve-se pôr ênfase na consecução de um equilíbrio adequado entre o subsector alimentar e a produção agrícola para exportação. Para isso haverá necessariamente que inverter a tendência actual para a adopção de políticas que tendem, principalmente em termos de incentivos aos preços, a desfavorecer o sector alimentar e a favorecer a produção de bens de exportação.

b) Diminuição da dependência das importações

Para assegurar uma satisfação durável e sustentável das principais necessidades da população, é necessário acabar com a presente situação na qual a maior parte das necessidades essenciais, de insumos intermédios e de géneros de primeira necessidade nos países africanos são geralmente satisfeitas com importações.

c) Readequação dos padrões de consumo aos padrões de produção

Isto exigirá uma mudança nos hábitos de consumo de modo a que as pessoas comecem a consumir mais daquilo que é produzido internamente, principalmente nas áreas da alimentação, vestuário, habitação e outras necessidades essenciais. É importante também que as oportunidades em termos de câmbio e de comércio dos artigos alimentares básicos e outros produtos essenciais sejam alargadas quer a nível nacional quer a nível sub-regional, tendo em vista o aumento da auto-confiança colectiva nacional e sub-regional.

d) Gestão da dívida e do serviço da dívida

Com o fim de libertar os escassos e indispensáveis recursos em divisas, é necessário criar sistemas fortes de gestão da dívida. Isto comporta, entre outros, uma avaliação contínua da capacidade de pagamento a curto e longo prazo, bem como a racionalização da acumulação da dívida, concentrando os recursos de futuros empréstimos externos em projectos produtivos que tenham uma rápida e alta rentabilidade, com uma componente substancial de divisas.

3. Instrumentos e medidas políticas para o ajustamento com transformação

100. As orientações delineadas acima necessitarão de fazer uso de um certo número de instrumentos e medidas políticas para alcançar os objectivos de ajustamento com transformação. Elas exigem igualmente a modificação ou eliminação de certos instrumentos e medidas políticas.

101. Os instrumentos e medidas que devem ser modificados sob a EAA-PAE encontram-se no quadro 5.1. Eles são inadequados para o processo de ajustamento nos países africanos dadas as regras estruturais e os objectivos pretendidos de transformação e desenvolvimento sustentado das economias africanas já traçados nos capítulos 1 e 2. Eles incluem:

- a) práticas que, de facto, levam a uma excessiva dependência do mecanismo de mercado; preço total e liberalização importante;
- b) privatização doutrinária;
- c) taxas de juro ajustadas à inflação;
- d) redução indiscriminada do crédito;
- e) eliminação total de subsídios;
- f) desvalorização generalizada;
- g) promoção indiscriminada das exportações tradicionais;
- h) medidas orçamentais deflacionárias, especialmente reduções drásticas das despesas públicas.

A partir do quadro 5.1. poder-se-à verificar que estes instrumentos e medidas terão um impacto negativo sobre o ajustamento com transformação. Embora possam proporcionar um alívio temporário em termos de equilíbrios financeiros internos e externos, a longo prazo tendem mais para agravar a crise, particularmente se os fluxos de recursos não autónomos para os países em causa forem suspensos. Estes instrumentos, no seu conjunto, levariam à sequência negativa ilustrada pela figura 4.1. do capítulo 4.

Quadro 5.1
Sumário dos instrumentos e medidas
a serem modificados sob a EAA-PAE

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos sobre o Ajustamento com Transformação
1. Reduções orçamentais drásticas, especialmente das despesas e subsídios respeitantes a serviços sociais e bens essenciais.	Prejudica as condições humanas, o ambiente propício e o futuro potencial para o desenvolvimento; exige um retraimento massivo no sector público.
2. Promoção indiscriminada das exportações tradicionais através de incentivos aos preços oferecidos apenas àquelas «comerciais».	Prejudica a produção e auto-suficiência alimentares, e pode levar à degradação indesejável do ambiente; poderá resultar num sobre-aprovisionamento e em queda dos preços (falácia de composição).
3. Redução indiscriminada do crédito.	Conduz ao retraimento global da economia, à diminuição da utilização da capacidade existente e ao encerramento de empresas, e a uma acentuada escassez de bens e serviços essenciais.
4. Desvalorização generalizada através de mercados cambiais livres, venda pública de moeda e grandes e frequentes desvalorizações monetárias.	Conduz a aumentos socialmente insuportáveis dos preços de bens e serviços essenciais; faz subir os custos internos dos bens importados e limita a utilização da capacidade existente; desencadeia uma inflação generalizada; desvia as escassas divisas disponíveis para actividades especulativas e exacerba a fuga de capital; deteriora

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos sobre o Ajustamento com Transformação
	os padrões de distribuição de rendimentos; prejudica o crescimento e pode resultar num retraimento estrutural das exportações tradicionais através de incentivos aos preços destes bens ou daqueles «comerciáveis».
5. Juros reais insuportavelmente altos (juros nominais ajustados à inflação).	Altera a economia em direcção a actividades especulativas e comerciais ao tornar-se num desincentivo para o investimento produtivo; inflação dos combustíveis.
6. Liberalização total das importações.	Leva a uma maior e mais estreita dependência externa; intensifica a dependência do câmbio estrangeiro; põe em risco prioridades nacionais tais como a auto-suficiência alimentar; destrói a capacidade de indústrias incipientes e desse modo retarda a industrialização.
7. Excessiva dependência das forças do mercado para conseguir os «preços justos» em situações de mercado estruturalmente imperfeitas e distorcidas.	Agrava a inflação através de agudas subidas nos custos de produção e comercialização; provoca desvios dos padrões e das prioridades de produção e de consumo desejáveis e pode pôr em causa todo o processo de transformação.
8. Privatização doutrinária.	Prejudica o crescimento e a transformação; deteriora o bem-estar social e as condições humanas.

102. De acordo com a estrutura proposta, os instrumentos e medidas desejáveis foram classificados em três grupos; cada um deles compreende um conjunto de instrumentos e medidas coerentes com o tipo de orientações estabelecidas nos parágrafos 97 a 99. Os três grupos são:

- a) reforço e diversificação da capacidade produtiva;
- b) melhoramento do nível de rendimentos e do padrão da sua distribuição;
- c) utilização dos rendimentos para a satisfação das necessidades essenciais.

Além disso são necessárias medidas de suporte institucional para assegurar a eficaz operacionalidade da EAA-PAE.

Quadro 5.2
Resumo de Instrumentos e Medidas Propostos
no Quadro da EAA-PAE

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos do Ajustamento com Transformação
A. Fortalecimento e Diversificação da Capacidade Produtiva	
A.1. Reformas agrárias para melhor acesso e posse da terra para uso produtivo; maior participação da mulher como agente de mudança e modernização do sector da produção alimentar.	Aumento da produção e das oportunidades de empregos bem remunerados; alívio da pobreza e distribuição mais equitativa dos rendimentos.
A.2. Reserva de pelo menos 20-25% do total do investimento público para a agricultura.	Melhoramento das infraestruturas rurais e das instituições agrícolas; aumento da produtividade agrícola; expansão do emprego rural.

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos do Ajustamento com Transformação
A.3. Aumento das divisas afectadas à importação de insumos vitais aos sectores agrícola e artesanal; expansão do emprego agrícola e industrial; aumento da produção interna de géneros essenciais e eliminação do estrangulamento das importações; aumento das interligações entre agricultura e indústria.	Satisfação de necessidades críticas.
A.4. Afectação sectorial do crédito através do uso de orientações creditícias que favoreçam o subsector alimentar e a manufactura de géneros essenciais.	Aumento da produção de alimentos e de bens manufacturados essenciais; aumento de empregos remunerativos.
A.5. Adopção de códigos de investimento e procedimentos talhados para a promoção e o desenvolvimento de pequenas indústrias.	Melhor ambiente propício com maior envolvimento dos empresários locais.
A.6. Uso de juros nominais selectivos de tal maneira que os juros sobre os empréstimos para actividades especulativas sejam maiores que as taxas sobre empréstimos para actividades produtivas, tendo como resultado que as taxas de juro reais para poupança sejam positivas.	Aumento da mobilização das poupanças internas; redução das actividades especulativas; alteração dos recursos para as actividades produtivas.
A.7. Criação e fortalecimento de instituições financeiras rurais.	Aumento da mobilização das poupanças rurais e melhoramento da intermediação financeira.

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos do Ajustamento com Transformação
A.8. Recuperação e racionalização das capacidades produtivas e rurais instaladas; criação de um sistema nacional de manutenção.	Melhor capacidade de utilização; crescimento económico; poupança em moeda estrangeira.
A.9. Utilização da existência de facto de múltiplos sistemas de taxas de câmbio de uma maneira racional e/ou criação e aperfeiçoamento de tal sistema para fins de transferência de recursos, mobilização de recursos e inversão da fuga de capitais e assegurar a disponibilidade de importações essenciais.	Incentivo à entrada de capitais, especialmente através de nacionais que trabalham no estrangeiro, e desincentivo da fuga de capitais; melhoramento da balança de pagamentos; satisfação das necessidades básicas.
A.10. Criação de um fundo especial para empréstimos com juros bonificados para certos grupos de operadores económicos.	Incentivo a uma maior actividade produtiva. Descrição dos Efeitos das Medidas e dos Instrumentos para o Ajustamento com Transformação.
B. Melhoramento do Nível de Receitas e do Padrão da sua Distribuição	
B.1. Alargamento da base de taxação, melhoramento da eficácia e rigor do sistema de recolha de impostos.	Aumento das receitas governamentais.
B.2. Redução das despesas governamentais com a defesa o mais possível, e com actividades do sector público não produtivo.	Libertação de recursos para o investimento; melhoramento da afectação de recursos; melhoramento da balança de pagamentos.

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos do Ajustamento com Transformação
B.3. Remoção de subvenções a organismos para-estatais que não sejam do sector social e das indústrias básicas nacionalmente estratégicas.	Libertação de recursos para investimentos produtivos; melhor equilíbrio fiscal.
B.4. Uso de financiamento limitado, realista e decrescente do défice para investimentos produtivos e infraestruturais que tenham pequena componente de importação.	Manutenção do crescimento através do apoio a unidades de produção relevantes.
B.5. Garantia de preços mínimos para as colheitas alimentares geridos através de reservas alimentares estratégicas.	Produção alimentar numa base sustentada; receitas asseguradas aos agricultores; maior acesso aos alimentos para a maioria da população.
C. Padrão de Despesas para Satisfação de Necessidades	
C.1. Modificação das despesas (sem necessariamente aumentar os gastos totais do governo) de modo a aumentar as despesas governamentais com os sectores sociais, particularmente a educação, a saúde e a integração da mulher no processo de desenvolvimento, susceptíveis de aumentar a produtividade, de tal modo que uma média de 30% do total anual de despesas do governo seja empregue nos sectores sociais; e,	Satisfação das necessidades básicas; investimento em capital humano; aumento do nível de vida da maioria da população.

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos do Ajustamento com Transformação
a partir daí, manter uma taxa de crescimento nas despesas públicas nestes sectores acima da taxa de crescimento da população.	
C.2. Políticas selectivas através de subsídios, políticas de preços, etc., para aumentar o fornecimento dos bens essenciais necessários para manter uma atmosfera socialmente estável para o desenvolvimento.	Aumento da oferta de bens e serviços essenciais bem como de insumos intermédios básicos; aumento da produção de matérias-primas industriais; controle da inflação.
C.3. Uso selectivo de políticas comerciais, incluindo a eliminação de certos produtos de luxo específicos; juros altos sobre o consumo supérfluo e sobre insumos competitivos que têm substitutos internos; educação de massas sobre o consumo de produtos internos.	Mudanças nos padrões de consumo; alargamento dos mercados para produtos nacionais; mudanças nos padrões de produção; melhoramento da balança de pagamentos.
C.4. Reforço da cooperação monetária e financeira intra-africana bem como dos acordos de pagamento e de compensação.	Aumento da auto-confiança e das capacidades de financiar ajustamento com transformação.
C.5. Limitação das prestações do serviço da dívida a níveis consistentes com o crescimento e desenvolvimento sustentados e acelerados.	Libertação de recursos para actividades produtivas para apoiar o ajustamento com transformação; melhoramento da situação da balança de pagamentos.
C.6. Incentivos específicos à exportação de bens processados e	Aumento da diversificação; redução da vulnerabilidade às flutua-

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos do Ajustamento com Transformação
produtos primários cuidadosamente seleccionados.	ções nos preços dos géneros; crescimento das exportações e aumento das receitas de exportação.
C.7. Subsídios de exportação diferenciais; remoção de barreiras comerciais; incentivo ao comércio de troca para incrementar o comércio intra-africano.	Redução da dependência externa e melhor mistura e integração de produtos em África.
C.8. Acordos bilaterais e multilaterais sobre produtos primários.	Balança de pagamentos melhorada e mais estável.
D. Apoio Institucional para o Ajustamento com Transformação	
D.1. Criação, nas áreas rurais, de «sistemas de crédito supervisionados para a produção alimentar», adequadamente financiados e de fácil acesso para os agricultores em termos de garantias limitadas, etc.	Aumento sustentado da produção alimentar e adopção de tecnologias para reduzir a vulnerabilidade ao clima através do aumento de investimentos em áreas tais como pequenos projectos de irrigação.
D.2. Reforço da pesquisa agrícola centrada na produção; criação de serviços e sistemas de extensão para a difusão, aplicação e operacionalização da pesquisa.	Acelerará o processo de conseguir uma revolução verde em África, principalmente dos cinco produtos básicos para a auto-suficiência alimentar na região (milho, sorgo, milho miúdo, arroz e tubérculos) e acelerará a edificação de uma base industrial viável.
D.3. Criação de instituições destinadas a apoiar indústrias rurais e	Promoção do desenvolvimento rural integrado; aumento da atrac-

Descrição dos Instrumentos e Medidas	Efeitos do Ajustamento com Transformação
indústrias de pequena escala com ênfase na tecnologia local, o financiamento interno, a infra-estrutura rural e a participação da mulher.	ção das áreas rurais; promoção do desenvolvimento tecnológico rural; geração de emprego.
D.4. Legislação de uma clara estrutura de propriedade e de participação dos diferentes grupos sócio-económicos tais como cooperativas rurais, comerciantes, etc.	Permitirá a participação popular na produção, na comercialização e no desenvolvimento em geral, bem como o fortalecimento do sector informal e sua integração nas principais correntes do desenvolvimento.
D.5. Estabelecimento de instituições de desenvolvimento comunitário, especialmente ONGs locais e programas de auto-ajuda.	Permitirá o uso de trabalho comunitário directo numa base voluntária para a provisão de infra-estruturas rurais tais como vias e estradas de acesso, centros de saúde e dispensários, edifícios escolares e pequenos projectos de irrigação.
D.6. Maior participação de massas nas tomadas de decisão e na implementação de programas.	Maior confiança do povo nas suas próprias sociedades e governos; maior empenho e sacrifício para o desenvolvimento, recursos humanos altamente motivados e, por isso, mais eficientes.

103. Não obstante a diversidade dos instrumentos e medidas apresentados no quadro 5.2, haverá necessidade de flexibilidade na articulação, no planeamento e na escolha de pacotes de políticas nacionais, tomando em conta as circunstâncias em cada país africano e como evoluem no tempo. Os pacotes de políticas também podem diferir de um período para

o outro num mesmo país, no respeitante aos instrumentos e às medidas empregados e a como são combinados. Contudo, quaisquer que sejam os instrumentos e medidas escolhidos por um país, será necessário assegurar que haja instrumentos e medidas seleccionados de cada uma das quatro categorias acima delineadas.

104. De modo a manter os instrumentos e as medidas do quadro 5.2. na perspectiva adequada, eles devem ser lidos e vistos no contexto da sequência do processo de ajustamento com transformação ilustrado na figura 4.2 do capítulo 4, onde a economia, através de mudanças apropriadas nas orientações políticas e através da adopção de pacotes de políticas apropriados derivados do quadro proposto, alcança simultaneamente o ajustamento e a transformação.

105. Enquanto os instrumentos políticos do quadro 5.2. derivam necessariamente da estrutura do quadro proposto, e das suas correspondentes medidas políticas, é essencial ter em mente as razões específicas para a escolha das diferentes medidas e instrumentos políticos. Isto é sucintamente tentado a seguir em termos do(s) efeito(s) antecipado(s) ou associado(s) de algumas das medidas e instrumentos com os objectivos de ajustamento com transformação.

106. Quanto ao reforço e à diversificação da capacidade produtiva de África, a ênfase deverá residir em taxas aceleradas de formação de capital, subsídios adequados para fertilizantes e outros insumos para a produção alimentar, e maior afectação orçamental e de divisas aos sectores alimentar e agrícola bem como às indústrias que produzem géneros essenciais básicos. Para reorientar as actividades produtivas no sentido dessa produção de bens essenciais básicos bem como dos insumos industriais e de capital necessários, as preferências devem recair sobre o sub-sector alimentar e sobre alguns sub-sectores manufactureiros em termos de acesso ao crédito e do custo do crédito. O sistema bancário poderá ser solicitado a emprestar maiores proporções dos seus recursos a estas áreas de actividade «preferenciais» e a cobrar menores taxas de juro sobre esses empréstimos em comparação com as taxas sobre os empréstimos para outras actividades. A adopção de códigos de investimento apropriados e de procedimentos adequados às necessidades dos investidores e das indústrias de pequena escala incentivará a criação de um ambiente propício à maior participação dos empresários locais no processo de desenvolvimento. A reforma agrária também é um instru-

mento muito importante e necessário para assegurar empregos remunerativos à vasta maioria da população. Como principais produtoras agrícolas, especialmente de alimentos, as mulheres devem merecer uma atenção particular. O seu papel pode ser alargado através, entre outros, de maior acesso à terra, ao crédito, aos insumos agrícolas e a tecnologia mais moderna.

107. A maior mobilização de recursos internos e a interiorização das forças de crescimento e desenvolvimento em África implicam que não deverá haver excessiva liberalização financeira, a qual leva ao aumento das taxas de juro reais a níveis que se tornam anti-produtivos e adversos ao pequeno sector moderno e que são, em todo o caso, de pouca ou nenhuma relevância para as decisões de poupança em vastos segmentos da economia, especialmente nas áreas rurais e nos sectores informais. Deve-se, sim, mobilizar amplamente mais recursos internos através do incentivo à poupança e ao investimento financeiro, e do uso de taxas de juro nominais que sejam suficientemente atractivas para incentivar a poupança. Para promover a mobilização de poupança nas áreas rurais e aumentar o papel intermediário das instituições financeiras no processo de poupança-investimento na economia, deve-se criar e/ou reforçar as estruturas monetárias e creditícias rurais. A adopção de taxas de câmbio múltiplas para a transferência de recursos permitirá incentivar uma maior entrada de divisas no país através de nacionais que trabalham no estrangeiro, ao mesmo tempo que desencorajará a fuga de capital. O fortalecimento da cooperação monetária e fiscal intra-africana, bem como os acordos de pagamento e de compensação permitirão reduzir a dependência financeira externa de África e aumentar a capacidade de os seus países financiarem o ajustamento com transformação sem as condicionantes da moeda estrangeira.

108. No que diz respeito a uma maior eficiência na afectação e no uso judicioso de recursos, haverá necessidade de conter as despesas através da redução dos gastos do Estado com a defesa e com actividades não produtivas, através da remoção de subvenções a organismos para-estatais outros que não os dos sectores social ou das indústrias básicas estratégicas a nível nacional, e da limitação das prestações do serviço da dívida a proporções que não sejam desfavoráveis às actividades produtivas, de modo a assegurar o crescimento. Para promover uma afectação mais eficiente dos fundos de empréstimo disponíveis, devem-se prescrever taxas de empréstimo mais altas para empréstimos com fins especulativos

ou para o comércio geral do que para actividades produtivas. Os programas de ajustamento com transformação devem ser de molde a reduzirem as pressões inflacionárias, que dão origem a uma série de distorções económicas e sociais tais como actividades que desviam o investimento produtivo para a especulação e a manipulação financeira; a deterioração dos padrões de distribuição de rendimentos; a fuga de capital e a redução das poupanças. Tomando em conta a origem estrutural das pressões inflacionárias nos países africanos, as medidas políticas relevantes deverão centrar-se principalmente na expansão da produção. Além disso, da estratégia para controlar a inflação devem fazer parte restrições orçamentais, especialmente reduções das despesas governamentais com actividades não produtivas e marginais.

109. Para a satisfação das necessidades nacionais e individuais, é necessário optar por políticas comerciais selectivas incorporando elementos de controle e de gestão das importações, particularmente a proibição de importações de bens não essenciais, protecção tarifária e restrições de quotas, para possibilitar a mudança nos padrões de consumo; incentivar a produção e o uso de insumos locais, e promover indústrias nascentes viáveis. Assim, a industrialização, que deverá ser vigorosamente impulsionada se se quiser alcançar a interiorização das forças produtivas e a criação de maior dinâmica interna, terá que avançar sob a cobertura de alguma protecção das importações para obter sucesso.

110. Toda a questão referente à promoção das exportações e à revitalização do sector de exportação tradicional deve ser abordada de uma maneira selectiva, e não somente através da desvalorização geral. É imperativo que os países africanos avancem no sentido da diversificação das exportações, alterando a actual situação de monocultura de exportação, de modo a aumentarem o leque das suas opções e reduzirem a confiança depositada em produtos que possuem um potencial de crescimento altamente limitado. Apesar dos ganhos imediatos provenientes da maximização dos lucros derivados de uma vantagem comparativa estática, os requisitos do ajustamento com transformação são tais que os governos devem incluir nos seus programas incentivos que criem vantagens comparativas dinâmicas, a longo prazo, baseadas em novas estruturas e processos de produção. Os incentivos à exportação precisam ser deliberadamente selectivos, reconhecendo a diferença de oportunidades entre sectores e produtos, a fim de penetrar os mercados de exportação e expandir os mercados existentes. Os níveis adequados de incentivos aos

preços a serem postos em prática variarão também de produto para produto, dependendo dos preços mundiais, do conteúdo das importações, das margens de comercialização, dos preços nos países vizinhos, dos preços dos produtos concorrentes, das contribuições requeridas para as receitas fiscais, etc. Além disso, imensos recursos em divisas disponíveis para gastos com o sector de exportação também precisam ser transferidos para aqueles produtos capazes de gerar os maiores rendimentos líquidos em moeda estrangeira. Tais decisões sobre preços e afectação de recursos não podem ser deixadas inteiramente nas mãos do mercado nos países africanos devido à severidade das imperfeições do mercado no continente. Tornam-se indispensáveis certas intervenções selectivas do Estado.

111. A utilização eficaz dos recursos disponíveis em África deverá ser também melhorada até os países da região integrarem efectivamente as suas estruturas de produção e os seus mercados. Isto quer dizer que os governos africanos terão que começar, através da racionalização regional e sub-regional, a planificar a remoção de algumas dispendiosas duplicações de capacidades produtivas industriais surgidas no período pós-independência, e a implantar novas indústrias projectadas para aumentar o nível do comércio dentro da África e entre a África e o resto do mundo. Por isso, deverá haver entre os países africanos acordos bilaterais e multilaterais sobre racionalização industrial. Tal plano de racionalização e de coordenação, se se estender à produção de géneros de exportação primários africanos tais como o café, o cacau e o cobre, permitirá aos países produtores da região evitarem o problema da «falácia de composição», enquanto que a produção do mesmo tipo de produtos de exportação é estimulada numa série de países dentro e fora de África através de repetidos aumentos nos incentivos aos preços apenas para concluir que o resultado líquido é uma redução no preço mundial dos bens em questão, que frustra assim os esforços para elevar os lucros de exportação. Pode ser útil lançar mais luz sobre a questão da complementaridade da taxa de câmbio e da política comercial como instrumentos e medidas políticas essenciais para o ajustamento com transformação. A política de taxas de câmbio tem implicações na economia para além do seu estreito e imediato impacto sobre a exportação e importação, e o mesmo acontece com a política comercial. Correspondendo à necessidade de taxas de câmbio múltiplas na África, há por isso necessidade de políticas de gestão de importações, incluindo mudanças no controle das importações, nas taxas de importação e nos subsídios de exportação, em lugar de uma

confiança ilimitada na liberalização do comércio. De facto, a gestão da taxa de câmbios em África deve ser apoiada e complementada por uma política deliberada de importação e exportação de modo a produzir os ajustamentos necessários nos padrões de consumo e de produção existentes, orientados para o estrangeiro.

112. Alguns dos argumentos contra o uso de políticas comerciais selectivas e taxas de câmbio múltiplas, envolvendo a separação dos mercados cambiais estrangeiros em faixas, quer através de controles cambiais quer através de uma distinção entre mercados de câmbio estrangeiros oficiais e livres, estão relacionados com as dificuldades de administração e os custos das operações, bem como com as possibilidades de abuso e de evasão. Deve-se admitir que uma condição prévia importante para o sucesso da aplicação de taxas de câmbio múltiplas e de políticas comerciais selectivas, é a existência de um governo bom e sério, e a capacidade de gerir e reforçar o controle. Contudo, esquece-se com frequência que as taxas de câmbio múltiplas já existem em muitos países africanos, recebendo em alguns casos o aval relutante do FMI/Banco Mundial sob a *Window I* e a *Window II*. Dado o surgimento de mercados de câmbio paralelo na maioria dos países africanos, dificilmente haverá hoje algum país africano que não tenha uma taxa de câmbio dual *de facto*. Talvez o que é significativo sobre o uso de taxas de câmbio duais ou múltiplas nos países africanos como parte do pacote de políticas para o ajustamento com transformação é a tomada de conhecimento oficial de uma situação de facto, e a galvanização de políticas voltadas para a obtenção do máximo de benefícios do uso de instrumentos políticos de uma maneira deliberada e aperfeiçoada.

113. Uma outra questão importante relaciona-se com o uso de taxas de juro selectivas. Apesar de não haver dúvidas de que é desejável alcançar taxas de juro reais positivas de modo a incentivar a poupança, é necessário ao mesmo tempo ter em conta o facto de que taxas de juro nominais muito elevadas têm um impacto adverso sobre a economia na sua globalidade. Como tal é importante considerar cuidadosamente os seguintes pontos:

a) se o efeito das taxas de juro sobre a poupança é suficientemente grande no conjunto da economia;

b) se o mercado, através de ajustamentos das taxas de juro, poderá verdadeiramente beneficiar de poupanças potenciais tais como as das áreas rurais;

c) se as taxas de juro nominais não causarão uma alta concentração da economia, conduzindo à inflação através do aumento dos custos de capital;

d) se as taxas de juro nominais não resultarão num colapso da procura de crédito, especialmente se a economia estiver já em recessão.

114. A visão destes problemas no contexto africano tende a sugerir que taxas de juro nominais muito altas, que são aumentadas para assegurar uma taxa de juro real positiva, podem resultar na asfixia do investimento e na deslocação de recursos das actividades produtivas, com taxas de retorno relativamente baixas, para actividades especulativas, com taxas de retorno altas e rápidas. Foi esta consideração que levou à proposta de que devem ser aplicadas taxas de juro diferentes aos empréstimos para actividades especulativas e àqueles para actividades de produção. A escolha destas taxas diferentes deve ser feita de modo a assegurar que a média das duas taxas de empréstimo (i. e. sobre empréstimos especulativos e sobre empréstimos para produção real) resulte numa taxa real positiva que seria aplicável na poupança.

4. A Dialéctica do Ajustamento com Transformação

115. Talvez valha a pena repetir que os pacotes de políticas que cada país adoptará sob a EAA-PAE com respeito à crise que prevalece no continente variará de país para país. Dadas as orientações políticas acima analisadas e os instrumentos e medidas resumidos no quadro 5.2., é deixado a cada país, tendo em conta as circunstâncias peculiares do seu processo de desenvolvimento, delinear o seu próprio pacote de políticas dentro deste quadro global, e articular a mistura apropriada das medidas e instrumentos políticos complementares para alcançar o objectivo de ajustamento com transformação. No entanto será sempre necessário assegurar a consistência da estrutura política com a macro-estrutura e as orientações, medidas e instrumentos políticos.

116. É evidente que as medidas e instrumentos políticos propostos sob a EAA-PAE devem contribuir para atingir simultaneamente o ajustamento e a transformação. Por exemplo, o uso combinado de políticas comerciais e de crédito selectivas levará, na interacção, a aliviar em parte a pressão sobre a balança de pagamentos através do aumento das exportações, do estímulo da produção alimentar e da redução das

importações. O uso judicioso das taxas de câmbio múltiplas, além de estimular a produção, deteria as fugas do capital especulativo e encorajaria a repatriação de capital e a transferência de receitas obtidas no estrangeiro. Isto ajudaria a equilibrar a posição da balança de pagamentos. Ainda, alguns recursos cambiais seriam liberados para fins de investimento, através da limitação das prestações do serviço da dívida a níveis controláveis. Ao mesmo tempo, pôr a a ênfase mais na oferta do que na procura através do uso de políticas de crédito e de taxas de juro selectivas para incentivar as poupanças e os investimentos produtivos, desencorajará as transacções não produtivas, facilitará uma maior mobilização dos recursos internos, permitirá às economias africanas adquirirem as capacidades necessárias para enfrentar melhor os choques internos e externos, reduzirá a inflação estrutural e assegurará o crescimento.

117. Deverá ficar também claro das orientações, medidas e instrumentos políticos propostos que os pacotes nacionais e os programas de ajustamento com transformação deverão ser muito menos dogmáticos e muito mais pragmáticos do que o têm sido os programas ortodoxos nas questões do papel e do tamanho do sector público. Uma composição equilibrada entre as iniciativas privadas alargadas e a intervenção governamental eficiente é necessária para criar um ambiente que possibilite quer ao sector público quer ao privado prosperar e contribuir efectivamente para o processo de crescimento e de desenvolvimento. Até agora as intervenções governamentais em África têm caído no descrédito, não porque exista uma alternativa efectiva sob a forma de um mecanismo de mercado eficiente mas devido à ineficiente gestão, aos pobres resultados e à má afectação de recursos. Há poucas dúvidas, portanto, de que é necessário fazer esforços para melhorar a eficiência do sector público e assegurar que as intervenções do governo sejam bem orientadas e que as prioridades determinadas pelo governo sejam efectivamente cumpridas. Contudo, na situação africana contemporânea, exigir a substituição total do governo por mercados que dificilmente funcionam é injustificável, uma vez que só quando e segundo a forma como a capacidade produtiva necessária é criada e posta em prática é que as forças do mercado se tornam competitivas e passam a desempenhar um papel cada vez maior como instrumento de crescimento e desenvolvimento. Isto significa, primeiro, que será necessário estabelecer um equilíbrio pragmático entre a intervenção pública e as iniciativas privadas, com ênfase na criação de um ambiente próprio conducente ao funcionamento eficaz e às efectivas contribuições de ambos os sectores para o desenvolvimento, e, segundo,

que o governo deverá dar lugar ao sector privado apenas progressivamente.

118. Administrar as propostas da EAA-PAE requerirá a orientação e o fortalecimento da estrutura institucional a todos os níveis, e o reforço das estruturas administrativas existentes especialmente com respeito ao aumento da capacidade do governo para administrar eficientemente os programas. Também exige uma melhor contabilidade e uma delicada e patriótica gestão na parte do sector público. A nível institucional, há necessidade de as burocracias excessivamente centralizadas darem lugar à descentralização local, às iniciativas de base e à autogestão comunitária. O potencial e capacidade do indivíduo e do sector privado em geral para participar no desenvolvimento devem também ser plenamente explorados. O crescente papel do povo no ajustamento com transformação deverá facilitar o funcionamento de um sistema de controle e salvaguarda contra os excessos burocráticos.

119. As orientações e instrumentos políticos propostos na EAA-PAE requerem também a harmonização das razões do ajustamento de maneira a evitar conflitos políticos e duplicações dispendiosas entre os países. Deve-se estabelecer acordos bilaterais e multilaterais entre os países africanos para assegurar especificamente esta harmonização. Tais acordos devem cobrir as áreas de segurança alimentar regional e auto-suficiência alimentar; protecção do ambiente; racionalização da produção industrial, tomando em conta os requisitos das vantagens comparativas dinâmicas; incentivo à produção de géneros essenciais e intermédios numa base regional e sub-regional e aumento do nível de comércio inter-africano através da adopção de acordos financeiros que reduzam a dependência da moeda estrangeira e facilitem o comércio inter-africano e o incentivo explícito ao comércio de géneros a retalho. Uma questão que precisa ser mais clarificada é o relacionamento entre a EAA-PAE e o plano ou programa de desenvolvimento nacional. Os PAEs convencionais foram quase invariavelmente concebidos e implementados fora do quadro dos planos de desenvolvimento dos países africanos. O resultado inevitável é que os planos de desenvolvimento têm ficado em suspenso, e a gestão a curto prazo da crise tornou-se um pobre substituto deles. Uma vez que a EAA-PAE é essencialmente uma estrutura de ajustamento com transformação, deve, *ipso facto*, ser consistente com a planificação e os programas de desenvolvimento nacional, e de facto faz parte da sua essência.

120. Finalmente, é vital não apenas que os países africanos adaptem e utilizem a EAA-PAE na elaboração dos seus programas de ajustamento, mas que os doadores bilaterais e multilaterais de África também criem as condições necessárias para o êxito da implantação de tais programas. Dada a natureza holística da estrutura alternativa proposta, é evidente que os principais requisitos da África para o financiamento externo serão para fluxos mais autónomos dos parceiros bilaterais e multilaterais. Contudo, nas actuais circunstâncias de transição dos PAEs convencionais para o ajustamento com transformação, as instituições financeiras e de desenvolvimento multilateral precisam de mostrar crescente flexibilidade quer sobre as percepções políticas quer sobre a necessidade de fluxos de recursos não autónomos para apoiar a nova geração de programas de ajustamento em África. As perspectivas para a implementação da abordagem alternativa ficarão fortemente comprometidas se os países africanos não conseguirem, da sua parte, estar à altura do desafio da maior mobilização de recursos internos exigida, e se os parceiros de desenvolvimento da África persistirem em basearem a sua assistência e o seu apoio sobre condicionalismos estritos de adesão aos programas de ajustamento estrutural ortodoxos mais do que nas propostas contidas na EAA-PAE. Mesmo que a EAA-PAE implique maiores níveis de fluxos de recursos externos não autónomos nos tempos mais próximos, a sua natureza essencialmente transformacional é tal que a necessidade de ajuda à balança de pagamentos e outros influxos como esse se tornarão progressivamente menores à medida que progride em direcção à mudança estrutural e ao desenvolvimento sustentado. Espera-se assim que se gere um largo consenso à volta das propostas da Estrutura Alternativa Africana aos Programas de Ajustamento Estrutural, para que elas se tornem realidade.

(Traduzido do inglês por Filomena Miranda)

NAISSANCE DE LA GUINÉE. PORTUGAIS ET AFRICAINS EN SENEGAMBIE (1841-1936)

de René Pélissier. Orgeval: Pélissier, 1989, 486 pp. (*)

George E. BROOKS

Pélissier, infatigável cronista do colonialismo português, fez uma contribuição extraordinária para a reconstrução da história do colonialismo português na Guiné-Bissau. A conquista portuguesa da Guiné foi episódica, prolongada e caracterizada por numerosas postas em xeque e reviravoltas. Pélissier esboça seis períodos noutros tantos capítulos. No capítulo 1 descreve as precárias circunstâncias dos interesses comerciais portugueses, caboverdianos e luso-africanos na década de 1840, e o vazio das reivindicações imperiais de Portugal quatro séculos após as primeiras viagens de reconhecimento. O capítulo 2, que trata do encerramento do «Período Caboverdiano» (1845-1878), relata como Portugal nomeou governador o influente comerciante luso-africano Honório Pereira Barreto pela sua tenaz (e interessada) resistência ao imperialismo francês na região de Casamansa. A arbitragem de Bolama e a «vitória» diplomática de Portugal sobre a Grã-Bretanha em 1870 estimularam iniciativas sem precedentes em relação à Guiné. O capítulo 3, «De um desastre a outro», faz a crónica do período 1879-1891. O capítulo 4, «Infortúnios de um

(*) Texto publicado originalmente em inglês no *International Journal of African Historical Studies*, 4 (1990) e reproduzido aqui com a devida autorização.

enclave», caracteriza o período 1891-1908, durante o qual as forças portuguesas foram incapazes de dominar as populações africanas que habitavam a área deixada a Portugal após as anexações francesas. O capítulo 5, «Entre merceeiros e mercenários», abrange o período 1909-1925, começando com as implacáveis campanhas de Teixeira Pinto contra os Balantas. O capítulo 6, «O fim dos animistas independentes», descreve a década 1926-1936, concluindo com a expedição destinada a exterminar a resistência bijagó na ilha de Canhabaque.

O que é e não é registado nas fontes portuguesas é de primordial interesse para os historiadores da Guiné: o pessoal militar e os administradores tinham muitas vezes boas razões para esconder informação sobre as suas actividades aos seus superiores em Cabo Verde e Portugal. Desprovidos de qualquer espécie de recursos, com frequência sem receber salários durante meses ou anos, atormentados por doenças crónicas e envolvidos no comércio ilícito, o pouco que registaram caracteriza-se em muitos casos por depoimentos que servem os seus próprios interesses e por informações erradas. Décadas de estudo da documentação colonial colocaram Pélissier à altura do desafio que representa a interpretação desses registos, e os seus comentários discriminativos sobre as fontes constituem por si sós um contributo extraordinário.

Traço saliente do livro são as notas de rodapé: com frequência ocupam mais de meia página, são plenas de agudeza e erudição, e serão de enorme ajuda para outros investigadores. Pélissier não se limita a citar fontes: disseca-as, compara-as e assinala as suas omissões, plágios e falsificações. Do mesmo modo analisa as poucas tradições orais publicadas. Em relação à Batalha de Kansalá em 1867 (?), considerada como o último e decisivo confronto entre as forças do Império do Kaabu, governado pelos Mandingas, e o almamiato do Futa Djalon governado pelos Fulas, Pélissier compara a riqueza de pormenores difundida pelos bardos com a total ausência de relatos publicados; no que diz respeito às fontes europeias, Kaabu, tal como o Império Romano, «caiu sem estrondo».

Em contraste com a sua exaustiva procura de materiais publicados, Pélissier não fez investigação no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o principal depositário de documentação colonial portuguesa. Quanto às razões para não o fazer, remete ao leitor para o seu livro *Naissance du Mozambique* (1984), onde refere que foi dissuadido pela falta de catálogos do expólio do AHU, deficiência essa que não impediu outros investigadores de estudar o período da história da Guiné abrangido pelo estudo de Pélissier. A modo de parcial compensação, Pélissier faz extenso uso de

copiosos extractos dos arquivos publicados entre 1899 e 1913 nos *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* (7 partes) pelo pertinaz oficial de marinha caboverdiano Christiano José de Senna Barcellos, e utiliza igualmente uma compilação de documentos do AHU já publicada. No entanto, não há nada que substitua a pesquisa directa no AHU. Muita informação importante sobre as relações comerciais e as ligações familiares dos portugueses e particularmente dos luso-africanos com grupos africanos pode ser extraída das petições, testamentos, declarações e listas de habitantes das comunidades comerciais. Estes e outros documentos teriam contribuído significativamente para uma compreensão das causas dos conflitos e das suas soluções, muitas das quais Pélissier reconhece serem inexplicáveis a partir das fontes por ele consultadas.

Infelizmente Pélissier não fez pesquisa na Guiné. Nos últimos anos o pessoal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa tem recolhido documentos coloniais de todas as regiões do país. Os arquivos paroquiais contêm informação sobre nascimentos, mortes e casamentos, do mesmo modo que as inscrições tumulares dos cemitérios.

De grande utilidade potencial para a investigação do período que Pélissier abrange no seu estudo é o crescente corpo de tradições orais recolhidas pelos historiadores guineenses desde a independência. Esta pesquisa está agora a ser publicada, nomeadamente na revista *Soronda*, fundada pelo INEP em 1986.

O livro de Pélissier estimulará novas contribuições e promoverá a pesquisa de terreno ao longo de linhas de investigação novas ou inadequadamente exploradas. Seguramente muita mais informação sobre a perspectiva dos africanos pode ser recolhida junto dos filhos e netos daqueles que participaram nas últimas campanhas militares que Pélissier descreve.

Os materiais auxiliares do livro são assinaláveis. Existem seis mapas bem concebidos, e Pélissier vê-se aflito para explicar na sua nota introdutória que, apesar dos seus esforços, a localização de alguns lugares é problemática. Numerosos quadros organizam os dados disponíveis. Existe um útil glossário de 4 páginas, e a lista de fontes publicadas e documentos de arquivos (24 páginas) contém breves anotações. Também o índice (18 pp.) se encontra elaborado com profissionalismo, incluindo símbolos-chave que fornecem informações sobre indivíduos. Para os estudiosos da Guiné-Bissau e das áreas vizinhas, *Naissance de la Guinée* constitui uma obra de referência indispensável.

Os investigadores especializados noutras áreas de África que possam eventualmente ficar desmobilizados pelo tamanho do livro de Pélissier

e pelo extremo pormenor das suas notas de pé-de-página devem consultar o índice de temas de interesse comparativo. Por exemplo, Teixeira Pinto criou-se no sertão do sul de Angola, e morreu combatendo contra as forças alemãs em Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial. O inestimável subordinado de Teixeira Pinto, o mercenário senegalês Abdul Injai, governou despoticamente o território conquistado como um senhor de guerra até 1919 — não era de modo algum um auxiliar africano do tipo «usar e deitar fora»!

Quanto à resistência ao colonialismo, poucos grupos podem igualar os indomáveis Bijagós da ilha de Canhabaque, cuja intransigência de séculos face aos europeus terminou finalmente em 1936, após três meses de guerra implacável contra uma força invasora de mais de 1500 soldados e tropas fulas. As mulheres e as crianças de Canhabaque procuraram refúgio noutras ilhas do arquipélago dos Bijagós, enquanto os homens envenenavam as fontes de água da ilha e escaramuçavam com antiquadas armas a partir dos seus esconderijos no mato. Os invasores abriram pistas no mato para instalar linhas de metralhadoras e aniquilaram sistematicamente os defensores de Canhabaque. Os relatos oficiais não referem o número de baixas bijagós e, não existindo bardos, ninguém registou como eles lutaram, como em Termópilas, «à sombra» dos mais de 364 000 cartuchos gastos pelos seus opressores.

O que irá fazer a seguir Pélissier, depois de ter tirado da cartola trabalhos de vulto sobre as colónias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné? Já está bem informado sobre a história das áreas vizinhas da África Ocidental, e espera-se que prepare uma relação definitiva das operações navais e terrestres francesas no Senegal, Mali e Guiné-Conacri e da implantação do domínio colonial. A julgar pela informação e profundo conhecimento sobre as actividades francesas revelados neste volume, pode-se prever um outro estudo histórico de capital importância.

HISTÓRIA DA GUINÉ. PORTUGUESES E AFRICANOS NA SENEGÂMBIA (1841-1936)

de René Pélissier

Imprensa Universitária n.º 75, Editorial Estampa, 2 volumes, Lisboa, 1989. Tradução: Franco Sousa. Título original: Naissance de la Guinée. Portugais et Africains en Senégambie (1841-1936).

Daniel A. PEREIRA

Com prefácio de Léopold Sédar Senghor, a leitura na horizontal desta obra em 2 volumes de René Pélissier não me cativou de forma muito particular, apesar de uma grande expectativa criada em mim desde o anúncio da publicação da versão portuguesa em 1989 e que foi financiada pelo Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses.

Desde logo, uma primeira contrariedade de que o autor não é certamente culpado: o título português traiu, em meu entender, o original e não corresponde, ainda a meu ver, ao conteúdo. Aliás, diga-se de passagem, que o título original francês também não corresponde cabalmente à temática desenvolvida e talvez fosse mais consequente se referenciasse expressamente o sucedâneo de conflitos que pontuou, ao longo dos séculos, o processo da colonização da Guiné, dita portuguesa. Ademais, até o título parece inspirar-se na obra de António Carreira, «Os Portugueses nos Rios de Guiné (1500-1900)», Lisboa, 1984.

Em segundo lugar, o trabalho de Pélissier padece de uma excessiva compartimentação esquemática quando, na maioria dos casos, tal opção a não justificava pela absoluta insuficiência de desenvolvimento dos sub-títulos apresentados. Se a intenção era tornar a leitura mais agradável e atractiva, o grande prejudicado acabou por ser o conjunto e os resultados obtidos não satisfizeram um dos objectivos preconizados pelo autor, que consistia «em tentar preencher um vazio no conhecimento da África Ocidental pelos francófonos... » (Vol. I, p. 24). Se tal pode não ter sucedido em relação aos leitores francófonos, mormente terá conseguido «trazer aos Portugueses, aos cidadãos destas três nações lusófonas (pelo menos no que concerne à Guiné-Bissau)* e, eventualmente, a alguns leitores periféricos, elementos para que compreendam de onde vêm... » (Vol. I, p. 26). Iria mais longe e diria até, que terá sido a pressa em ocupar este espaço que contribuiu para desvirtuar esse fim de grande mérito, se fosse efectivamente atingido.

Seja como for, a obra enveredou por um caminho que hoje quase não se usa na historiografia contemporânea: a *petite histoire*, com manifesto prejuízo para a inteligibilidade do todo, além de cair em algumas contradições e incompreensões, de que o autor não se dá conta, particularmente no que toca a certos maus entendidos no que se refere ao relacionamento histórico caboverdiano-guineense, que abordaremos com algum pormenor mais adiante.

Com efeito, num espaço de tempo de praticamente um século (1841-1936), período relativamente longo, não discernimos os grandes momentos da história desta zona geográfica, eleita por Pélissier como campo da sua actividade pesquisadora, pese embora a realidade de se tratar de um mosaico ou de um *puzzle* cujas peças são de difícil colocação. Sem embargo, as grandes oscilações económicas não aparecem e as movimentações sociais não surgem. Quedou-se pela história política e, mesmo essa, restringiu-a às lutas intestinas inter-tribais ou às reacções, por parte da diversa população, às tentativas, esporádicas ou não, de ocupação levadas a cabo pelos portugueses ou seus agentes. E se Pélissier tivesse analisado mais detidamente todo o período anterior, a partir dos meados do século XV, ter-se-ia dado conta, facilmente, que a soberania portuguesa nos «Rios de Guiné» sempre foi um mito, porque periclitante e instável, dependendo essencialmente do jogo de interesses económicos em presença, no qual os autóctones detinham a supremacia e ditavam as regras. Assim, o período compreendido entre 1841 e 1936 não constitui

* Parênteses meus.

excepção à regra, mas o continuar de uma secular resistência às tentativas de forças estranhas controlarem o comércio do perímetro dos «rios de Guiné».

Já de si, o autor navega, com dificuldade, na definição das balizas cronológicas do trabalho, que quase cairia no «arbitrário absoluto se, subitamente, em 1841, depois de cerca de quatro séculos de silêncio científico, não aparecesse no campo português uma bateria de livros guineenses, cuja simultaneidade só se explica por considerações políticas e diplomáticas», confessa Pélissier (Vol. I, p. 46).

Esta indefinição em determinar o período cronológico orientador das pesquisas deixa-nos de certo modo perplexos. Perplexidade que advém do facto de René Pélissier ter encetado os seus esforços de investigação julgamos que recentemente; pela bibliografia que apresentou e pela quase ausência de fontes coevas manuscritas, que sei existirem em quantidades muito apreciáveis no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Histórico Militar, para só falar destes dois mananciais de documentação inédita à espera de ser desvendada. Por outro lado, até que compreendemos mal os critérios de Pélissier na sua divisão das fontes entre primárias e secundárias (Cf. Vol. II, pp. 305 e segs.).

De tudo o que se disse anteriormente, pode-se concluir que dois dos três objectivos preconizados pelo autor não foram atingidos.

Quanto ao terceiro, (primeiro na ordem de apresentação) «vibrar um golpe de misericórdia no mito da colonização-exploração portuguesa “multissecular” na África continental: os tais famosos “cinco séculos”» (Vol. I, p. 23), esta ideia não é de modo algum original nem traz nada de novo. Com efeito, já António Carreira, no seu «Os Portugueses nos Rios de Guiné (1500-1900)», livro que fez parte da bibliografia consultada e largamente utilizada por René Pélissier, defendia, em 1984, com propriedade e fundamentadamente, aquilo a que chamava «o esbarrondar da teoria de um “colonialismo” imposto durante *cinco séculos*, que tomou foros de verdade inatacável, mercê do mito (criado) da “conquista” de uma área que nunca foi “conquistada”, e cuja posse efectiva durou pouco mais de 60 anos. Isso ficou-se a dever à ênfase que a Monarquia dava ao seu “Império” em África e em outros continentes. Verdadeiro mito, não resistiu às modificações sócio-políticas dos tempos modernos. Teve todavia os seus reflexos durante centúrias» (p. 8).

Como se pode constatar, Pélissier limitou-se a repescar uma tese já defendida por outros autores bem conhecedores da matéria que tratavam. Ele apenas reconfirma que a soberania portuguesa neste zona era, e sempre foi, pura ficção.

Finalmente, debruçemo-nos sobre certas contradições, incompreensões e maus entendidos à cerca do relacionamento histórico caboverdiano-guineense a que, no meu entendimento, o autor não soube ou não quis dar o devido tratamento.

Antes de mais, a utilização da terminologia «colónia» ou «colonização» (Vol. I, pp. 41 e seguintes), com tudo o que isso implica «no plano da gestão administrativa, das prioridades nos investimentos, do próprio povoamento...», ocupação efectiva, etc., antes de se operar a partilha colonial em 1886, é conceptualmente incorrecta. Quanto muito, poder-se-ia falar de feitorias (Bissau, Cacheu, etc., etc.). Mas isso não é relevante para as minhas apreciações. Portante adiante.

Em primeiro lugar, «a sufocante hegemonia de Cabo Verde sobre os seus *confetti* guineenses...» (Vol. I, p. 104), que Pélissier pretende provar, ao longo de largas páginas da sua obra, ao ponto de falar da «colónia de uma colónia» (Vol. I, p. 41), não me parece corresponder inteiramente à verdade dos factos. Na realidade, se bem que houvesse desde sempre relações de dependência institucionais das autoridades de Cacheu face ao governador e capitão-geral de Cabo Verde, diz Carreira que tal situação não tinha efeitos práticos, tanto mais que «eram os próprios Regimentos que contrariavam a subordinação. Desde o de 1615 até 1664 (e outros), todos estabeleciam sucessivamente: “porém o dito governador vos não poderá, nem suspender de nenhum dos cargos de que vos encarrego”. Proclamava-se a subordinação, e ao mesmo tempo concedia-se um princípio de independência ou não sujeição» (*Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné” (Séculos XVII e XVIII)*, p. 15).

Por outro lado, as condições de permanência dos portugueses (leia-se cabo-verdianos) eram determinadas em função do pagamento de tributos aos «reis» locais e, no dizer de A. Carreira, «quem paga tributo não é soberano; é dependente» (idem, p. 28).

Além disso, Pélissier pretende assacar responsabilidades a Cabo Verde, às autoridades cabo-verdianas e aos maiores do arquipélago pelo estado das coisas na Guiné, face à sua dependência administrativa, política e militar.

No entanto, é ele mesmo quem se contradiz quando afirma que, «em treze anos, a metrópole e os seus militares demonstraram que, com efectivos duplos, quase mesmo triplos, em relação a 1878, (data a partir da qual se consuma a autonomia da Guiné relativamente a Cabo Verde)*

* Parênteses meus.

eram tão impotentes quanto Cabo Verde em se tornarem senhores da Guiné». Mais adiante: «neste ponto, não há, portanto, grande coisa de diferente em relação ao período “cabo-verdiano” tão criticado» (Vol. I, p. 277).

Independentemente disso, René Pélissier parece não considerar as razões históricas que estão no cerne do facto de as ilhas de Cabo Verde se terem tornado na cabeça da administração dos «rios de Guiné».

Efectivamente, a resistência demonstrada por parte dos africanos do continente desde os primórdios, levou a que o tipo de relações estabelecidas tivesse por base, ao longo do tempo, uma certa desconfiança e muita insegurança dos mercadores portugueses, sediados em algumas poucas localidades da costa ou fluviais, o que mostra o grau de instabilidade em que viviam e a precaridade da sua permanência.

Tal situação levou a que se privilegiasse a ocupação das ilhas donde, com certa dose de segurança para as populações brancas ou mestiças, se pudesse «administrar» económica, política e militarmente determinadas zonas do continente. Foi a estratégia montada para tentar controlar a actividade mercantil dessas mesmas zonas, procurando, simultaneamente, subtraí-las à concorrência de outras potências marítimas europeias, com o mínimo de gastos económico-financeiros e pequeno dispêndio humano que uma colocação permanente no terreno contrariava, face às constantes investidas das populações autóctones.

Não esquecer, também, que uma das características fundamentais do relacionamento de Portugal com as suas possessões foi o abandono e o ostracismo a que as votou, o que se explica, em parte, pela fraqueza económica e militar portuguesa e a inexistência de uma marinha suficientemente forte para defender os seus interesses. Como dizia Oliveira Martins, «sem marinha, não há colónias».

Também não é negligenciável o factor humano, ou seja, o tipo de pessoas que eram enviadas, tanto para Guiné como para Cabo Verde. Como dirá Pélissier, «nunca se insistiria demasiado quanto ao papel nefasto destes militares recrutados entre os “malfeitores de Portugal; e soldados incorregíveis, vadios e ratoneiros da ilha de S. Thiago” porque, por um lado, dão às populações que os rodeiam uma imagem desvalorizada de Portugal e, por outro, dão confirmação, aos governantes de Cabo Verde e da metrópole, à sua convicção de que, decididamente, esta terra de deportação está reservada à escória do Exército e de que só a título excepcional deve acolher soldados europeus normais» (Vol. I, p. 56).

O mesmo ou pior acontecia igualmente em Cabo Verde. A análise lúcida e implacável do governador Joaquim Pereira Marinho, por volta

de 1838, não nos pode levar a outra conclusão senão essa. Vejamos: «Cabo Verde tem hoje quarenta e cinco, ou cinquenta e cinco oficiais militares de todos os graus ou espécies. (...) Em geral, esses oficiais, com mui poucas excepções, não são de facto oficiais militares, são dezenas de tratantes, ineptos, intriguistas, bêbados, deboxados, rechincheiros, tirados de Lisboa de oficiais e aprendizes de sapateiro, alfaiates, que por desmoralizados, e ineptos não puderam aprender os ofícios a que os seus pais os destinaram. Outros são tirados desta classe de rapazes de Lisboa, e mesmo províncias, que as famílias não podem sofrer pelo seu deboxe, e desmoralização, e por não poderem servir para coisa alguma.

Em cinco anos de experiência contínua que tive, vi que não eram mais que súcias de tratantes que todas as noites se constituíam réus de polícia, que davam sempre ao Governo muito incómodo, e muita desonra. Nenhum Governo do mundo é capaz de sofrer tal canalha, também não há no mundo Governo algum, que seja tão mau, que seja capaz de gastar somas imensas que o Governo Português gasta inutilmente, e só para escândalos, e para desonra com tal gente. (...)» (*Memória sobre Cabo Verde do governador Joaquim Pereira Marinho*, A.H.U., Sala 12, Cx. 55 (1837-1838) — Inédito).

Por tudo o que explanámos se deduz, naturalmente, que Cabo Verde era uma peça da engrenagem do sistema, esse sim, responsável pelos males que sofreram tanto um como outro território, males extensivos a Angola, Moçambique, etc.

Seja como for, ninguém pode negar que, historicamente falando, mal ou bem, a actual Guiné-Bissau, tal qual ela existe, dificilmente seria o que é se não fosse a acção, a persistência e o sacrifício de muitos cabo-verdianos anónimos que, no decurso de muitos séculos, se ligaram indelevelmente a este território. *Mutatis mutandis*, o mesmo se aplica a Cabo Verde. E talvez fosse mais próprio falar-se em interdependência e complementaridade, quando se se refere a estas duas entidades tão intimamente ligadas por fortes laços histórico-culturais, do que procurar ver a dependência de um em benefício de outro.

Por fim e muito rapidamente para terminar, podemos dizer que a obra que nos foi dado o ensejo de recensar, apesar dos seus aspectos positivos e das suas incursões em terreno tão árido quão difícil, não dispensa, de modo algum, os clássicos como Teixeira da Mota, António Carreira, Fausto Duarte, João Barreto, Cristiano José de Sena Barcelos, entre outros. Tem, por outro lado, uma grande virtude, na medida em que sistematizou um conjunto de informações sobre este período conturbado da Guiné, informações essas que, por esparsas, teriam o seu acesso muito

mais dificultado. Nesse aspecto, o esforço do autor valeu bem a pena. Além disso, abre novas pistas de investigação que devem ser aproveitadas pelos potenciais interessados na matéria, particularmente os historiadores do jovem Estado da Guiné-Bissau. Exige, simultaneamente, um maior aprofundamento do tema em si, alargando a área de actuação, tentando perceber o todo no conjunto social, económico, cultural...

ACTIVIDADES DO INEP

I. CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CEHC)

a) No quadro do projecto central do INEP, *Uso da Terra*, foram proferidas várias conferências, nomeadamente:

- A distribuição clânica da terra na ilha de Canhabaque, por Raúl Mendes Fernandes.
- A distribuição das terras de sequeiro e de bolanha na ilha de Uno, por Raúl Mendes Fernandes e Abílio Rachid Said.
- A distribuição da terra nos mancanhas de Bula, por Mamadú Jao.

b) Prosseguiu-se com as actividades de formação e superação dos investigadores ligadas à leitura crítica de clássicos das ciências sociais, abordando-se o seguinte tema:

- As teorias sociológicas da Escola de Francoforte, por Uwe Birkholz.

c) A recolha de testemunhos orais da luta de libertação nacional desenvolveu-se com menos dinamismo no terreno, devido à ausência da coordenadora da campanha, Arassi Taveira, durante oito meses em Moçambique. Nas instalações do INEP, ligada a esta actividade, realizou-se a passagem, com o apoio de um técnico da Emissora Nacional, das gravações em cassetes para bobines.

d) Conjuntamente com o CETA, o CEHC participou nas jornadas que marcaram a semana das Nações Unidas dedicada ao tema «A Ciência e a Paz», através de uma comunicação de Raúl Mendes Fernandes intitulada «Os impactos sociais da nova revolução tecnológica segundo Adam Schaff».

e) Prosseguem com o apoio da UNESCO, os contactos com vista à publicação do estudo «A mulher e a economia nacional».

f) Com o objectivo de abrir um espaço à pesquisa linguística, o CEHC tomou a iniciativa, em conjunto com um quadro do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ibrahima Djaló, de criar uma comissão ad-hoc para a instalação de uma Célula de Estudos Linguísticos e de Tradição Oral.

Ainda neste âmbito o Centro apoiou as investigações de Iaia Biai e, com a colaboração da linguista brasileira Fernanda Schnoor, elaborou o projecto de estudo sobre «Língua e Cultura Cassanga».

Arquivos Históricos

Este departamento realizou os seguintes trabalhos:

- Transferência do acervo da Administração da Circunscrição Civil de Bubaque, incluindo os postos de Uno e Formosa.
- Tratamento e elaboração do correspondente instrumento de pesquisa.
- Inventário sumário dos Fundos de Uno e Formosa.
- Pré-inventário do acervo colonial da antiga Circunscrição Civil de Gabú, incluindo os postos de Pirada, Sonaco e Pitche. Neste trabalho preliminar foram pré-inventariados aproximadamente 800 documentos na Administração de Gabú, 180 no posto administrativo de Sonaco e 50 no de Pirada. Todos estes documentos foram transferidos para o Comité de Estado da Região.

II. CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÓMICOS (CESE) / GABINETE DE ESTUDOS E CONSULTORIA (GABICON)

Como resultado de um processo de mudança desencadeado pelo excesso de solicitações por parte dos organismos e projectos o CESE cindiu-se e entrou em funcionamento uma nova estrutura: o Gabinete de Estudos e Consultoria (GABICON).

Em termos organizativos este Gabinete, apesar de autónomo, trabalhará em estreita colaboração com o CESE.

As actividades desenvolvidas foram as seguintes:

- a) Edição do Boletim de Informação Sócio-Económica (BISE).
- b) Elaboração de um Projecto de Seguimento do Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau.
- c) Foram concluídos os seguintes estudos:
 - Estudo das pequenas e micro-empresas de Bissau (Secretaria do Plano/PASI).
 - Inquérito à situação fundiária de duas tabancas do Leste (Kumpanor e Coiada) (Ministério de Desenvolvimento Rural/PASA).
 - Estudo sobre o mercado fronteiriço (Senegal/Guiné-Conacri) (IRAM/INEP). Dada a importância deste género de informação, o INEP decidiu prosseguir com a estrutura de inquérito longitudinal, enquanto procura um financiamento.
 - Estudo sobre o mercado da castanha de caju (USAID/INEP).
 - Avaliação dos Projectos de Buba e de Animação de Águas Rurais (Ministério dos Recursos Naturais/Ministério da Cooperação Holandesa).

Estudos em curso:

- Estudo sócio-cultural S.I.D.A. (Ministério da Saúde/Programa Nacional contra a SIDA).
- Estudo Sócio-Económico dos Bijagós (PNUD/INEP).

ACTIVIDADES DO INEP

- Acompanhamento sociológico ao Projecto de Melhoramento dos Bas-fonds do sector de Pirada (CEE/Ministério de Desenvolvimento Rural).
- Acompanhamento ao Gabinete de Planeamento do PRDI-Zona I.
- Estudo do direito tradicional da água (PNUD/Ministério de Recursos Naturais).
- Diagnóstico das práticas de apoio ao desenvolvimento na base (ONGs) (SOLIDAMI).

d) Foram realizados os seguintes seminários:

- Seminário «O Mercado do Arroz» (INEP/USAID).
- Seminário «Economia na Política Agrícola» (USAID/INEP).

III. CENTRO DE ESTUDOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA (CETA)

a) As actividades de informação e documentação, nomeadamente a divulgação local de informação, a aquisição e o tratamento de periódicos e finalmente o tratamento e a conservação da documentação, prosseguiram na medida do possível, a bom ritmo, a saber:

- Edição do Boletim de Informação Científica e Técnica (BICT), publicação trimestral.
- Assinatura anual de vinte títulos diferentes de periódicos, basicamente revistas especializadas nos vários domínios da ciência e da tecnologia.
- Microfilmagem dos documentos mais importantes existentes nos ministérios de cariz técnico. Paralelamente à microfilmagem está-se a proceder ao tratamento bibliográfico e informático desses documentos com vista à criação de um banco de dados que posteriormente será integrado no da Biblioteca.

b) No quadro do programa de formação e aperfeiçoamento *in loco* dos investigadores do Instituto, realizou-se um curso aplicado de Estatística.

c) Prossegue a informatização dos Serviços da Biblioteca Pública e a constituição de um Banco de Dados Central do INEP.

IV. BIBLIOTECA PÚBLICA (BP)

a) Está em curso a informatização do ficheiro Guiné-Bissau, que conta com o apoio da Biblioteca Nacional de Portugal e está a cargo de uma equipa constituída por um informático e um bibliotecário.

b) No âmbito dos contactos estabelecidos e da cooperação existente com outras instituições e países, a Biblioteca beneficiou da:

- Oferta de 100 títulos proveniente da Cooperação Portuguesa.
- Assinatura anual de vinte periódicos, por iniciativa da Conferência dos Chefes de Estado Francófonos.
- Oferta de publicações na área dos Direitos Humanos, no âmbito do acordo assinado entre o INEP e a Embaixada dos Estados Unidos da América em Bissau.

V. SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES (SP)

Foi entregue à INACEP — Imprensa Nacional da Guiné-Bissau — para impressão o Catálogo de Publicações INEP, que estará pronto, possivelmente, nos inícios de 1991.

Periódicos:

Devido a dificuldades de ordem vária alheias à nossa vontade, os periódicos têm saído com atraso, nomeadamente:

- Soronda, Revista de Estudos Guineenses* - n.ºs 9 e 10
- BISE, Boletim de Informação Sócio-Económica* - n.º 1/90
- BICT, Boletim de Informação Científica e Técnica* - n.º 4/89

Monografias:

No quadro do Colóquio «Bolama, Caminho Longe» foram lançadas as seguintes brochuras:

- *Catálogo Sumário dos Fundos de Arquivos de Bolama*
Equipa dos Arquivos Históricos do INEP
- *Bolama, Caminho Longe*
Filomena Miranda e Leopoldo Amado.

Ainda no âmbito das realizações de Bolama preparou-se e mandou-se imprimir postais, a partir de fotografias antigas e actuais desta cidade, além de um cartaz alusivo ao evento.

A sair brevemente:

Durante este semestre e se não houver atrasos por parte das gráficas serão lançados dois títulos:

- *Etnografia dos Bijagós da ilha de Bubaque*
Luigi Santamburlo
- *Identificação e Descrição das Leguminosas e Gramíneas da Guiné-Bissau*
Quintino Bancesi.

Em preparação:

Está-se a proceder à tradução e preparação dos seguintes manuscritos para português:

— *Portuguese Colonialism in Africa: The Tradition of Resistance in Guinea-Bissau, 1879-1959*
Peter Michael Karibe Mendy

— *A descent into African Psychiatry*
Joop T. V. M. de Jong.

VI. RELAÇÕES DO INEP COM O EXTERIOR

a) Participação em acontecimentos internacionais

- Raúl Mendes Fernandes: Reunião com a Sra. Carrie Marias sobre o estudo «A mulher na economia nacional» e a sua publicação. Paris, Julho de 1990.
- Carlos Cardoso: Participação no I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Julho de 1990. Participação no Inter-Congresso de Antropologia. Lisboa, Julho de 1990.
- Carlos Cardoso e Carlos Rui Ribeiro: Participação na Conferência sobre Políticas Agrárias e Estruturas Sócio-culturais em África. Sintra, Julho de 1990.
- Leopoldo Amado: Investigação em Arquivos e Bibliotecas portuguesas no quadro do Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe». Lisboa, Julho a Setembro de 1990.
- Carlos Cardoso: Participação na III Conferência Geral da Academia de Ciências do Terceiro Mundo. Caracas, Outubro de 1990.
- Filomena Miranda: Investigação em Arquivos e Bibliotecas portuguesas no quadro do Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe». Contactos com editoras e tipografias na qualidade de responsável pelo Serviço de Publicações. Lisboa, Outubro a Novembro de 1990.

b) Missões recebidas

- Sr. Dietrich Koster, da Universidade de Bad Neuenahr (RFA): Discussão das possibilidades de estabelecer relações de cooperação com o INEP. Julho de 1990.
- Sr. Goran Hedebrö, da SAREC (Suécia): Avaliação do Projecto Apoio às Ciências Sociais. Agosto de 1990.
- Sra. Evelyn Brydges (Map Procurement Division, Department of State, Washington DC). Setembro de 1990.

ACTIVIDADES DO INEP

- Sra. Valentina Loureiro Castro e Sra. Luisa Pacheco Marques (Portugal): Missão técnica da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses no âmbito do Colóquio «Bolama, Caminho Longe» e do plano de salvaguarda e recuperação de Bolama, Outubro de 1990.
- Sra. Françoise Massa (Universidade de Rennes), Sres. Jean Bou-lègue (CRA, Universidade de Paris I), George E. Brooks (Universidade de Indiana), Benjamim Pinto Bull (Portugal), Charles de Lespinay (CRA, Universidade de Paris I), Jean-Michel Massa (Universidade de Rennes), Carlos A. de Moraes (Universidade Nova de Lisboa); Embaixador Rui Gonçalo de Brito e Cunha e Sra. Maria Luisa Pacheco Marques (CNCDP, Lisboa): Participação no Colóquio Internacional «Bolama, Caminho Longe». Novembro de 1990.

COLECÇÃO "KACU MARTEL"

CO-EDIÇÕES

- **Estudos Agrários de Amílcar Cabral**
Co-edição INEP/I.I.C.T.
- **A questão de Casamansa
e a delimitação das fronteiras da Guiné**
Maria Luísa Esteves
Co-edição INEP/I.I.C.T.
- **Gonçalo Gamboa de Aiala,
Capitão-mor de Cacheu,
e o comércio negreiro espanhol (1640-1650)**
Maria Luísa Esteves
Co-edição INEP/I.I.C.T.
- **O Crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria**
Benjamim Pinto Bull
Co-edição INEP/ICALP
- **Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque**
Luigi Scantamburlo
Co-edição INEP/I.I.C.T.

FICHA TÉCNICA

Direcção: Carlos Cardoso, Abdulai Silá,
Raúl Fernandes, Rui Ribeiro, Carlos Lopes

Conselho Consultivo: Ana Maria Gentili (Itália),
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba),
Lars Rudebeck (Suécia), Luís Moita (Portugal),
Manuel dos Santos (Guiné-Bissau),
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau),
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

Conselho de Redacção: Filomena Miranda, Teresa Montenegro

Concepção Gráfica: Nelson Fernandes

Preço: 3550,00 PG
750\$00 (Portugal)
US\$ 30.00 (Assinatura 4 números)

Locais de venda: Casa da Cultura e INEP (Bissau)
Instituto Caboverdiano do Livro (Cabo Verde)

Estrangeiro: Pedidos ao INEP
Complexo Escolar 14 de Novembro
C.P. n.º 112 - Bissau
República da Guiné-Bissau

SORONDA, revista semestral do **INEP** (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)

A edição deste número foi financiada pela: **SAREC** (Swedish Agency for Research Co-operation with Developing Countries)

Depósito Legal n.º
Impressão: Tecnocor — Sacavém (Portugal)